



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro Biomédico
Instituto de Medicina Social

Luiz Fernando Almeida Pereira

**Meninos e lobos:
trajetórias de saída do tráfico na cidade do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro
2008

Luiz Fernando Almeida Pereira

**Meninos e lobos:
trajetórias de saída do tráfico na cidade do Rio de Janeiro**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política, Planejamento e Administração em Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dra. Alba Maria Zaluar

Rio de Janeiro

2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

P871 Pereira, Luiz Fernando Almeida.
Meninos e lobos : trajetórias de saída do tráfico na cidade do Rio de Janeiro / Luiz Fernando Almeida Pereira. – 2008.
175 f.

Orientadora: Alba Maria Zaluar.
Tese (Doutorado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.

1. Tráfico de drogas – Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 2. Juventude e violência – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 3. Crimes e criminosos – Aspectos sociológicos – Teses. 4. Drogas e crime – Teses. I. Zaluar, Alba Maria. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. III. Título.

CDU 343.57

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Luiz Fernando Almeida Pereira

**Meninos e lobos:
trajetórias de saída do tráfico na cidade do Rio de Janeiro**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política, Planejamento e Administração em Saúde.

Aprovada em 05 de maio de 2008.

Banca Examinadora:

Prof.a Dra. Alba Maria Zaluar (Orientadora)
Instituto de Medicina Social – UERJ

Prof. Dr. Luiz Antonio Castro Santos
Instituto de Medicina Social – UERJ

Prof. Dra. Claudia Barcellos Rezende
Departamento de Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Dr. Antonio Cesar Pimentel Caldeira
Escola de Ciências Jurídicas – Uni-Rio

Prof.^a Dr. Michel Schiray
Centre National de Recherche Scientifique - CNRS

Rio de Janeiro

2008

DEDICATÓRIA

Para minha mãe, Maria Alice, por tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Alba Zaluar, por ter me incentivado e acreditado nas minhas ideias quando eu já não tinha mais ânimo para levar a frente este trabalho. Alba obteve financiamento para a realização da minha pesquisa e sempre esteve presente na discussão dos rumos desta tese. Sou grato aos membros da banca, composta pelos professores Luiz Antonio Castro Santos, que participou do meu exame de qualificação de tese e ofereceu naquela oportunidade sugestões importantes; Claudia Rezende, que compôs também a banca na ocasião da defesa de minha dissertação de mestrado; Michel Schiray, sempre generoso e empolgado em realizar pesquisas sobre o tema do tráfico de drogas; César Caldeira, cujos trabalhos na área de segurança pública constituem uma referência obrigatória. Meu agradecimento também à secretaria do Instituto de medicina Social, principalmente, Márcia e Marcos Paulo. Ainda no IMS, não posso deixar de mencionar os professores Mario Monteiro, que fez parte da banca de minha qualificação de tese e nunca se furtou a prestar solidariedade, e Sulamis Dain, com quem realizei um excelente curso que possibilitou uma estimulante troca intelectual. Meu agradecimento também à secretaria do Instituto de Medicina Social, principalmente, Márcia, Simone e Marcos Paulo.

Sou grato a Capes, que concedeu uma bolsa de doutorado nos dois últimos anos, o que foi crucial para a consecução desta tese.

Agradeço ao CNPQ e a Finep que deram também aporte financeiro para esta pesquisa.

Destaco o auxílio da equipe do Nupevi, em particular, Rodrigo Monteiro, colega do tempo de mestrado e parceiro das desventuras da vida, e Ana Paula Alves Ribeiro, por sua imensa generosidade e zelo. Isabel Siqueira com sua presença esplendorosa ajudou-me a formatar esta tese.

Meu agradecimento especial a Ailton da Costa Bittencourt, sem a sua ajuda e envolvimento como um verdadeiro auxiliar de pesquisa no trabalho de campo, jamais teria sido possível realizar essa tese.

É preciso registrar o convívio acolhedor do Departamento de Sociologia & Política da PUC-Rio. Agradeço a Maria Sarah Silva Telles, Valter Sinder, Angela Paiva e Eduardo Raposo pelo estímulo constante. Tenho que ressaltar o carinho de

um time de amigas, professoras do departamento, fundamental para que eu não desistisse da ideia da tese. São elas: Aparecida Maria Abranches, amiga desde os tempos da graduação, Rosi Marques Machado, Helga Gahyva, Gisele Araújo, Ana Fernanda Coelho, Tatiana Bacal, Simone Debeux, e Elielma Ayres. E também os professores Ricardo Ismael, Marcelo Burgos, Sonia Giacomini, Santuza Cambraia e Fernando Lattman-Weltman. As secretárias Mercedes, Mônica, Ana Roxo e nossa *housekeeper* Elenice. Agradeço ao Cecesp, onde tive a oportunidade de realizar pesquisas sobre outros temas. Grato a Luiz César Tardin e as secretarias Valéria, Daniele e Dulce.

Minha confraria de amigos foi fundamental para a manutenção da minha estabilidade emocional. Frederico Campos Manhães, Paulo Jorge Ribeiro, José Mauro de Freitas Júnior, Otavio Bonett, Ricardo Cavalcanti, Gilberto Pereira, Vladimyr Lombardo, Paulo D`Ávila, Yuri Kasawara. Meu agradecimento ao casal João Marcelo Maia e Angela Michelatto, pelo carinho incessante e a Gabrielle Corrêa Braga, minha gratidão por sua amizade desprendida.

Meus ex-alunos, Adriana Prado, Pedro Vicente, Pedro Henrique, Thiago Gomide, João Pedro, Ellen, Marielle Franco, Petrucio Soubreira, Edson Jorge, grato pelo afeto.

Não posso deixar de mencionar o meu mestre e amigo, Luiz Eduardo Soares. Seu apoio fraterno foi decisivo para dar sentido ao desafio de escrever esta tese.

Minha mãe, Maria Alice, minha irmã, Ana Lucia, e minha sobrinha, Juliana, constituem a minha família. Para elas, o meu amor.

RESUMO

PEREIRA, Luiz Fernando Almeida. *Meninos e lobos: trajetórias de saída do tráfico na cidade do Rio de Janeiro*. 2008. 175f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

O tema desta tese é compreender trajetórias de indivíduos que atuaram no tráfico de drogas e de armas na região metropolitana do Rio de Janeiro. Discuto as motivações que ensejaram a entrada destes indivíduos na atividade criminosa e os efeitos que a passagem pelo sistema prisional causou na constituição de suas identidades pessoais. O objetivo principal é examinar as condições que propiciaram o abandono do tráfico e detectar as mediações que serviram de suporte na tentativa de reinserção no mundo formal e legal. Procurei analisar as atividades do tráfico de drogas a partir das diversas interações entre seus participantes, reconstituídas por entrevistas com indivíduos que exerceram tal atividade. As formas sociais de conexão entre o lícito e o ilícito é examinada neste trabalho a partir das motivações individuais face à forças estruturais que induzem a produção de um jogo de identidades que não toma o indivíduo como um “locus” empírico dotado de encerramento da análise sociológica.

Palavras-chave: Tráfico de drogas. Violência. Cidade.

ABSTRACT

PEREIRA, Luiz Fernando Almeida. *Boys and wolfs*: output trajectories of trafficking in the city of Rio de Janeiro. 2008. 175f. Teses (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

The theme of this thesis is the individual's trajectories of people who worked in drug trafficking and the weapons trade in the Metropolitan region of Rio de Janeiro. I bring the discussion about the motivations that entailed the association of these individuals with the criminal activity and the effects that the passage through the penitentiary system caused to the constitution of their personal identities. The main objective is to examine the conditions that led to the abandonment of trafficking and detect the mediations that supported the attempted reintegration into formal legal world. I tried to analyse the activities of drug trafficking from the various interactions between participants, reconstructed through interviews with individuals who have exercised such activity. The social forms of connection between what is lawful and illegal is analyzed in this paper from the individual motivations in view of the structural forces that induce the production of a set of identities which do not take the individual as an empirical "locus" for a sociological analysis

Keywords: Drug trafficking. Violence. City.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	O OVO DA SERPENTE	29
1.1	Drogas, cultura e modernidade	29
1.2	O crime organizado: muito além do morro	45
1.3	Sementes da violência	51
1.4	Polícia: ordem e retrocesso	60
2	TRAJETÓRIAS NO TRÁFICO	70
2.1	Eles não usam <i>black-tie</i>: pobreza e tráfico	74
2.2	A embriaguez do sucesso: risco, perigo e emoção	77
2.3	A importância de ser honesto: profissionais do crime?	86
2.4	Herança e hierarquia	93
3.	A MARCA DO CÁRCERE	106
3.1	Dor e redenção	106
3.2	Deus é meu advogado	120
3.3	O fator humano	129
4.	PORTAS DE SAÍDA	139
4.1	Fuga do passado	139
4.2	Virando otário	149
4.3	Programas sociais e projetos pessoais	155
	CONCLUSÃO	163
	REFERÊNCIAS	166

INTRODUÇÃO

É importante distinguir a questão do objeto do ponto de vista epistemológico, e a questão da experiência metodológica, sob como produzir informações e conhecimentos empíricos que possam responder as perguntas pertinentes ao objeto teoricamente construído. Por optar em não cair na redução do objetivismo nem na armadilha do subjetivismo, o desafio do trabalho aqui apresentado como tese foi fazer a etnografia, ou seja, o estudo do presente e do passado reconstituído nos tempos atuais, junto com a história cultural, social e econômica do tráfico.

A pesquisa que apresento na minha tese se inscreve em um registro qualitativo que busca compreender problemas específicos no tema da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro. Ela se insere no âmbito de um projeto de pesquisa desenvolvido no NUPEVI para compensar lacunas nos dados sobre a violência no Rio de Janeiro, “Desigualdade e Violência: Determinantes, simbolismos e processos sociais” (2007), que afirma:

[...] no qual se busca outras fontes, a principal delas os inquéritos de vitimização e as pesquisas etnográficas. Além destes inquéritos, feitos primeiramente na cidade do rio de Janeiro entre setembro de 2005 e junho de 2006 e depois apenas nas favelas da cidade entre maio e julho de 2007, foram usados os dados do Censo de 1991 e 2000 e as séries históricas dos homicídios ocorridos entre 1998 e 2006, segundo o banco de dados do Ministério da Saúde, além dos dados mais recentes de homicídio, segundo a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. A ideia é controlar as falhas e possíveis distorções de uma fonte com os dados de outra fonte que permita obter dados quantitativos para apontar as favelas e os bairros mais atingidos violências que atingem os jovens. Por fim, pesquisas etnográficas que aprofundam o conhecimento da dinâmica dos processos sociais e simbólicos nas favelas e bairros pobres da cidade são importantes parâmetros para a interpretação dos dados estatísticos sobre criminalidade e violência. Por aumentar o conhecimento já adquirido nas pesquisas do NUPEVI sobre a dinâmica das relações sociais locais e da construção da identidade masculina, possibilita a montagem políticas de prevenção da violência mais eficazes... No Brasil, são raríssimas as etnografias de grupos marginais de criminosos, usuários de drogas, quadrilhas de assaltantes, delegacias policiais ou necrotérios, o que torna os seus registros especialmente preciosos, seja para contar os sistemas simbólicos constituídos na e por essas atividades, seja para narrar os processos e as interações sociais dos quais resultam os dados registrados. Além disso, no estudo da associação entre tráfico de drogas ilegais e crimes violentos, entre crime organizado e investigação policial da qual resultam os dados oficiais, está a razão do registro mal feito e falho. Por isso mesmo, nas pesquisas sobre o tráfico uso abusivo de drogas ilegais, com seus correspondentes crimes contra a vida e contra a propriedade, devido às dificuldades inerentes de conquistar a confiança e manter a segurança do pesquisador, as pesquisas de campo assumem uma importância grande, na medida em que aprofundam os aspectos subjetivos subjacentes, especialmente a internalização de *habitus* ou práticas violentas, ou ainda as noções de risco que informam os diferentes cursos de ação.

Examinei, então, a partir de um subprojeto realizado por meio de entrevistas qualitativas e grupos focais, a passagem de indivíduos que atuaram no tráfico de drogas ilícitas nas décadas de 1970, 1980 e 1990, que foram presos e hoje se encontram em liberdade. Homens e mulheres afirmam que não pretendem retornar ao mundo crime por uma série de motivos. Trata-se de uma tentativa de examinar as mediações que presidiram tanto o ingresso quanto a saída da atividade criminosa, procurando detectar as mediações que interferiram nas ações dos sujeitos entrevistados para entender tal alternância. Procurei analisar as atividades do tráfico de drogas a partir das diversas interações entre seus participantes reconstituídas pela história oral recolhida nas entrevistas.

A partir de estudos de casos específicos, estabeleci comparações entre as trajetórias e observei quais elementos podem ser considerados decisivos para compreender as circunstâncias que originaram a escolha do expediente de saída. Quais são os limites para a reinserção na vida social institucionalizada e legal de indivíduos que atuaram no tráfico de drogas? Quais são as estratégias de negociação de saída do indivíduo com outros companheiros da quadrilha?

Procurei compreender as razões pessoais, que são vividas subjetivamente, mas com significados sociais distintos, portanto como parte do plano simbólico e prático de cada um dos entrevistados. Com isto, busca-se evitar os determinismos e as explicações reducionistas que apelam para causas determinantes exclusivas. Logo, o objeto em si é a reconstrução das trajetórias de indivíduos que abandonaram o tráfico e a criação de padrões, significados e jogos que configuram esta saída. No sentido abstrato-teórico é o exame da possibilidade e das implicações do protagonismo individual refundando trajetórias sociais. Há contextos que tornam isso mais provável, há implicações trazidas para as redes de relações dos indivíduos envolvidos que é preciso descobrir e entender.

Para tanto realizei entrevistas com indivíduos que atuaram neste empreendimento e que foram identificados e condenados pela justiça, e hoje se encontram em liberdade ou no regime semiaberto. O trabalho de campo sofreu uma série de dificuldades típicas de uma pesquisa que aborda o que na sociologia se convencionou chamar de desvio¹. A procura de informantes qualificados, ou seja,

¹ O termo inglês *deviance* foi popularizado nas ciências sociais na década de 60, graças a Howard Becker que publicou o livro *Outsiders*. É importante salientar que Becker utiliza a expressão desvio ampliando a sua conotação, pois não se trata apenas de estudar o crime em si, mas compreender os mecanismos da justiça

localizar participantes deste evento foi um dos principais obstáculos. Graças a uma rede de conhecimento prévio², resultado de pesquisas realizadas no Núcleo de Pesquisas das Violências, especialmente graças a um informante-chave indicado pela minha orientadora de tese, foi possível estabelecer contatos com homens e mulheres que se dispusessem a conceder entrevistas. Foi, portanto, uma pesquisa em que partilho o material etnográfico obtido com a Professora Alba Zaluar.

O fato de já terem cumprido pena, facilitou em parte a localização destes indivíduos, assim como também para eles tornou menos custoso falar sobre o período de suas vidas no qual estiveram no exercício da atividade considerada criminosa. Contudo, existem fatos que estes indivíduos preferem omitir, crimes, assassinatos que não querem que venham à tona. Há todo um empenho pessoal para ocultar algumas passagens, manter em sigilo acontecimentos, que do ponto de vista pessoal, são desagradáveis, seja por lembrar algo que fizeram e hoje se arrependem, seja pelo caráter pragmático, uma vez que uma revelação sobre fatos e pessoas do passado pode trazer consequências desfavoráveis, especialmente a confissão de crimes pelos quais nunca foram condenados.

Assim, cabe ao pesquisador formular métodos que consigam driblar esta dificuldade inicial. O primeiro passo foi explicar o que era a pesquisa e quais eram as questões que eu estava interessado em compreender, deixando claros os propósitos do trabalho. É evidente que o anonimato foi a condição básica para iniciar qualquer contato pessoal. A garantia que as entrevistas, mesmo gravadas em áudio, transcritas e publicadas, preservariam as suas identidades.

Foram realizadas 32 entrevistas, 26 homens e 6 mulheres. Entrevistas abertas, com perguntas definidoras do perfil socioeconômico, que neste caso era muito homogêneo. Alguns indivíduos que foram contatados se recusaram a prestar depoimentos. Alegaram falta de tempo para se deslocarem à universidade³, ou em outros casos, houve quem quisesse uma remuneração para contar a sua história no tráfico, o que foi recusado.

Alguns indivíduos afirmaram, antes do início da entrevista, que estavam felizes por poderem contar as suas histórias e com isso apresentar a “verdade dos

penal e da lei, a partir de outra lente, que permitisse examinar as mais diversas transgressões da vida social urbana.

² A dissertação virou livro, cujo título é *De olhos bem abertos: redes de tráfico em Copacabana*. Rio de Janeiro, Ed FGV, 2003.

³ Foi dada uma ajuda de custo para cobrir a despesa com transporte.

fatos”, e ratificar que a “vida do crime” não vale a pena. A assimetria entre entrevistador e entrevistado, pesquisador e indivíduos que passaram pelo crime, acaba, como salientou Bruce Jacobs (1998), alhures, propiciando uma fala mais aberta deste grupo. Este fator foi importante para esmiuçar, no decorrer da conversa, com o gravador ligado, questões pessoais e trabalhar ao nível da subjetividade. Assim, consegui, aparentemente, dar conta de um problema que atormenta qualquer pesquisador, a inserção. Uma vez que o acesso foi concedido, ou seja, os indivíduos se encontravam em uma sala com o gravador ligado, cientes que eu faria perguntas sobre suas atividades criminosas, a permissão para eu indagar sob certos aspectos mais obscuros da carreira criminosa havia sido dada.

Todavia, não significa que eu iria obter todas as informações de maneira tranquila. Em vários momentos houve constrangimento quando se tocava no nome de algum traficante midiático. Procurei distencionar estes instantes com a garantia, mais uma vez, do anonimato do entrevistado, mas também que não era preciso citar nomes. Sucede que o anonimato é um valor crucial dentro do ramo da criminalidade. Ainda mais no tráfico de drogas que está permeado pela violência.

Várias entrevistas foram realizadas com grupo de três indivíduos, uma estratégia combinada em conjunto com a minha orientadora que participou também de quase todas das entrevistas. Não se tratava propriamente de um grupo focal, geralmente com sete ou oito pessoas, mas funcionou como uma forma de exercício de interdependência e interlocução entre os entrevistados. Em outras palavras, como eles eram sujeito e objeto neste evento (a entrevista), criou-se uma vigilância mútua, na qual cada pedaço do relato era ouvido pelos demais. Assim, havia uma comunicação simbólica entre os indivíduos e em vários casos ocorreram diálogos paralelos e espontâneos entre os participantes o que contribuiu para elucidar algumas passagens mais truncadas a respeito do funcionamento do tráfico de drogas⁴.

Os efeitos colaterais desta interdependência foram profícuos na medida em que na hipótese de um relato ser um pouco mais exagerado, a mera presença de outras pessoas que conhecem as práticas do tráfico de drogas, provocava constrangimento naquele que detinha a palavra. Torna-se uma questão distinta se,

⁴ Essa polifonia não tornou o depoimento do entrevistado em questão um caos. Tomei cuidado para que a exibição de diversas vozes não acabasse se tornando um filme de Robert Altman, onde todos falam ao mesmo tempo e não se consegue compreender quase nada. A vida real é como nos filmes do falecido Altman, mas numa pesquisa científica não é cabível.

em outro contexto, esses indivíduos fossem entrevistados na prisão. É comum ouvir depoimentos de sujeitos encarcerados que acentuam uma “história triste”. Os entrevistados iam até a universidade, esse deslocamento produziu em alguns o sentimento de reconhecimento. Vários nunca haviam pisado na UERJ.

O problema da inserção no meio sociológico remete à importância de “informantes cativos”. O trabalho de William Foote-Whyte, *Sociedade de esquina*, um clássico das ciências sociais, publicado no início da década de 1940, constitui um exemplo deste ponto. O autor estabelece dois tipos de organização social. Os “peixes miúdos” e os “peixes graúdos”. No primeiro grupo estão os “rapazes de esquina”, inferiores socialmente, e os “rapazes formados”, em franca ascensão social. No segundo grupo se inserem os gangsters e os políticos. O autor contou no primeiro grupo com um informante chave, chamado Doc, que pertencia aos “rapazes de esquina”. Isto foi fundamental para Foote-Whyte observar e descrever com profundidade as complexas redes de relações, os padrões de interação e as trajetórias individuais. Nesta pesquisa contei com um indivíduo que serviu para agilizar alguns contatos. Mas a sua maior contribuição foi estar presente em muitas entrevistas, o que reforçou a interdependência entre os entrevistados, que mencionei antes. Becker, definiu desta maneira, esse ponto:

Esta estratégia resolve o problema do acesso de forma conveniente; pelo menos se conhece alguém que pode ser observado ou entrevistado, e pode-se tentar fazer com que este indivíduo o apresente aos outros e seja o seu fiador, desse modo deflagrando uma espécie de amostragem em bola de neve. (BECKER, 1999, p. 155).

Pude notar no andamento da pesquisa que o estigma que afeta este grupo (ex-trafficante, ex-bandido, ex-presidiário) funcionou de forma dupla. A primeira, como já mencionei, diz respeito à abertura que os indivíduos deram para intrometer-me nas suas vidas pregressas. Ao falar do passado, no presente, os discursos agiram como uma catarse. Expor as razões pelas quais adentraram o mundo crime, contar como era o seu funcionamento, como se construíram as relações de consenso e conflito, descrever os hábitos das quadrilhas, as configurações de poder, tudo isto serviu para estes indivíduos regularem as suas próprias biografias.

É evidente que o pesquisador sempre terá padrões de respostas, prontas para comover e criar graus de empatia. Este é um dos grandes desafios da pesquisa qualitativa. Contudo, o uso que o pesquisador faz destas tendências pode gerar o

sentido que os indivíduos atribuem às suas condutas. A etnometodologia, sobretudo na figura de um de seus principais expoentes, Harold Garfinkel, prestou contribuições valiosas para compreender como a conduta humana possui um caráter racional e prático diante dos mais variados contextos, e se contextos são formados por relações é preciso levar em conta as narrativas fragmentadas, incompletas, oferecidas pelos atores sociais.

Note-se que o ponto de vista dos entrevistados está no registro do estigma. E isto não é algo que eu decidi como pesquisador, pois são as condições concretas da pesquisa. A admissão do estigma por parte dos entrevistados, entretanto, não afetou a consciência em relação aos fatos de suas vidas. Ao contrário, a interpretação em alguns casos poderia até ser considerada dura, sem subterfúgios para comentar a entrada na carreira criminosa. Falar sobre isto ensejou então o tal efeito catártico.

O segundo aspecto relacionado ao estigma se refere à variação. Embora todos tivessem, no geral, trajetórias similares - percurso no tráfico, passagem pela prisão e liberdade e reinserção, e a origem social, como destaquei anteriormente, era homogênea - a variabilidade das respostas foi imensa. Ocorre que a grande vantagem do método biográfico aliado à análise histórica é justamente valer-se dos relatos pessoais daqueles que foram envolvidos nos grandes temas da pesquisa em curso: tráfico de drogas, violência urbana, e a partir da sua condição específica, sua trajetória individual, sua economia psíquica, compreender os diversos níveis de interação aos quais estava ligado em diferentes momentos de sua trajetória, entrando no crime e saindo dele.

Procurei conectar estes aspectos com as estruturas sociais vigentes e formular um conhecimento sobre tais fenômenos. Como o objeto da pesquisa não era estudar o estigma em si, tal aspecto acabou por enriquecer o trabalho, fornecendo dados sobre a autorepresentação individual e a maneira como reagem quando ocorrerem situações estigmatizantes, como a procura de emprego e o preenchimento de um cadastro, situação em que aparece a figura do ex-presidiário.

A riqueza da pesquisa de campo não se restringe à realização de entrevistas. Obtive informações relevantes e *insights* depois que o gravador foi desligado, quando a sala já estava vazia. Assim, a participação do “informante chave” é crucial. De fato, existe um relaxamento maior quando o gravador está desligado. Neste sentido, a utilização de entrevistas com gravador ligado torna-se muitas vezes inviável, o que não foi o caso desta pesquisa, mas para a superação destas

adversidades indico aos meus alunos algo que aprendi com meus mestres, levar o gravador, caso não se obtenha a permissão para a gravação, ligá-lo quando terminar a entrevista e fazer uma narrativa de tudo o que ocorreu. É claro que muitos dados vão se perder no meio do caminho e existirá uma variação do que foi dito pelo entrevistado, mas há padrões de resposta que induzem a construção de um repertório estruturado de informações. O gravador inibe, coage e age como um termômetro para a prática discursiva. Por outro lado, quem está com a palavra, se sente ouvido, considera-se importante, visível, isto ocorreu muitas vezes nas entrevistas. O indivíduo se empolgava e começava a falar sobre fatos interessantes ocorridos em disputas dentro do tráfico. Logo, quando percebia o a gravador ligado, voltava a se policiar.

O “informante chave” foi como um pêndulo que oscilava entre as necessidades da pesquisa, sobre as quais estava a par e mesmo sendo um leigo compreendia de forma mínima qual era o teor do trabalho, e ao mesmo tempo pertencia ao grupo pesquisado, se identificava como tal e conhecia as artimanhas e os truques que porventura surgissem no decorrer das entrevistas. Por exemplo, o uso de gírias. Em alguns momentos uma expressão ou outra passava despercebida e nessas ocasiões o “informante chave” “consertava” o sentido e esclarecia qual era o seu significado.

Assim, o controle da experiência sobre a pesquisa é sempre filtrado por nossas representações e crenças. Howard S. Becker (1963) detectou esse problema com relação ao tema do uso de drogas. Em geral,

Tanto especialistas quanto leigos interpretam comumente o uso de drogas como uma “fuga” de algum tipo de realidade que o usuário supostamente considera opressora ou insuportável. (BECKER, 2007, p. 34).

Até que ponto vai o envolvimento do pesquisador com seu objeto? Essa pergunta mesmo que tenha sido respondida de várias formas por diversos pesquisadores por mais de um século, ainda persiste como uma questão. Sobretudo quando se refere a um trabalho sobre percursos individuais no mundo do crime, particularmente no tráfico de drogas, cujo um dos vetores principais é a violência.

Uma das principais estratégias que adotei foi combinar a liturgia do cargo - pesquisador – com a informalidade e demonstrar para os entrevistados que realmente estava interessado em ouvir seus depoimentos. No meu trabalho anterior

sobre usuários de drogas em Copacabana, eu não revelei para algumas pessoas envolvidas na comercialização de drogas ilícitas a minha “real” identidade. Nesse caso, agora, todos que foram à UERJ sabiam sobre o que eu queria, ou pelo menos tinham uma ideia do que era a pesquisa. Isto não quer dizer que um método seja superior ao outro. Cada trabalho deve ter seus métodos apropriados para a coleta de dados, segundo os objetivos teóricos e empíricos do projeto de pesquisa.

O ponto é que a distância social entre o pesquisador e o grupo estudado quase sempre vai ficar evidente, ainda mais no contexto da universidade em que o papel do pesquisador está muito bem explicitado. O contato face a face não elimina a distância social. Contudo, há um agravante, embora a maioria dos entrevistados tenha relatado que no presente passam por dificuldades, sobretudo do ponto de vista financeiro, no passado alguns deles tiveram posição de destaque no tráfico de drogas. Com isso, muitos acenaram com a forte visibilidade social que dispunham em tempos idos. Um exemplo disso é a menção recorrente a passagens pelas páginas de jornal e canais de televisão, como procurado pela polícia, foragido da justiça, quando estavam na vida do crime. A notoriedade de outrora, ainda que num registro negativo nas concepções subjetivas de hoje, estimulava-os a falar mais de suas carreiras criminosas (com exceção dos convertidos à religião protestante, que não demonstravam orgulho do passado). Ocorre que quando indivíduos falam de sua passagem no tráfico, assumem uma lógica que mistura o discurso subjetivo, que estabelece um ponto de vista pessoal, autorizado pela experiência individual, com o mundo objetivo que se impõe por meio das representações coletivas. Ao narrar fatos sobre suas trajetórias no tráfico, é evidente que a memória destes indivíduos é seletiva, mas também funciona uma expressão sobre determinados acontecimentos. Como nota Zaluar:

Quando fala sobre estas experiências e esboça um entendimento delas, o próprio delinquente é um criminólogo e atesta a continuidade de experiência entre criminosos e não-criminosos. (ZALUAR, 1990, p. 54).

Dentro do grupo pesquisado existe uma hierarquia que, é claro, se dissipa com a saída do tráfico, mas que continua no registro mental dos indivíduos. Foi comum ouvir do meu “informante-chave” avaliações sobre os relatos ouvidos. Não havia interferência da sua parte na tentativa de corrigir narrativas, mas depois, quando saímos da sala e íamos a um bar, contava que fulano poderia ter dito mais,

beltrano tem apenas uma “historinha” no tráfico, mas se acha importante, já o outro que realmente foi protagonista, ratificou tudo aquilo que já sabia dele.

Jeff Farrell e Mike Hamm em *Confissões sinceras: crime desvio e trabalho de campo* (1998) enumeraram várias desventuras pelas quais pesquisadores passaram. Na ocasião do lançamento do meu livro *De olhos bem abertos: redes de tráfico em Copacabana*, minha dissertação de mestrado, era comum jornalistas me perguntarem se eu corri algum perigo ou se senti medo em acompanhar usuários e “vapores” nas ruas do bairro, ou se ainda não encontrei problemas com a polícia. Para o desapontamento destes profissionais respondia que não corri perigos, e com isso eliminava a sanha dos jornalistas em busca do extraordinário⁵.

Na presente pesquisa, como se tratou de uma experiência mais controlada – eu não andava nas ruas atrás de ex-trafficantes – os perigos, em tese, seriam menores. Eu não corri o risco de ser confundido com um policial, embora os entrevistados ficassem apreensivos com o destino do material colhido. Ocorre que mesmo que esses indivíduos tenham abandonado o tráfico de drogas, cortado suas relações com os seus respectivos comandos, alguns foram “donos de morro” e são arquivos vivos das organizações criminosas. Têm informações preciosas que podem interessar às autoridades de segurança pública. Assim, o pesquisador se vê diante de um dilema moral e ético, um pouco à semelhança do padre que houve uma confissão, o pesquisador prometeu ao seu informante sigilo em relação a determinados trechos de sua entrevista. Deste modo, é preciso que a liberdade para a pesquisa seja preservada, sem que a liberdade do informante seja ameaçada. Todo o cuidado foi usado no presente texto para preservar o sigilo e ocultar suas verdadeiras identidades.

Uma pesquisa sempre se depara com as contingências. Certa vez, havia marcado uma entrevista com três indivíduos. O primeiro era originalmente de fora da cidade do Rio de Janeiro, depois se estabeleceu em uma favela muito conhecida da zona norte. O segundo foi “dono de morro” na zona sul e o terceiro igualmente. Este último chegou um pouco atrasado e ficou nos fundos da sala observando os depoimentos dos dois primeiros e por vezes fazendo alguns comentários. O primeiro “dono de morro”, ao acabar sua entrevista, precisou se retirar porque tinha outros compromissos agendados, ao virar-se para a porta da sala avistou o outro, que

⁵ Bruce Jacobs, em *estudando traficantes de crack*, (tradução de Patrícia Farias) relata seus apuros, sobretudo com um “informante chave” que o roubou.

exerceu função semelhante a sua na hierarquia do tráfico, e em comunidades vizinhas, na mesma época. Os dois pertenciam à mesma facção, no entanto tiveram desavenças no passado. Contudo, agora, em outro momento da vida, abraçaram-se e conversaram por cinco minutos. O que ficou para dar entrevista ressaltou que o outro estava “mudado” – um caso de conversão religiosa - e que, de fato, chegaram a ter uma “guerrinha”⁶ no início dos anos 1990. Dois indivíduos que no passado se envolveram em conflitos, se reencontram e têm uma relação cordial. Não houve tempo para alongar a conversa, mas procurei explorar os dois lados da “guerrinha” e obtive dois pontos de vista distintos. Mas, agora, com trajetórias diferentes, ocupando posições sociais distintas que não se confundem, estes indivíduos afirmaram que o que aconteceu está no passado e no presente não há mais espaço para qualquer tipo de enfrentamento.

Esse é um exemplo que serve de advertência para os pesquisadores que por vezes insistem em tratar os indivíduos como categorias analíticas. Aquele foi o reencontro de dois homens que tiveram passagem pelo tráfico, mas que não são apenas ex-trafficantes, ex-presidiários. Não se pode reduzir a pessoa a uma categorização que não explica muita coisa. Deste modo, amparado pelos “truques” de Becker (2007), procurei não explicar a trajetória individual pelo “tipo” que o sujeito representa, ou apenas como se autot classifica. A dicotomia desviante e não-desviante não é suficiente para dar conta da complexidade empírica. Becker afirma que:

O que está errado é que esse tipo de exame toma como a sua unidade básica de análise, um tipo de pessoa, tratada analiticamente como se isso fosse tudo o que ela é, e como se o que essas pessoas fazem ou tendem a fazer fizesse sentido, tivesse sido “explicado” causalmente pelo tipo de pessoas que são. (BECKER, 2007, p. 69).

Com isso, Becker está alertando para o caráter inesperado que envolve as atividades exercidas pelos indivíduos. Portanto, os comportamentos são dados a imprevisibilidade e nem sempre os indivíduos vão agir da mesma maneira. Há situações particulares em que as ações vão ser díspares e não se restringem ao fato do indivíduo estar “preso” aquele papel. Note-se que o tráfico de drogas é uma atividade na qual os indivíduos se inserem, ainda que tenham algumas condutas padronizadas, repitam em algum grau regras mais rígidas do “empreendimento econômico” ou “negócio”, todo o contexto específico pode ser alterado a partir da

⁶ “Guerrinha” é um termo muito usado pelos ex-trafficantes e significa desavenças e conflitos em escala menor. Seriam situações onde pode ter ocorrido troca de tiros, mas sem uma sequência mais longa de combate.

mudança nas relações. Portanto, seguindo os passos de Becker, é preciso transformar “pessoas em atividades” (Becker, 2007, p.69). O que significa destronar os indivíduos de uma suposta entidade fixa e torná-los membros de um contexto formado de situações nas quais esses mesmos indivíduos atuam segundo tais regras e padrões.

Desde Weber, a tipificação é moeda corrente nas ciências sociais. Mas o sociólogo alemão criou o conceito de tipo ideal sem a conotação ética ou normativa, é antes uma construção metodológica para simplificar a realidade. Não estou afirmando que ex-trafficantes e demais indivíduos que se envolveram com o tráfico de drogas sejam tipos-ideais weberianos, mas chamando a atenção para o cuidado com as categorizações.

Então, quando realizei a classificação de tipos presentes na hierarquia do tráfico e sua distribuição nas redes de poder dentro das quadrilhas, minha preocupação era buscar uma compreensão sobre os meandros da estruturação do tráfico e não com um caso especial de um determinado traficante.

Na verdade, Becker (2007) salienta que o que está em jogo é uma tensão entre processo e estrutura. As ações e situações nas quais os indivíduos se envolvem representam um espectro variado de possibilidades para definições sociológicas. Velho (1998) em sua tese sobre o uso de drogas por camadas médias urbanas procurou fazer uma análise sistemática dos estilos de vida e visões de mundo a partir do olhar do grupo pesquisado. Zaluar (1985) procurou compreender o modo de vida de segmentos populares e seus horizontes simbólicos, desvinculando a questão da violência do tema da pobreza. Ao realizar a pesquisa em um conjunto habitacional, no início dos anos 1980, a autora demonstra como a existência de quadrilha de traficantes descortina uma série de possibilidades que compõem a construção social da realidade de seus moradores, construção esta feita a partir das identidades de “trabalhador” e “bandido”, e como tais categorizações expõem a complexidade dos processos sociais presentes no local.

Antes, ao mencionar a relevância do “informante chave”, fiz referência ao uso de gírias por parte dos entrevistados. Nesse ponto, o tema da linguagem se impõe como crucial no desenvolvimento da pesquisa. Há todo um repertório específico no universo do tráfico de drogas que carece de um certo tempo para o pesquisador decodificar. O repertório utilizado na comunicação oral e simbólica por indivíduos que estiveram na atividade criminosa é extremamente peculiar, assim como em

qualquer grupo mais específico. Howard S. Becker, na sua pesquisa sobre educação médica na Escola de Medicina da Universidade de Kansas City, enfrentou problemas similares no trabalho de campo. O significado das palavras está inscrito em determinado conjunto de relações e numa seleção de signos que pautam os seus usos. A expressão *crock* utilizada pelos médicos da universidade na qual Becker pesquisava, era absolutamente corriqueira para o grupo médico e possuía uma conotação pejorativa. Mas não era apenas porque significava que o paciente tinha uma doença psicossomática, mas revelava as aspirações dos próprios médicos em relação a sua carreira profissional, que passava obrigatoriamente pelo atendimento ao público. Nas palavras do autor:

Aprender o que era um *crock* foi, portanto, uma questão de desemaranhar com cuidado os múltiplos significados embutidos nessa simples palavra, e especialmente decifrar a lógica do que nos estava sendo dito, encontrando as premissas maiores sobre as quais as atividades dos estudantes (e, de fato, também do pessoal) se baseavam. (BECKER, 2007. p. 201).

A militarização do tráfico presente na aquisição e manejo de armas, assim como no estabelecimento de uma hierarquia será analisada na parte II desta tese. Durante as entrevistas era comum os indivíduos fazerem um gesto com o braço apontado por cima dos seus ombros. Essa expressão surgia em geral quando o entrevistado estava fazendo referência às relações entre os componentes da quadrilha. Indaguei a todos o que significava, e é claro, todos achavam óbvio - como eu não poderia saber - representava patente, ou seja, a concessão segundo regras internas da quadrilha, de uma titulação que permite o exercício do poder e a manutenção de certos privilégios.

No decorrer de um trabalho de campo surgem muitas vezes pedidos de favores feitos pelas mais diversas pessoas. É claro que grupos sociais mais vulneráveis tendem a solicitar benefícios, imaginando que existe uma troca estabelecida entre o pesquisador e eles. Assim, na prisão os detentos enfiavam bilhetes nos bolsos dos pesquisadores e fazem pedidos orais, que vão desde de uma indicação para um advogado cuidar do seu caso até a divulgação da banda de rock da cadeia. Na presente pesquisa, a maior solicitação que foi feita por parte dos entrevistados dizia respeito ao trabalho. Muitos (homens) estavam em ocupações instáveis (construção civil, um serviço provisório, pois a obra que tem prazo para terminar) e pediam, com muita prudência, de forma acanhada, uma indicação para

um trabalho. Expliquei que não tinha condições concretas de arranjar emprego para ninguém.

Mas não foram pedidos apenas de emprego, alguns requeriam informações jurídicas que estavam para além dos meus poucos conhecimentos sobre o Direito. Minha orientadora e eu encaminhamos alguns entrevistados para o escritório modelo da Faculdade de Direito da UERJ, para obterem assistência jurídica qualificada. Além disso, casos de solicitação de médicos para tratamento de saúde. Ao menos dois casos de tuberculose que interromperam os procedimentos e estavam em busca de assistência médica. É interessante notar que todos os pedidos foram feitos ao término das entrevistas, nunca antes de começar.

Na introdução de *A máquina e a revolta* (1985), Zaluar chama a atenção para o envolvimento compreensivo do pesquisador com o grupo estudado. Seria uma participação movida pela sensibilidade e razão. A primeira conduziria o pesquisador a se envolver com as histórias de vidas de cada um, com sua riqueza singular, única. A segunda orienta a relação com os indivíduos de tal maneira que esta não converta em paternalismo e tampouco anule a dignidade pessoal. É uma linha tênue, na qual o pesquisador deve caminhar sempre se perguntando e questionando os rumos que o trabalho está tomando.

Na relação que estabeleci com todos os entrevistados, deixei claro que não faria promessas. Não teria possibilidades de arrumar emprego, arranjar médico, conseguir advogado. Então para que eu servia? Mencionei antes que a maior parte dos indivíduos sentia-se feliz em dar a entrevista, contar um pouco das suas vidas. E foi com essa vontade de exposição que procurei explorar e fazer com que eles pudessem revelar os meandros de suas passagens pelo tráfico de drogas e pela prisão. A simples valorização de suas trajetórias individuais foi o suficiente para adquirir algum grau de empatia. Na medida em que deixei claro (imagino eu) os objetivos do meu trabalho, os usos que pretendia fazer com as informações obtidas, as entrevistas aconteceram sem problemas. De fato, quase todos demonstravam orgulho pelo meu interesse em suas trajetórias, e não era apenas pela passagem pelo tráfico, também pela reconstrução da vida após a experiência prisional. Isso colaborou para a promoção da autoestima destes indivíduos.

Ocorre que a figura do professor e pesquisador nesses casos se transforma muitas vezes na imagem do aprendiz e os entrevistados são os professores. Ensinam como funciona a estrutura do tráfico, as suas complexas redes de

hierarquia e poder. O cotidiano da prisão e as dificuldades pessoais de reinserção na vida formal e na legalidade. E se o pesquisador classifica, os entrevistados também têm lá as suas representações sobre o profissional da sociologia. A diferença de classe muitas vezes surgia na pergunta de quatro entrevistados, que indagaram o local onde eu morava. Hesitei em responder, mas tive que informar, para logo em seguida provocar a interjeição: “tá vendo?” Como já realizei trabalhos de campo em favelas dominadas pelo tráfico, e possuía experiência e conhecimento sobre tais atividades, a comunicação tornou-se menos ardilosa. Mas nem por isso deixei de me surpreender, aprender e apreender com relatos ricos em detalhes que forneciam dados preciosos sobre o tráfico de drogas, sobre as condições da prisão. Em cada entrevista havia uma visão acerca das instituições família, classe, escola, polícia e do próprio tráfico.

Uma das maiores armadilhas metodológicas é a de se pensar sempre em termos de dualismos. Informal/formal, privado/público, ação/estrutura. Dizendo, mais uma vez o que foi discutido anteriormente, essas são categorias analíticas que ajudam o pesquisador a interpretar o mundo. Mas a vida social possui uma dinâmica tão intensa que as práticas cotidianas são constantemente reconstruídas e o significado social pode variar de forma surpreendente, apesar de padrões e regras recorrentes. Era o que o fundador da pesquisa de campo etnográfico, Malinowski, denominava “os imponderáveis da vida real”

Isto não quer dizer que as dicotomias não possam ser ferramentas valiosas para decifrar os meandros de processo sociais complexos, mas é preciso cautela para cair na reificação. Norbert Elias é uma referência obrigatória para este caso. Seu livro *Estabelecidos e Outsiders* é um exemplo de análise sociológica bem construída, sem malabarismos teóricos vazios e com consistência analítica, Elias oferece um importante estudo sobre o imaginário de grupos sociais, esvaziando a explicação advinda das personalidades individuais e reforçando o caráter processual das relações sociais e sua interdependência.

Essa questão das dicotomias que se esforçam para interpretar a vida social, revelando os antagonismos e as oposições presentes no que se denomina sociedade, pode ter algum rendimento analítico. Contudo, obscurece a casos específicos, arranjos sociais peculiares que extrapolam a teoria. Um exemplo é a crítica que Teresa Caldeira (1992) faz a Roberto da Matta. Este último ao formular uma interpretação marcante da experiência social brasileira, incorre, segundo

Caldeira, na formulação de estereótipos que não alcança a dimensão do debate sobre a violência no Brasil. Segundo Caldeira:

Ao associar a casa ao que é privado, pessoal e protegido, e ao identificar a rua com o público, impessoal e perigoso, essa explicação transforma a violência num problema de relacionamento em público e frequentemente entre pessoas de diferentes classes, obscurecendo a percepção de sua presença constitutiva dos relacionamentos interpessoais e domésticos em todos os grupos sociais. Se quisermos entender o apoio da população (incluindo o das classes mais humildes) a uma força policial que mata e à pena de morte, também como a sua oposição aos direitos humanos, temos que considerar a prática disseminada e o apoio a intervenções violentas no corpo (que inclui o espancamento de criança e mulheres dentro de casa que supostamente deveria protegê-las). (CALDEIRA, 1992, p. 142).

Com isso, os dados de uma pesquisa precisam ser burilados de tal forma que os princípios lógicos que presidem a investigação não se confundam com a teoria substantiva, mas essa mesma teoria para ter validade científica precisa estar amparada por procedimento, técnicas e truques (Becker, 2007) que vão produzir um conhecimento sobre um determinado fenômeno. Caldeira faz uma crítica à teoria, mas também chama a atenção para a metodologia e a importância da pesquisa. Somente o trabalho de campo, com os mais variados métodos, confere algum dado que pode ser revelador sobre o social. Ou antes, uma especulação sobre determinado tema, será ratificada, legitimada ou não, a partir, da interpretação que o pesquisador fará em cima dos dados obtidos. Os conceitos são, então, necessários para a realização da ciência. Referem-se a uma descrição que classifica, denomina, representa um determinado significado sobre algo.

Ademais, é importante ressaltar que o trabalho de campo impõe ao pesquisador um olhar sob a sua própria perspectiva. O processo dialógico com os nativos não elimina a interpretação própria, mas autoriza a apreensão de ensinamentos que relativizam certezas antes solidamente construídas. Afinal, como afirma Becker (2007), o fundamental não é apreender “o que eles pensam”, mas “como eles pensam”.

O desafio de qualquer metodologia é o de construir um estudo lógico dos princípios que orientam a pesquisa científica. Assim, na pesquisa que desenvolvo, procuro princípios gerais que norteiam o meu trabalho de campo. Contudo, a advertência de Howard S. Becker (1999) de que o cientista social deve se sentir livre para criar métodos de pesquisa capazes de solucionar os problemas inerentes a uma pesquisa, ainda não podem ser desprezados.

Os princípios gerais aos quais me refiro, são conhecidos no ofício da Antropologia e da Sociologia, ao menos no que diz respeito a uma pesquisa qualitativa. A definição do campo de pesquisa, o uso de uma rede estruturada de informantes, a realização de entrevistas com técnicas que diminuam a possibilidade de obter informações não confiáveis, o cruzamento de dados obtidos são algumas das preocupações que me nortearam. Deste modo, a investigação científica apoiada em um método qualitativo, se estabelece em determinados lugares a partir dos discursos produzidos e de toda a comunicação simbólica exercida.

Michel de Certeau (1982) torna-se uma referência obrigatória para se pensar os mais variados discursos dos atores sociais como práticas. A localização da produção discursiva serve para instaurar a topografia, o terreno no qual os objetos e os acidentes se encontram numa superfície e é neste plano que a linguagem como um sistema simbólico designa arbitrariamente as visões de mundo, as normas e interesses. Porém, o alerta de Koselleck, (1992) é providencial para lembrar que a palavra que permanece a mesma pode ter seu conteúdo alterado em razão das mudanças designadas pela própria "realidade histórica" que lhe deu origem. Ou seja, textos geram contextos, novas situações históricas engendram novas formulações conceituais.

Além disso, é preciso ressaltar que o campo da minha pesquisa impõe alguns cuidados não apenas para a segurança dos informantes, entrevistados, como do próprio pesquisador. Os praticantes da observação participante conhecem bem as aflições que cercam a inserção em algum grupo, a obtenção da permissão para acompanhamento das atividades, dos rituais, obedece na maioria dos casos uma lógica própria, ainda mais quando se trata de locais de conflitos extremos, no qual a violência é um ingrediente cotidiano.

Também se impõe o cuidado que o cientista social deve ter ao utilizar as declarações obtidas. Cuidado que os historiadores devem ter ao examinar um documento, apreciar uma fonte. A credibilidade dos informantes é uma exigência para a realização de uma pesquisa consistente e a adoção de uma posição sociológica de que as declarações que um indivíduo faz sobre um determinado evento, suas impressões sobre algum fato, partem da posição social deste indivíduo. Contudo, um relato defeituoso, ambíguo pode ter um significado social relevante. A cautela metodológica conecta-se ainda com as declarações dirigidas e espontâneas dadas pelo entrevistado ou informantes.

O trabalho, *Etnography at the edge – crime, deviance, and field research* de Mark S. Hamm e Jeff Ferrell⁷, examina as tensões pelas quais passam os pesquisadores sociais nos seus respectivos trabalhos de campo. A censura informal de colegas a pesquisadores⁸ que tratam de temas como crime, desvios também são observados pelos autores, assim como a coação por vezes feita pelas autoridades⁹.

Outro ponto crucial neste quadro da metodologia refere-se à formulação de hipóteses. É corrente nas ciências sociais que a construção de hipóteses é uma questão complexa. Mais uma vez Becker (1999) adverte que existe uma mitologia científica que as hipóteses devem ser obtidas dedutivamente. Porém, as melhores hipóteses são formuladas não antes, mas no curso do trabalho de campo etnográfico que não recolhe dados quantitativos para comprovar estaticamente suas descobertas. Isto se chama “grounded theory”. Desenvolver hipóteses obriga um enfoque analítico e torna indispensável a aquisição das narrativas pessoais para que se desenvolva uma estrutura lógica a partir da qual se ergam procedimentos sistemáticos. Como certa vez afirmou um clássico da sociologia, que esta disciplina (sociologia) está condenada à juventude, pois a sua produção de conhecimento é sempre provisória.

Esta tese trata de trajetórias de indivíduos que atuaram no tráfico de drogas e armas ilícitas na região metropolitana do Rio de Janeiro. Inicia-se com o ingresso neste empreendimento criminoso e segue a passagem destes indivíduos pelo sistema prisional e a tentativa de reinserção na vida social formal e legal. Está dividida em quatro partes e uma introdução. Esta seria uma tentativa de demonstrar a metodologia por mim adotada na pesquisa e expor questões relativas ao trabalho de campo realizado.

A primeira parte analisa a estruturação do tráfico de drogas e armas e como esta atividade possibilitou a expansão da criminalidade violenta na cidade do Rio de

⁷ In: *Etnography at the edge – crime, deviance, and field research* (tradução: Uma etnografia à margem: crime, desvio e trabalho de campo).

⁸ É digno de registro o trabalho pioneiro de Alba Zaluar ao tratar do tema da violência urbana. A sua ousadia em frequentar um local da cidade tido como inóspito e violento para seus pares (e classe social) resultaram em um trabalho sério que abriu um campo de pesquisa para vários cientistas sociais.

⁹ Em 2000, numa pesquisa sobre violência, estilos de lazer e tráfico em três bairros do Rio de Janeiro, o comandante do Batalhão da Polícia Militar de Copacabana cobrou de Alba Zaluar e sua equipe esclarecimentos a respeito de uma matéria sobre a pesquisa veiculada no *Jornal do Brasil*. Alba e eu, juntamente com Rodrigo Monteiro, escrevemos um artigo que foi publicado no *Jornal do Brasil*, em 07-08-2000, alertando para os constrangimentos que os pesquisadores poderiam vir a ter com o cerceamento do trabalho científico feito pelas autoridades.

Janeiro. Além disso, procuro demonstrar as suas conexões com o crime organizado e o papel das polícias na relação com traficantes.

A segunda parte, com quatro capítulos, tem o objetivo de narrar o percurso dos indivíduos entrevistados na atividade do tráfico. Trata-se, portanto, de uma etnografia que visa reconstruir não as biografias individuais, mas as atividades nas quais os indivíduos operaram. As motivações que impulsionaram a entrada e permanência nas quadrilhas e a constituição das subjetividades vividas durante esse período dentro do tráfico, é a tarefa desta sessão.

A terceira parte, em três capítulos, descreve a passagem dos indivíduos no sistema prisional. De que maneira esta experiência afetou a decisão de abandonar a carreira criminosa. Neste sentido, a conversão religiosa obtém um destaque. Mas não apenas a religião construiu a motivação para a tomada de decisão de, uma vez em liberdade, não voltar para o tráfico. A recomposição de laços sociais torna-se obrigatória para ensejar a desistência de retornar ao tráfico.

A quarta e última parte visa expor a recomposição da vida dos indivíduos após a passagem pelo tráfico e a prisão. Os projetos pessoais e as expectativas quanto às possibilidades de reinserção, assim como a importância de políticas públicas que atendam um contingente expressivo de indivíduos movidos a não regressar às práticas criminosas são discutidos em três capítulos

Muitos trabalhos na área de Saúde apontam para a importância da prevenção primária, com o seu foco voltado para os aspectos socioculturais e os fatores ambientais que ampliam a probabilidade de vitimização de crianças e adolescentes em locais com elevado risco de violência. As medidas de prevenção secundária estão direcionadas para grupos sociais marginalizados que possuem fácil acesso às armas e ao uso de drogas. As ações de prevenção terciária concentram seus esforços em orientação psicológica e jurídica para indivíduos que foram produtores de violência, como também vítimas da mesma.

Esta tese busca contribuir para a criação de dinâmicas que criem oportunidades de reinserção de indivíduos que atuaram no tráfico de drogas na vida social.

1 O OVO DA SERPENTE

1.1 Drogas, cultura e modernidade

A partir dos anos 1980, com o crescimento da violência urbana nas grandes cidades brasileiras, vários estudos e pesquisas foram empreendidos com intuito de entender este fenômeno que se instalava nas metrópoles do Brasil. Com teorias e metodologias distintas, estes trabalhos ressaltavam a importância de compreender os cruzamentos possíveis entre as desigualdades sociais e a expansão da criminalidade violenta.

Se, em décadas anteriores, o tema da violência nas cidades era sempre abordado a partir da rotinização da miséria e do fluxo da migração urbana, e a explicação final quase sempre era resumida numa mera questão de causa e efeito, nos últimos 25 anos houve um crescimento qualitativo das análises e interpretações sobre o tema. O mesmo ocorreu com as drogas, assunto cercado de melindres, que passou a ser tratado com mais acuidade, demonstrando, ora por etnografias, ora por métodos quantitativos, a sua conexão com o aumento da criminalidade. Nesta mesma época se intensificaram os trabalhos apoiados em correntes ligadas ao interacionismo simbólico.

Mas antes, nos anos 1970, o antropólogo Gilberto Velho começou a produzir artigos e uma tese¹⁰ na qual tratava do tema das drogas ilícitas e sua conexão com os comportamentos de indivíduos das camadas médias. A partir de então, Velho tornou-se uma referência para a realização de estudos que envolviam atividades como o consumo de drogas, trabalhadas: “Como parte de um estilo de vida e visão de mundo, num esforço de não reificá-la, procurando compreendê-la num contexto sócio cultural” (idem, p. 8).

O objetivo da tese de Velho é claro: ampliar o conhecimento sobre camadas médias brasileiras. Seu universo de pesquisa girou em torno de grupos que realizavam uso regular de drogas ilícitas. A partir da própria visão de mundo dos indivíduos que participavam destes grupos, Velho construiu a sua etnografia.

¹⁰ Velho, Gilberto. *Nobres & anjos*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

O interacionismo simbólico está presente nesta e em outras obras de Velho, sobretudo por meio de Howard S. Becker e Erving Goffman, citados, inclusive, na bibliografia da tese. Como se sabe, o termo interacionismo simbólico foi cunhado nos anos 1930 e se remete à Escola Sociológica de Chicago¹¹. O escopo dos autores que trabalhavam a partir desta perspectiva era compreender as mediações simbólicas das ações sociais tomadas como negociadas e orientadas por meio das mais diversas interações. Trata-se de uma mudança de foco da sociologia: em vez de leis sociais arrumadas em códigos coerentes e cristalizados, as interações ou situações sociais que não obedecem a um roteiro prévio calcado em normas, mas que resultam da negociação entre os participantes do evento.

Um pensador totêmico para a Escola de Chicago foi o psicólogo social Georg Herbert Mead, e sua lição básica, que inspirou os sociólogos e antropólogos de Chicago, foi a percepção de que os indivíduos se pensam como objetos e o fazem por meio de processos de interação com o outro. Descartando um padrão quase biológico de comportamento, Mead enfatizou o caráter da comunicação simbólica e os “ensaios de imaginação” acionados pelos atores na vida social. Os pesquisadores de Chicago levaram em conta as formulações de Mead e desenvolveram trabalhos que acentuavam as capacidades individuais de conferir sentido para as relações sociais a partir da interação simbólica. No processo interpretativo do mundo, os indivíduos manipulam, distorcem, exageram ou simplificam os acontecimentos nos quais se envolvem. Deste modo, refuta-se uma premissa funcionalista que poderia fazer crer que as estratégias de crenças de um grupo em seus próprios mitos colaboram para expressar sentimentos elementares em relação ao mundo.

Assim, além de importante divulgador das obras de autores ligados à corrente do interacionismo simbólico, Velho ousou adotar as concepções destes autores e cruzá-las com as teorias de acusação da Antropologia Social Britânica de autores como Evans-Pritchard e Mary Douglas para compreender como, numa mesma sociedade, podem existir grupos com experiências distintas, visões de mundo divergentes dos modelos hegemônicos e, sobretudo, a pluralidade de papéis exercidos pelos mais variados atores sociais, com suas múltiplas personalidades.

¹¹ Cito dois trabalhos que oferecem um panorama da Escola de Chicago. O primeiro é de Alain Coulon, *A Escola de Chicago*. Campinas, Ed. Papirus, 1995. Outro foi organizado por Lícia do Prado Valadares. *A Escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

Vale ressaltar que o tema das drogas foi abordado na Escola de Chicago e na produção dos estudos sobre drogas no Brasil, sempre com pesquisas empíricas, algumas com trabalho de campo. E, talvez, o maior mérito desta corrente tenha sido o de entrar em mundos sociais pouco conhecidos na época, fruto da própria história da cidade de Chicago, que abrigava o instituto. Naquele momento (início do século XX), Chicago sofria um intenso processo de industrialização, combinado com a consolidação do movimento trabalhista e a ascensão de grupos étnicos à vida cotidiana da cidade, viabilizada por correntes migratórias. Era então um terreno fértil para o estudo da mudança social e da construção das subjetividades que acionam múltiplas identidades sociais.

Assim, foi inaugurado um campo de estudo pela Escola de Chicago, que produziu trabalhos nas áreas da Sociologia e da Antropologia Urbanas. É muita conhecida no meio sociológico a frase de um dos expoentes da Escola, Robert Park, “é preciso sujar as mãos”, isto é, tal como o Capitão Kirk e sua tripulação da nave Enterprise do seriado Star Trek, que navegava por onde nenhum homem jamais esteve, os sociólogos de Chicago iam aos sítios mais ínvios para realizar as suas pesquisas.

Deste modo, o eixo principal do interacionismo simbólico está apoiado na pesquisa qualitativa nos meios urbanos, com o objetivo de compreender as interações sociais, mas também produzir conhecimento sobre os chamados problemas sociais relacionados à vida cidadina, como o consumo de drogas ilícitas, por exemplo.

Concomitante à Escola de Chicago, um outro autor é referência obrigatória nos trabalhos que empregam a perspectiva interacionista, e de resto crucial para os próprios interacionistas, trata-se do sociólogo alemão Georg Simmel¹², a cada vez mais sendo usado por cientistas sociais ávidos por escapar da dicotomia indivíduo/sociedade, pois este autor chamou a atenção para o caráter processual e relacional das construções de relações sociais. Os interesses econômicos e as motivações políticas não são as vedetes da constituição da sociabilidade que é construída o tempo todo por meio de interações.

¹² Vale ressaltar a importância do professor Evaristo de Moraes Filho, que foi o pioneiro na apresentação de Simmel para seus alunos dos cursos de sociologia no IFCS (ver entrevista de Gilberto Velho em Mudança, Crise e Violência).

Daí alguns comentadores de Simmel (Waizbort,1999) afirmarem que Simmel defenderia a primazia do sincrônico na sociedade. Outro sociólogo muito requisitado nos últimos tempos é Norbert Elias, que possui alguns pontos de contato com Simmel (Waizbort 1999). Elias é acionado, ora por sociólogos que querem compreender o percurso do processo de civilização, ora por antropólogos que buscam alcançar o sentido da identidade masculina ao fazer uso da noção de “ethos da masculinidade” (ZALUAR, 2001; CECHEETTO 2004); termo que engloba os comportamentos masculinos pautados na violência, um recurso usual para a obtenção de ganhos dentro das quadrilhas e forma de se impor como vitorioso frente ao grupo.

Segundo Zaluar, seria um círculo vicioso que estabelece nas redes de relações interpessoais, uma necessidade constante de repetir a conduta violenta. Os efeitos da prática rotineira do uso da violência produzem uma espiral crescente que se sucede e invade as relações familiares, fragmenta as organizações vicinais e afronta o Estado de Direito. Assim, jovens das comunidades que ingressam no tráfico se envolvem também neste estilo de exibição de hiper-masculinidades.

Neste sentido, Alba Zaluar é uma referência obrigatória quando se discute violência no meio urbano brasileiro. Seu livro *A Máquina e a Revolta*, originalmente uma tese de doutorado, examina o modo de vida das classes populares urbanas no conjunto habitacional *Cidade de Deus*. O trabalho critica a marginalização das populações faveladas; estas não poderiam ser caracterizadas pelo isolamento, desorganização interna, parasitismo econômico e apatia política. A pesquisa de Zaluar mostra exatamente o contrário, os moradores da favela são socialmente bem organizados, trabalhadores árduos e se inserem com dedicação no mundo do consumo dentro de suas possibilidades financeiras.

A autora desloca o foco, até então muito comum, da explicação sobre a pobreza, qual seja, analisar o tema sob a perspectiva da dominação. Zaluar, ao contrário, ressalta a capacidade lúdica dos moradores do conjunto habitacional e suas trocas simbólicas. Uma das maiores contribuições de seu trabalho, iniciado no final dos anos 1970, reside na crítica da pobreza como causa da criminalidade. Sua pesquisa em *Cidade de Deus*, corroborada por trabalhos seguintes (ZALUAR, 1994), demonstra como este argumento da pobreza, acionado por alguns políticos da esquerda, não é verdadeiro. Sucede que os indivíduos não se movem apenas por razões econômicas- a busca do prestígio, a dimensão do simbólico também

desempenham papéis importantes na construção social da realidade -, assim como a fruição do sobejo de liberdade na companhia dos parceiros de quadrilha. Além disso, o aumento da criminalidade incentiva a pobreza e inviabiliza as garantias de acesso dos pobres aos serviços prestados pelo Estado, tais como postos de saúde, vilas olímpicas, escolas, assim como compromete os jovens pobres com seus locais de origem vinculando-os, mesmo sem pertencerem, à facção dominante. Os trabalhos de Zaluar ratificam a afirmação de que são os pobres as maiores vítimas de agressões físicas e sexuais, assim como assassinatos.

Da mesma forma a autora sempre demonstrou o equívoco de se apontar os traficantes nascidos na comunidade como vítimas inocentes de um sistema injusto. O descontrole no combate ao tráfico de drogas nas cidades brasileiras só faz aumentar o despotismo dos chefes de quadrilha que se tornam com sua hipermasculinidade (CECHETTO, 2002) cada vez mais cruéis em seus territórios. Um dos casos de grande repercussão na mídia foi o incêndio criminoso do ônibus da linha 350¹³. Algumas pessoas de uma comunidade fizeram sinal para o coletivo parar e em seguida atearam fogo no veículo. Passageiros foram impedidos de sair do ônibus por indivíduos ligados ao tráfico. Cinco passageiros morreram e 16 ficaram feridos. Qual a motivação de um ato tão bárbaro? A resposta da polícia foi a da revolta do chefe do morro com a prisão de um do seu braço-direito na quadrilha. Ocorre que eventos como estes não podem ser explicados pela mera revolta. Trata-se de uma revolta orientada para um crime, que por sua vez excita alguns setores da vida social a demandar uma ordem mais autoritária, o que acaba produzindo mais discriminação e injustiça.

Importa assinalar que a expansão da criminalidade violenta não está associada diretamente à pobreza e sim à consolidação de redes criminosas na década de 1980, que tem como principal atividade o tráfico de drogas associado ao tráfico de armas. De lá para cá a violência só cresceu e pouco se discute os efeitos de uma política repressiva em relação não às drogas, mas, sobretudo, sim aos usuários, tanto pobres como ricos. Todavia, é preciso não perder a dimensão de que o tráfico de drogas e armas corresponde a um empreendimento transnacional, ou seja, a criminalidade violenta acionada pelo tráfico de drogas e armas se insere em

¹³ O episódio ocorreu em 29 de novembro de 2005.

um registro de transformações políticas, sociais e culturais ocorridas nos últimos tempos.

Alguns autores analisam os impactos da pós-modernidade e da globalização na vida social. Hall (2002) opta por uma dissecação do conceito de identidade e defende que esta estaria em decomposição na contemporaneidade, não sendo possível, portanto, afirmar a defesa de uma unidade identitária. Daí falar-se em caleidoscópio de identidades (Zaluar, 1985, citando Lévi-Strauss) ou leque de identidades (Touraine, 2004). Com isso, os indivíduos podem acionar as mais diferentes inserções no mundo social, impondo uma nova agenda política de prioridades.

Exemplo prático oferecido por Hall a respeito desta possibilidade de pluralidade de identidades, seria a indicação em 1992 por George Bush pai do juiz conservador e negro Clarence Thomas para a suprema corte. Tratava-se da união da cor (negro) com posições políticas (conservadoras) fiéis às do Partido Republicano. Ao ter um *affair* com uma estagiária, o juiz Thomas se viu numa arena política de interesses diversos e na qual nenhuma identidade, seja de classe, cor ou qualquer outra conseguiu produzir um consenso a respeito do caso Clarence Thomas.

Featherstone (1997) tenta compreender os efeitos da globalização sobre a cultura. O ponto crucial da sua argumentação consiste em considerar que o momento atual de fragmentação não significa uma fratura, tampouco a emergência de uma uniformidade cultural.

Bauman (1999) também discute os problemas relacionados à globalização e sustenta a formação de “proprietários ausentes” dentro de uma economia global. Deste modo, o sociólogo polonês ensina que a globalização tanto divide quanto une. Além disso, a relação tempo-espço se renova, pois o encolhimento do espaço abole o fluxo de tempo. Com isso, os habitantes do Primeiro Mundo viveriam num “presente perpétuo”, ou seja, viveriam no tempo, o espaço para estes se torna irrelevante, uma vez que podem transpor de forma instantânea qualquer distância. Os habitantes do Segundo Mundo, de modo inverso, experimentam o seu cotidiano no espaço que aprisiona o tempo e o mantém fora dos domínios individuais. Para os habitantes do Primeiro Mundo, cosmopolita e extraterritorial dos agentes de negócios, assim como dos detentores globais da cultura e dos intelectuais globalizados, as fronteiras do Estado foram dissipadas. Já para os habitantes do

Segundo Mundo, sobram as políticas de “ruas limpas”, tolerância zero e cerradas leis de imigração.

Giddens (1990), por sua vez, garante que estamos vivendo no tempo presente as consequências da modernidade, e a reflexividade seria a base deste sistema no qual as práticas sociais sofrem renovações constantes que transformam o seu caráter. Um exemplo disto seria a capacidade de um leigo oferecer definições sobre “capital” e “investimento”, porém sem demonstrar um domínio prático e explícito destas ações. As noções de tempo e espaço não são negligenciadas pelo sociólogo britânico ao lembrar que, nas sociedades pré-modernas, tempo e espaço estavam intrinsecamente ligados a um lugar, enquanto na modernidade existe um desencaixe ou um desalojamento, isto é, um deslocamento das relações sociais dos contextos locais e sua recombinação por meio de distâncias indeterminadas de tempo e espaço.

Ortiz (1994) sugere que a globalização das sociedades e a mundialização das culturas rompe com a integridade espacial. Os mitos e símbolos nacionais sofrem concorrência de mitos e símbolos mundiais. A globalização confere que culturas locais, antes submetidas a uma dinâmica expressiva do Estado-Nação, adquiram visibilidade.

Em comum, estes autores condenam a redução do fenômeno da globalização a uma explicação única ou obediente a uma lógica econômica. Porém, as mudanças acontecidas na expansão da criminalidade violenta nas grandes cidades brasileiras não podem deixar de lado os aspectos que envolvem questões relacionadas ao processo de intensificação de fluxos de comércio, capital e também de pessoas por todo o mundo. Ou seja, explicar o funcionamento do tráfico de armas e tráfico de drogas apenas pela corrupção das instituições públicas ou pelo enfrentamento do Estado de Direito ou ainda repetir o velho clichê da miséria como mola propulsora da violência urbana significa não estar atento para mudanças contínuas da vida social contemporânea.

É bem verdade que os efeitos da globalização adquirem contornos variados em cada em cada Estado-Nação. Todavia, tal fenômeno não surgiu de súbito na história. A internacionalização rompeu as fronteiras geográficas já no século XIX, com a circulação de mercadorias, como na época Marx advertiu. A globalização por sua vez integra de maneira funcional as atividades econômicas e culturais, antes

mais isoladas e as coloca em interação numa maior velocidade (Canclini, 1999, P41).

Neste sentido, Canclini (1999) argumenta que a relação entre cidadania e consumo precisa ser mais bem compreendida. Para tanto, é preciso recusar o axioma que desqualifica o consumo e seus diversos estilos, pois o consumo se inscreve na vida social moderna como uma cultura, capaz de produzir significados pelos quais os indivíduos se movem no mercado. Trata-se de impedir que a racionalidade econômica se torne a única e cabível explicação para os estilos de consumo verificados na era da globalização. Em outras palavras, os indivíduos não são robotizados pelas massivas campanhas publicitárias e o consumo não é apenas o lugar do supérfluo.

Mas se o consumo de bens materiais cresceu consideravelmente nas famílias de baixa renda, em especial na América Latina (CANCLINI, 1999, p. 52), a cidadania não acompanhou o mesmo ritmo de expansão. Alguns trabalhos salientam a mudança do foco político-cultural com o advento da globalização (HELD; MCGREW, 2001). Nesta chave, a debilidade do Estado-Nação impõe novos arranjos de regulação política e responsabilidade democrática, sobretudo por que:

Os problemas transnacionais e transfronteiriços, como a disseminação de alimentos geneticamente modificados e a lavagem de dinheiro, têm ganho destaque cada vez maior, questionando o papel, as funções e as instituições de responsabilidade tradicionais dos governos nacionais. (HELD; MCGREW, 2001, p. 94).

A ampliação de atividades criminosas rompe fronteiras, extrapola mecanismos de controle estatal e termina por gerar uma magnitude de fluxos comerciais que ultrapassa as tentativas de explicação de caráter endógeno, tal como se o tráfico se organizasse numa determinada comunidade a despeito de fatores externos. Em outras palavras, a estruturação do tráfico nas favelas cariocas ainda que não esteja em compasso com uma caracterização de crime organizado em grande escala, - na medida em que o estabelecimento desta atividade criminosa nestes locais se dá pela possibilidade de mobilidade e a capacidade de negociações precárias com o aparato policial, entre outros motivos - sugere uma conexão com redes criminosas que agem fora das favelas. Ou seja, existe um nível elementar de organização estabelecido no tráfico de drogas presente nas comunidades espalhadas pelo Rio de Janeiro

A colonização do social pelo mercado vem sendo verificada nos últimas décadas pela aceleração do processo de capitalismo financeiro¹⁴. A disponibilidade de dinheiro ocioso, em um mundo no qual o emprego para os jovens (das mais variadas classes) torna-se cada vez difícil, acaba por produzir formas sofisticadas de exclusão social.

O conceito de rede (ZALUAR, 1998; SANTOS, 1994), tomado em duas vertentes, pode ser acionado para dar conta da dimensão do tráfico de drogas. A primeira diz respeito ao âmbito da Geografia e remete ao processo de difusão de técnicas, serviços e informação nas mais variadas metrópoles. A outra maneira de conceber a rede seria sob o prisma da Antropologia, e aponta para a vicissitude dos acontecimentos relacionados com o tráfico, na medida em que impõe um conjunto de relações interpessoais que se conectam e se multiplicam com a mesma velocidade com que se desfazem. Ou seja, ao contrário de uma corporação burocratizada e centralizadora, as redes do tráfico de drogas no nível varejistas abstraem o caráter fechado de um “cartel” e estruturam suas atividades com alterações de rotas, reconstrução de circuitos e participação da economia informal.

Giovanni Quaglia, representante da UNDOC (Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime),¹⁵ destaca três níveis de rede associados ao tráfico de drogas. O primeiro corresponde a um nível sofisticado, e abrange os grandes atacadistas que operam por meio da corrupção e da lavagem de dinheiro para a aquisição de armas e drogas. A criação de empresas-laranja e o suborno de agentes graduados do Estado são indispensáveis para fazer esta engrenagem funcionar. Um segundo nível, que o representante da UNDOC chama de nível médio, e abarca empresários da economia informal que trocam bens roubados por drogas (preferencialmente maconha e cocaína), armas e contrabando. Inseridos nesta categoria ainda é possível encontrar outras atividades criminosas relacionadas com o tráfico tais como: desmonte de carros, pirataria, passaporte falsificados,

¹⁴ Diversos autores, com abordagens distintas, discutem este tema. Dentre eles, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, que utiliza a metáfora da “liquidez” para caracterizar o estado da sociedade moderna. Segundo Bauman, estilos de vida, crenças, visões de mundo e instituições mudam de forma tão ligeira na contemporaneidade que não se convertem ou se solidificam em hábitos e costumes. É verdade que o jovem Marx já havia detectado isso com a famosa frase contida no Manifesto Comunista: “tudo o que é sólido desmancha no ar”. O ponto é que antes havia a possibilidade de reenraizamento. Na época atual, os relacionamentos afetivos, as relações sociais, empregos, etc., se tornam tão flexíveis e voláteis que provocam um permanente fluxo. A obra de Bauman já este em boa parte traduzida para o português. Ver: Modernidade líquida, O amor líquido, Modernidade e Ambivalência, todos editado pela Zahar.

¹⁵ Discurso proferido no Seminário Municipal de Segurança Urbana da prefeitura de Porto Alegre, em 06/06/2003.

adulteração de bebidas, extorsões, sequestros, assaltos. O último nível compreende estágio inferior que seriam as gangues que compram, estocam e distribuem a droga. Principais responsáveis pela violência letal, pois controlam seus territórios com alto potencial bélico, essas gangues são abastecidas por jovens vulneráveis com idade entre 10 e 24 anos.

Se o mapeamento feito por Quaglia das redes criminosas do tráfico parece correto, as razões para o envolvimento dos jovens com a criminalidade repetem o corolário de discursos do senso comum e adotado por muitos políticos em campanha. “O Estado não está presente nestes locais”, “o jovem não tem oportunidades”, etc. Mais uma vez é preciso reforçar que os jovens que aderem ao tráfico estão sob a égide não apenas do “ethos guerreiro” (ZALUAR, 1998), mas também de uma ideologia individualista que anula a adesão a uma concepção positiva de vida social baseada em princípios democráticos, de respeito às regras do jogo e de dimensão civilizatória.

Os efeitos da globalização sobre a vida social e econômica nas últimas décadas criaram uma cultura que atinge todos os membros da cadeia produtiva da criminalidade. As consequências para os indivíduos que atuam no tráfico, para os moradores das localidades conflagradas e de um modo geral, por toda a população da região metropolitana do Rio de Janeiro surgem na forma do aumento da taxa de homicídios.

As facilidades para a composição da malha criminal que abastece os traficantes vão até ao aproveitamento de uma infraestrutura física, como o setor de transportes, por exemplo. Como se sabe a maconha e a cocaína não são cultivados nos morros cariocas; para chegar até este destino quilômetros foram percorridos. É necessário ressaltar que muitas ações policiais são ineficientes para quebrar a espinha dorsal do tráfico, pois, ao realizar imensas operações de apreensão de drogas, não alcança os cérebros da atividade. Prende-se o motorista do caminhão, o piloto da aeronave, impõe-se um prejuízo momentâneo aos traficantes, mas que logo será abatido com novas remessas ou com um preço inflacionado da droga, que por sua vez não deterá o consumo.

Ao mesmo tempo, a prisão de traficantes, chefes das quadrilhas que dominam as favelas cariocas é saudada pela polícia, meios de comunicação e parte da população como uma ação fundamental para asfixiar o tráfico e produzir uma sensação de alívio. Trata-se de uma operação ineficiente, pois mais uma vez não se

atinge o topo da hierarquia. É preciso compreender que a dinâmica do tráfico de drogas e armas ultrapassa os limites institucionais condizentes a uma lógica capitalista.

No Brasil ainda não se conseguiu lograr êxito no que diz respeito ao tema da lavagem de dinheiro. A começar, em março de 1998, entrou em vigor no Brasil um decreto que impõe aos bancos a obrigação de acompanhar as movimentações financeiras dos correntistas e sua concomitância com o aporte financeiro dos mesmos. Da mesma forma, o decreto prevê o dever de vigilância, com isso os bancos estão também obrigados a acompanhar os capitais em circulação e verificar se existe uma origem ilícita e reportar as informações ao Coaf, Conselho de Controle de Atividades Financeiras. Ainda assim, isto não foi o suficiente para se alterar o quadro em relação ao narcotráfico.

Sem aprofundar a questão da lavagem de dinheiro da indústria das drogas ilícitas e também sem discutir os efeitos perversos da proibição de drogas, o foco das instituições públicas se volta para a vigilância e punição das classes subalternas. Não procede o discurso acionado por “formadores de opinião” de que o Estado não está presente nas favelas. Está presente tanto no policiamento das comunidades como na realização de projetos culturais, construção de escolas, creches, vilas olímpicas (ZALUAR, 2003; MONTEIRO, 2007). Ao mesmo tempo repetem-se em todos os Estados da federação, com maior ou menor intensidade, as ações truculentas das polícias em favelas ou nas periferias da cidade, desrespeitando moradores, espalhando o ódio reproduzindo o ciclo de violência e barbárie.

Numa entrevista feita há algum tempo com um jovem líder de uma favela da zona sul, foi possível perceber a hostilidade mútua entre moradores e polícia. Indagado se tinha medo do tráfico instalado em sua comunidade, o jovem me respondeu que não, tinha medo sim da polícia, pois quando seus representantes subiam o morro, era o sinal inequívoco de que a situação iria ficar tensa. Casos de abuso policial se tornaram rotina e mesmo que algumas instituições como o Ministério Público, ONGs respeitadas, políticos comprometidos com a defesa dos direitos humanos venham fazendo um trabalho corajoso de denúncias destas práticas ilegais, a realidade é até agora funesta. As intervenções no plano urbano

muitas vezes são realizadas de cima para baixo, sem o envolvimento dos moradores¹⁶.

A organização das comunidades e sua distribuição territorial indicam a preocupação de alguns pesquisadores em entender a questão da criminalidade relativa ao “lugar”. Mais uma vez a Escola Sociológica de Chicago foi importante. O trabalho de Robert Park e E. Burgess *An introduction to de science of sociology* em 1922 lançou as bases para Ecologia social. O crime determinado não pelo indivíduo e sim pelas condições sociais e físicas presentes no meio urbano. Também na década de 1920 trabalhos de Shaw e McKay, da mesma Escola de Chicago, apontavam para a formulação da teoria da desorganização social, que significa a ausência de solidariedade na estrutura comunitária refletindo a desordem social, o aumento do crime e a expansão da delinquência. Isto quer dizer que a explicação para a criminalidade não estaria nas características dos indivíduos como etnia, inteligência ou nacionalidade¹⁷. As razões para a compreensão da criminalidade residiriam nas características particulares das vizinhanças.

Assim, alguns aspectos que poderiam ser elencados como negativos afetariam a coesão social comunitária, tais como: instabilidade residencial, controle informal enfraquecido e baixa renda da vizinhança. Ocorre que a teoria da desorganização social se mostra insuficiente entender por que uma minoria de jovens na mesma comunidade, vivendo adversidades sociais similares, se envolve com a criminalidade violenta, enquanto a maioria continua apostando no trabalho e na escola. Vale dizer que a teoria da desorganização social tal como foi pensada por Shaw e McKay e como vem sendo utilizada em muitos trabalhos do CRISP da UFMG não afirma que a pobreza é a causa da criminalidade, mas que a desorganização social traduzida na debilidade dos laços sociais que envolvem

¹⁶ Esta era uma queixa constante nas entrevistas que realizei alhures. Uma moradora idosa do morro dos Cabritos mostrou-me certa vez a escada construída na entrada da comunidade e que levava até o ponto mais alto do morro, não havia corrimão e a senhora discutiu com os técnicos da prefeitura sobre a necessidade de existir um corrimão para auxiliar pessoas de mais idade na travessia dos degraus. A resposta dos especialistas da prefeitura foi de que “não estava no projeto”.

¹⁷ Sabe-se que no início do século XX ideias relacionadas às “classes perigosas” eram recorrentes e até hoje encontram repercussão em meios de comunicação. A teoria das classes perigosas veio a ser trabalhada por Louis Chavalier (1978) que construiu uma narrativa sobre a vida social parisiense do século XIX. Esta teoria supõe existir uma vinculação direta entre a recém-formada classe operária, moradora na cidade e vivendo em condições de miserabilidade e o aumento da criminalidade violenta. Esta teoria foi acionada um século depois (anos 1980) para explicar os distúrbios nos banlieus parisienses. Assim, a ligação das “classes perigosas” com o tema das drogas ocorria por meio da vinculação direta de determinados grupos com substâncias específicas. Por exemplo, os irlandeses com o álcool, os negros com a cocaína. Ver A Medicalização do uso de drogas no Brasil de Maurício Fiore In: Álcool e drogas no Brasil. São Paulo, Alameda, 2005. Vale dizer que a teoria das “classes perigosas” torna-se insustentável para explicar os arranjos criminais, uma vez que não é miséria, tal como no século XIX, mas a exclusão social que esclarece a expansão da criminalidade vista em sociedades europeias.

instituições como escola, família e igreja contribuem de forma decisiva para os altos índices de criminalidade.

Esta teoria enfatiza que a precariedade de estrutura urbana (residência com cômodos acanhados, faltos de saneamento básico) e elevada densidade populacional enfraquecem o controle social e criam a oportunidade e o motivo para a realização do crime. Com isso, o crime não seria ato totalmente deliberado, fruto de uma decisão pessoal e racional levada a cabo pelo indivíduo que agiria tomado pelo cálculo pragmático e depois de uma avaliação utilitária pesando as vantagens e os danos de uma ação criminosa, faria uma escolha. Tal teoria advoga que a escolha é atravessada por variáveis que se relacionam especificamente com a comunidade, o grupo familiar ou a vizinhança às quais o indivíduo pertence.

Uma das fraquezas da teoria da desorganização social diz respeito à questão do controle social. Se entendermos o controle social como um tipo de dominação simbólica que limita ou constrange determinados comportamentos, será preciso levar em conta que o envolvimento de jovens com o tráfico de drogas se exerce num contexto localizado em algumas vizinhanças, em certas áreas da cidade, de valorização do consumo, do poder obtido pelo dinheiro fácil e pelo uso das armas de fogo e da violência daí recorrente, e se conecta a baixas expectativas em relação ao mundo institucionalizado do trabalho (Zaluar, 2007). As famílias que vivem nas comunidades, vítimas da brutalidade policial, da crueldade das quadrilhas, da baixa inserção no mundo do trabalho informal, não são meras reprodutoras de meninos-trafficantes.

A favela não é apenas o tráfico, o traficante, a violência. A etnografia clássica de William Foote-Whyte, *Sociedade de Esquina* (2001), demonstra a importância de superar visões de mundo particulares que se revestem de generalidade. Sem acionar o discurso ideológico, o autor desmonta as visões que mostravam *Cornerville* - a cidade onde o trabalho de campo foi realizado - um local de desorganização social, ao contrário, existia uma intrincada rede de relações e obrigações recíprocas que compunha uma complexa estrutura social. Já fiz menção antes que ao distinguir os “peixes graúdos” e os “peixes miúdos”, Foote-Whyte mostra como os primeiros estão no lugar mais privilegiado da hierarquia social, e seriam os indivíduos envolvidos com a política partidária e os gângsteres; os segundos, divididos entre os “rapazes formados”, orientados pelo espírito de poupança e preocupados com a

ascensão social e “rapazes da esquina”, orientados pelo consumo, prestígio e influência na comunidade.

A relevância do trabalho de Foote-Whyte insere-se na aguda observação dos tipos sociais e a construção das redes de relações que impõe lealdades pessoais, confiança mútua, obrigações recíprocas, o que acaba por nortear as estratégias de ascensão individual numa economia capitalista. Ademais, o mérito de Sociedade de Esquina se estende até a análise das organizações criminosas com a polícia e as expectativas de cada grupo para com instituições governamentais.

Ocorre que a formação das quadrilhas produz o que alguns autores chamam de pólo gravitacional (Soares, 2005) que compete com a vida institucionalizada, legal e torna-se uma fonte de atração para jovens das comunidades (Zaluar, 1985 e 2004). Trata-se de um expediente de entrada em mundo de aventura marcado por contingências, obrigações recíprocas de lealdade, situações cotidianas de risco de morte provocadas pela atuação da polícia ou confronto com quadrilhas inimigas e aquisição do “dinheiro fácil”, não tendo nada a ver com estratégia de sobrevivência. Esse mundo da aventura povoado pelo conflito violento apoiado numa cultura hedonista se opõe ao mundo do trabalho árduo, da vida rotineira, de exigências típicas de uma socialização metropolitana que obriga a pontualidade e cobra dos indivíduos uma inserção na divisão do trabalho. É sabido que muitas famílias pobres recorrem à mão-de-obra juvenil para complementar a renda e sem nenhum envolvimento com o tráfico de drogas. Muito embora o comércio ambulante, outrora uma alternativa para as classes subalternas, tenha nos últimos tempos se conectado a redes criminosas.

O contexto social, para o jovem, morador de comunidade, na qual o tráfico tenha se instalado não se reduz à sua condição de subalterno. O jovem das camadas médias vive também agruras do processo de construção da identidade, de visão de mundo, de escolhas pelo trabalho ou pela aventura. Ocorre que a exposição de uma população jovem a fatores como evasão escolar, violência doméstica, moradia vizinha de conflitos violentos, baixa inserção profissional e esfacelamentos da estrutura familiares aumentam as chances de envolvimento com a criminalidade violenta. Ainda, é sempre importante assinalar, uma minoria de jovens, moradores de comunidade, abraça a atividade criminosa do tráfico.

Assim, a quadrilha também é uma “agência de socialização” (Zaluar, 1985 e 1994), que age sob o signo da masculinidade, pois o tráfico de drogas ilícitas nas

comunidades cariocas ainda é um negócio de homens. Mais do que isso, essa “agência de socialização” introduz os jovens num ritual que se inicia com seus batismos de fogo, nos quais os riscos e perigos de uma ação criminosa que envolva assaltos, mortes são desconsiderados em nome da lealdade com o grupo. É bem característico dos processos ritualísticos desvendados na Antropologia, na medida em que pertencer a quadrilha significa estar em oposição à família, por exemplo, e dá sentido a uma existência social que inverte normas e padrões, neutralizando a cultura do trabalho e reforçando uma subcultura criminosa.

É equivocado afirmar que exista um vazio institucional nas favelas e que, por isso, os traficantes ocupam o local. Se há um vazio institucional, isso se traduz no precário funcionamento da justiça, ao menos para as classes populares. O sociólogo Loïc Wacquant no livro “Prisões da miséria” (2001) chama a atenção para ascensão do Estado Penal em detrimento de um Estado Social. O primeiro seria pautado num conjunto de instituições que apostam na repressão policial, na proibição de substâncias psico-ativas e no encarceramento de indivíduos envolvidos com a marginalidade. O Estado social estaria perdendo a corrida para a promoção de justiça social por conta deste modelo *made in USA*. Segundo Wacquant, este modelo norte-americano de combate ao crime se propaga até a Europa e alcança o Brasil. Neste sentido, os habitantes das cidades brasileiras experimentam o aumento do número de mortes violentas e assistem a demonstrações de força e abuso por parte das polícias. Em vez de atenuar o problema, as forças policiais agravam ainda mais este quadro de criminalidade violenta.

Uma das facetas reveladas pelo comércio ilegal de drogas e armas no Brasil, ao menos do início dos anos 1990 para cá, foi a capacidade de articulação para efetuar climas de insegurança e medo, quando não ataques apoiados numa lógica de terrorismo¹⁸. O chamado Estado Penal colaborou para atingir este momento. É notável como os governantes, cheios de pompa e circunstância, fazem discursos sobre a construção de prisões. No entanto, não manifestam nenhuma palavra sobre o desrespeito do Estado à chamada LEP (Lei de Execuções Penais). Porém, Wacquant vai mais longe e afirma que se trata antes de um projeto, ou seja, uma política pública de enfrentamento da criminalidade que oculta o afastamento do

¹⁸ No ano de 2006, o Estado de São Paulo sofreu ataques simultâneos, coordenados, à delegacias, bancos, escolas. A autoria destes atentados deve-se ao PCC, Primeiro Comando da Capital, uma organização criminosa criada no início dos anos 1990 e cujos principais líderes estão nas prisões paulistas.

Estado do campo econômico, e seu objetivo elementar é oferecer segurança pública sem reconhecer as circunstâncias que engendram o aumento da violência urbana, omitindo a profunda insegurança social que atinge grandes parcelas da população, sobretudo os segmentos mais jovens. Todavia, esta política, seguindo o raciocínio de Wacquant, significa um tratamento diferenciado dado pela justiça, como igualmente as abordagens policiais são discriminatórias expondo de forma cruel o racismo e a desigualdade no Brasil.

As políticas de combate ao tráfico cada vez mais apostam no recrudescimento das ações bélicas nas favelas. O caveirão, carro-tanque blindado da Polícia Militar, entra sem cerimônia nas favelas promovendo o massacre de moradores e sem nenhuma consideração pelos direitos civis da população. O resultado destas ações é o extermínio de homens, mulheres e crianças, assim como também de policiais que são mortos no exercício do seu ofício, o que reforça a contabilidade da carnificina cotidiana imposta pelo Estado. Esta política promove o descumprimento de direitos e estimula o ódio recíproco.¹⁹

Assim, é de bom alvitre não confundir as causas da saída do tráfico a partir de sobreposição das condutas individuais acumuladas. A questão é compreender a retirada de jovens da dinâmica criminal com base em processos sociais objetivos e como estes se manifestam nas mais variadas experiências, situações, interações interpretadas subjetivamente, e que podem resultar em alguns jovens, na mudança de rumo, de projeto identificatório, de carreira. Portanto, não é caso de descrever trajetórias sociais tomando como eixo principal o que os indivíduos “sentem”. Ao mesmo tempo escapar das tentações de explicações de cunho bombástico que “repercutem” nos meios de comunicação. Neste sentido, teses como “Cidade Partida” não são suficientes para entender o fenômeno da violência no Rio de Janeiro.²⁰

O objetivo é fornecer subsídios para reafirmar a necessidade da prevenção terciária, a que impede a volta de ex-prisioneiros para a atividade criminosa, no caso o tráfico de drogas, e para aprimorar as políticas públicas existentes nesta direção.

¹⁹ Sobre a política do Caveirão, ver artigo com o mesmo nome no site www.luizeduardosoares.com.br

²⁰ Refiro-me especificamente ao livro de Zuenir Ventura, Cidade Partida, que acabou se tornando uma espécie de senso comum esclarecido sobre as “causas” da violência no Rio de Janeiro.

1.2 O crime organizado: muito além do morro

A conceituação de crime organizado ainda é movediça, repleta de definições que muitas vezes atrapalham a compreensão do fenômeno. Sabe-se que o crime organizado se envolve diretamente com a máquina estatal e em alguns casos com as ações governamentais. O diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, Delegado Getulio Bezerra, numa entrevista²¹ resumiu assim o conceito de crime organizado:

Trata-se de crimes de grande potencial ofensivo, praticados por grupos criminosos organizados, permanentes ou duradouros, que buscam incessantemente vantagem financeira e que debilitam o Estado.

Portanto, existem diversas práticas criminosas que são adequadas ao conceito. Contudo, o tráfico de drogas ilícitas, como cocaína, sintéticas e heroína, aliado ao tráfico de armas movimentam bilhões de dólares anualmente.

Reconhecendo que o tráfico de drogas e armas é um tema transnacional, a Assembleia Geral da ONU encomendou a um grupo de trabalho no final de 1998, a realização de uma convenção internacional para dar conta destas atividades. No ano seguinte, foi realizada na cidade de Palermo, no sul da Itália – uma escolha emblemática – uma reunião para a assinatura da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Finalmente, em novembro de 2000, na Assembleia Geral do Milênio, a Convenção de Palermo foi adotada Pelas Nações Unidas.

Mingardi (2007) elenca cinco características que definem o crime organizado: hierarquia, previsão de lucros, divisão do trabalho, planejamento empresarial e simbiose com o Estado.

Sobre o primeiro e o terceiro ponto, discutirei adiante, uma vez que foi uma questão saliente nas entrevistas com ex-traficantes. No que toca a previsão de lucros, os depoimentos revelaram que existiu desde o fim da década de 1970 uma estimativa de quanto se poderia ganhar não apenas com a comercialização de drogas, mas com outras atividades criminosas, como sequestros e assaltos. Mingardi alerta que esta é uma característica que pode ser encontrada em toda

²¹ Entrevista concedida à *Revista Estudos Avançados*, vol 21, N. 61. Set/Dez. 2007.

atividade empresarial moderna e acerta quando afirma: “Já numa organização criminosa de jogo ou tráfico, por exemplo, existe uma rotina que permite o próximo mês tendo como base os anteriores” (MINGARDI, 2007, p. 56).

De fato, nas entrevistas feitas tanto com traficantes que operaram no fim dos anos 1970, assim como com alguns que atuaram duas décadas depois, surgiu a previsão dos lucros na qual está embutida não apenas o pagamento dos empregados da “firma”²², como, em alguns casos, o “arrego”²³ das polícias. Todavia, é preciso tomar cuidado e não exagerar a maximização do lucro como o motor da história do tráfico. Embora não rasgassem dinheiro, a racionalidade econômica - o cálculo mais utilitário - na maior parte das vezes estava submetidas à aquisição de bens consumo: roupas, joias, motos, celulares. Ou seja, o que eles denominavam de “curtição” ou a busca do prazer tinha tanto ou mais importância do que a perseguição do lucro.

Entretanto, outros traficantes, não raro, juntavam um montante de dinheiro e viajavam ou controlavam o negócio morando em outra cidade, deixando um homem de “frente”²⁴ em confiança. Não se tratava de férias, mas de extensão de negócios para onde podiam montar uma logística mais eficiente de distribuição de mercadorias.

Matérias de jornais de 2004, Folha de São Paulo e O Dia, mencionaram a migração de alguns integrantes do Comando Vermelho para a região sul fluminense (Angra dos Reis e Paraty). Em 2002, O Dia noticiou que Marquinhos Niterói em 2000 montou uma fábrica de gelo e comprou três barcos de pesca no distrito de Barra de Itabapoana no município de São Francisco de Itabapoana. Longe dos holofotes midiáticos, este minúsculo distrito fica às margens do rio Itabapoana, com fácil acesso para o mar e vizinho das rodovias RJ 224 (Campos-Barra) e BR-101 (estrada federal que corta o país)²⁵. Portanto, as quadrilhas instaladas nas favelas cariocas e na região metropolitana do Rio de Janeiro possuem algum nível de planejamento empresarial.

A simbiose com o Estado diz respeito principalmente à polícia. Mas é claro que o Estado não é apenas a polícia. O sistema prisional e a justiça criminal também

²² A própria expressão “firma” usada por vários traficantes denota o caráter minimamente empresarial.

²³ “Arrego” é a propina paga pelos traficantes aos policiais, para que estes não realizem o serviço de repressão ao comércio de drogas ilícitas.

²⁴ “Frente” é literalmente o indivíduo que está na qualidade de líder, embora possa não ser o dono do morro.

²⁵ Ver matéria na *Folha de São Paulo*, em 23 out. 2004 e no *O Dia* em 14-03-2004.

são o Estado. Mingardi afirma que isoladamente, a simbiose com o Estado é a mais importante das cinco.

Giovani Quaglia²⁶ afirma que o Brasil deixou de ser já algum tempo uma rota do tráfico de drogas e, como está no trajeto entre produtores (Bolívia, Colômbia, Peru) e clientes finais (EUA e Europa), tornou-se um mercado consumidor. Segundo dados revelados por Quaglia existem cerca de 200 milhões de pessoas consumidoras drogas ilícitas no mundo. Três quartos consomem maconha, que é a droga mais comercializada e é traficada em todos os continentes. No ano de 2000 foram apreendidas 4 mil toneladas da droga, 15% a mais que no ano anterior. A maior parte das apreensões aconteceu na América do Norte, em especial no México.

A violência então produzida pela conexão entre o tráfico de drogas e o de armas não está inscrita num paradigma puramente político. Os traficantes das quadrilhas no Rio de Janeiro não possuem um projeto de poder político como as FARC na Colômbia. O Rio de Janeiro não vive uma guerra civil e ainda que, de dentro da prisão, algumas lideranças do Comando Vermelho invoquem lemas da sua fundação, está longe de se acreditar que um jovem empunhando um fuzil numa favela esteja vivendo subjetivamente uma condição de revolucionário. Isto não significa, que fique claro, que não existam ligações do tráfico de drogas com o mundo da política, para além da época de eleições. Aliás, este é um tema ainda a ser seriamente pesquisado. Ocorre que no âmbito do crime organizado, a corrupção política, o discurso negativo das instituições democráticas e a reprovação do “sistema”, exaltando as iniquidades existentes na vida social estiveram sempre presentes.

Outra característica apontada por Mingardi (2007) para definir o crime organizado seria a existência de três modalidades diferentes de execução.

A primeira concerne à esfera tradicional e remete ao apadrinhamento e às relações clientelistas no plano interno. É preciso ter cuidado e definir o que seria esse clientelismo para não tomar a ideia de senso comum que “o Brasil é um país clientelista”. Os cientistas políticos ensinaram que, desde a Roma antiga as clientelas gravitavam na comunidade familiar, mas de dinâmica e status distintos. A vinculação entre os clientes gerava dependência política e econômica e a

²⁶ Matéria Publicada na *Folha de São Paulo* em 2003.

organização política atendia preferencialmente a esfera doméstica. Sendo assim, os escravos alforriados e os sempre suspeitos estrangeiros recém-chegados buscavam uma proteção junto aos nobres dentro da estrutura familiar.

O mundo moderno, segundo Giddens (1990) nada mais é do que a destradicionalização, com sua dimensão cultural que desencanta o mundo (Weber, 2005) e seculariza as visões de mundo tradicionais. Em seu lugar elege a razão humana como governante do mundo objetivo das coisas (esfera da ciência) e do universo das regras e normas (plano social), amparada por arranjos institucionais como o Estado e o Mercado. Mas a Antropologia ensina também que a tradição persiste na vida moderna e metropolitana e que, embora as instituições modernas tenham anulado – formalmente – as relações de dependência, o clientelismo retornará em formas mais diversas.

A imposição da lei do silêncio é uma das facetas apontada por Mingardi dentro da modalidade tradicional. De fato, dentro das quadrilhas a tal da lei do silêncio é uma mercadoria valiosa e nas entrevistas por mim realizadas isto ficou nítido. Todo o tempo existia uma tensão no ar quando inadvertidamente alguém citava um nome conhecido do tráfico. O ponto é que, de forma mais geral, as quadrilhas que operam no tráfico no Rio de Janeiro prezam a discrição como de resto qualquer organização criminosa que guarda características de organização secreta. O segredo sobre as atividades, o pessoal e, principalmente, sobre a própria existência da organização é tão importante que vazá-lo pode conduzir à pena de morte decretada pelos líderes da organização.

Um caso muito conhecido na cidade e no país foi o do traficante Marcinho VP. Personagem do livro *Abusado* do jornalista Caco Barcellos²⁷, foi preso sozinho, desarmado, em 2000. Pouco tempo depois de o livro ser lançado, Marcinho VP foi assassinado no presídio de Bangu 1 pelos próprios integrantes da facção a qual pertencia, o Comando Vermelho. Seu corpo foi colocado numa lixeira repleta de livros e com um bilhete com a frase: “esse nunca mais vai ler”. Ao atravessar as 557 páginas do livro de Barcellos, não irá se encontrar nenhuma informação reveladora sobre o tráfico, os traficantes. Nada que não tenha saído nos jornais, que outros jornalistas tenham escrito e cientistas sociais, com outro recorte, tenham pesquisado. Mas a regra básica que Marcinho VP descumpriu foi a da discrição,

²⁷ BARCELLOS, Caco. *Abusado*, Rio de Janeiro: Record, 2007.

adotou uma conduta diametralmente oposta, a busca da notoriedade. Ao perguntar sobre o caso Marcinho VP para os ex-trafficantes que ocuparam postos mais elevados na hierarquia criminoso, a resposta era uníssona, independentemente da facção: “tratava-se de um rapaz exibido”.

Ainda sobre a modalidade tradicional, Mingardi ressalta que o surgimento dessas organizações criminosas se dá em condições específicas e dá como exemplo a Camorra, a máfia napolitana, que surgiu da união de criminosos dentro da cadeia. Não por acaso, as quadrilhas que dominam o tráfico de drogas e armas no Rio de Janeiro surgiram dentro do sistema prisional, como relatarei no capítulo seguinte. Mas as circunstâncias especiais também geram, segundo Mingardi, outras organizações criminosas como a Yakuza (aliança de quadrilhas pequenas que formam um conselho), a máfia de New York (laços de parentesco unem famílias em uma terra distante), Cartel de Cáli (associação de criminosos que visam o monopólio da distribuição de drogas).

Contudo, é necessário prudência ao estabelecer qualquer analogia da máfia²⁸ com os traficantes de drogas no Rio de Janeiro. Na sua origem, a máfia siciliana explorava o latifúndio que era, no século XIX, o eixo principal da economia naquela ilha. Para que os acordos tácitos - verticalmente impostos - fossem cumpridos, os senhores da terra compunham milícias privadas que faziam sem cerimônia o uso da força. Mas não foi apenas um fenômeno rural (Lupo, apud Zaluvar, 2004). Assim:

Negar o caráter organizado da criminalidade contemporânea é negar a história. Assim foi desde os seus primórdios na Itália, ainda durante o século XIX quando já então misturava promiscuamente negócio e criminalidade, política e favoritismos, clientelismos, fraudes eleitorais e, last but not the least, parcialidade na aplicação da lei ou fraude jurídica. Em outras palavras, o crime organizado na Itália seria o resultado de profundas mudanças históricas que provocaram hibridismos culturais, rearranjos da propriedade fundiária e jogos políticos complexos, tudo ao fio da navalha sem perdão. (ZALUAR, 2004, p. 342).

Deste modo, o monopólio da violência ficou sob a égide da máfia que agiu ao arrepio da lei. O Estado de Direito incipiente não logrou êxito na tentativa de deter os grupos privados que viessem a fazer uso da violência. No pós-guerra a máfia imiscuiu-se na vida política, social e econômica e diversificou seus negócios ilícitos atuando desde o tráfico de drogas ao sequestro, extorsão, homicídio de aluguel e contrabando de armas. Portanto, a máfia opera nas variadas vertentes do mundo

²⁸ Sobre a máfia ver: LUPO, Salvatore. *A história da Máfia*. Das origens aos nossos dias, São Paulo:Ed. Unesp, 2002.

ilegal e não se restringe à venda de proteção ou uma relação dual padrinho-cliente. Mingardi ainda menciona a “clínica geral”, que seria a não especialização em algum tipo de crime, mas sim a atuação em cima das oportunidades, da ação que pode ser mais rentável.

A segunda modalidade que caracteriza o crime organizado, segundo Mingardi, é a empresarial. Seria adaptação de premissas modernas da administração para o mundo do crime. O autor oferece a lavagem de dinheiro, como também bandos especializados em roubo de cargas como o exemplo mais significativo desta modalidade. Finalmente, a terceira modalidade é a endógena e são gestadas dentro da máquina pública com corrupção, nepotismo e peculato. Estes grupos não agem apenas ao sabor das oportunidades oferecidas pelo jogo político, mas estão incrustadas no poder em diversos escalões. A máfia dos fiscais na década passada é um exemplo, segundo o autor, do caráter endógeno.

O jogo do bicho na visão de Mingardi é um exemplar da modalidade tradicional de crime organizado. Ao citar o narcotráfico²⁹, o autor é prudente e ressalta que depende da área do país em que atua e a etapa de estruturação em que se encontra. Chamo a atenção para a expressão narcotraficante que é utilizada largamente pelos meios de comunicação. Rodrigues (2003) diverge da ideia de que a estruturação do narcotráfico internacional ocorra em torno de cartéis ou em organizações de grandes proporções. Na verdade, Rodrigues sugere que a classificação correta seria a de oligopólio, com grupos menores, fragmentados, que não possuem controle sobre todas as etapas do processo produtivo (plantio, manipulação, transporte, comercialização e lavagem de dinheiro). As ligações entre esses grupos teriam como base uma série de arranjos provisórios que flutuam de acordo com as contingências políticas. A violência neste setor oligopolizado seria de menor intensidade³⁰, enquanto no mercado varejista, por contraste, a violência se intensifica na luta por espaço físico formação de clientela.

Note-se que este registro obriga a uma reflexão sobre o proibicionismo, que, na concepção de Rodrigues, entre vários outros autores, foi o motor de instalação do narcotráfico. Se nos primórdios do século XX, substâncias hoje consideradas ilícitas,

²⁹ Sobre definição de narcotráfico ver: KRAUTHAUSEN, Ciro; SARMIENTO, Luiz Fernando. *Cocaína & Co*, um mercado ilegal por dentro. Bogotá, Tercer Mundo, 1991.

³⁰ Violência de menor intensidade não significa que não ocorram disputas sangrentas, vide a reação do chamado cartel de Cáli (criado pelos irmãos Gilberto e Miguel Rodríguez Orejuela) em relação ao cartel de Medellín (De Pablo Escobar), no fim dos anos 1980. Sobre Pablo Escobar, recentemente saiu uma publicação assinada por James Millinson, com farto matéria fotográfico.

como heroína e cocaína, estavam inseridas em mercado legal que envolvia interesses geopolíticos coadunados com os lucros auferidos pelas indústrias farmacêuticas (RODRIGUES, 2005, p. 292), com as transformações políticas e culturais no correr do século, forjou-se a proibição e a repressão às drogas, capitaneada pelos EUA.

A dedução final do livro de Rodrigues é a de que o proibicionismo criou o narcotráfico parece correta, mas não explica a complexidade de fenômeno transnacional. É quase como se dissesse que o tráfico de drogas se instalou nas favelas do Rio de Janeiro porque as condições socioeconômicas destes sítios são precárias. Ora, as favelas existem há mais de um século, por que então demorou tanto para a criminalidade organizada controlar esses locais? Mas não resta dúvida de que a proibição de drogas não diminuiu a oferta e que, pelo contrário, o preço da cocaína caiu nos últimos anos.

1.3 Sementes da violência

O tema das drogas ilícitas e do tráfico vem sendo estudado ao menos nas três últimas décadas pelos mais diversos ângulos, da Sociologia à Epidemiologia, passando pelo Serviço Social e indo até a Economia. O assunto vem sendo tratado como um problema grave dentro da agenda política e social nos mais variados países do mundo, adquirindo prioridade pelas implicações com a criminalidade violenta. Um problema porque se conecta a uma extensa rede de questões delicadas que vão da segurança à saúde pública. No Brasil, esta questão está vinculada ao aumento da violência urbana nas grandes cidades partir do final da década de 1970.

O final dos anos 1970 marca o início da construção do tráfico de drogas e de armas na cidade do Rio de Janeiro, com ramificações na sua região metropolitana. Com a consolidação das redes criminosas ao longo dos anos 1980, a criminalidade violenta deu um salto significativo. Ocorre que o tráfico de drogas ilícitas associado ao contrabando de armas capturou jovens em situação de desamparo familiar e escolar, morando em vizinhanças já tomadas pelas práticas e valores da violência letal intencional que equivale a homicídios, que tem na arma uma maneira de afirmar

a sua masculinidade³¹. Adicionado ao fato de precárias ações governamentais que instalem políticas públicas de garantias de oportunidades e inclusão social, criou-se uma matriz de reprodução de meninos-trafficantes³² que controlam certos territórios, em alguns casos vizinhos de áreas ricas da cidade, ao menos no Rio de Janeiro, com sua peculiar geografia social.

Uma das organizações criminosas mais importantes do tráfico de drogas se autodenomina Comando Vermelho. Iniciou-se ainda no final da década de 1970, quando o Brasil vivia uma ditadura militar. Presos políticos e condenados pela Justiça, sem envolvimento com atividades consideradas à época subversivas, foram alocados no presídio de segurança máxima em Ilha Grande. Naquela época, o “sistema”, ou seja, os presídios e penitenciárias, era dominado por uma organização de criminosos chamada Falange Jacaré³³ que cobrava pedágio, explorava presos, matava e escolhia quem ia ficar como responsável pela morte.

A Falange Vermelha³⁴ foi criada para proteger os presos de seus predadores. Mas tornou-se o ovo da serpente. Práticas de ação guerrilheira, baseadas em cálculos estratégicos, foram divulgadas pelos presos que fizeram a luta armada para derrubar o regime militar para outros presidiários, os chamados Leis de Segurança, que passaram longe das guerrilhas, mas que partilhavam o enquadramento da nova lei de segurança nacional.

Quando por volta da metade dos anos 1970 os presos políticos foram removidos, a estrutura da ainda Falange Vermelha³⁵ já estava de pé. O que se seguiu foi a aplicação das técnicas difundidas pela convivência dos “criminosos comuns” e os comunistas na atividade criminosa, que envolvia assaltos a bancos, jogatinas, sequestros. Na década de 1980, os líderes da Falange Vermelha criam o Comando Vermelho³⁶.

³¹ Ver ZALUAR, A. Texto apresentado no seminário Masculinidade hegemônica, realizado no Instituto de Medicina Social da UERJ em 2001. Publicado com alterações em *Integração Perversa*: FGV, 2004.

³² É de bom alvitre deixar claro que esta é uma categoria nativa empregada pelas pessoas mais velhas da vizinhança e que não se refere a crianças, mas a jovens e adolescentes.

³³ A denominação advém da procedência da maioria dos indivíduos que compunham esse grupo, moradores do Jacarezinho.

³⁴ Edmundo Campos Coelho (1987) observa que a denominação “Falange Vermelha” foi uma invenção da imprensa; nas cadeias se chamava *Leis de segurança*.

³⁵ A referência à cor vermelha tem um caráter axiomático.

³⁶ Já existe uma bibliografia consolidada sobre a criação dos comandos que controlam o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, ver Amorim (1994) e Lima (1991).

A implementação do tráfico de drogas nas favelas cariocas e fluminenses se consolidou na década de 1980,³⁷ com o aumento da oferta de cocaína e a formação de um mercado consumidor constituído não apenas de usuários de classe média, mas também de indivíduos em condições sociais menos privilegiadas, mas que, graças a uma rede de amizade e confiança, conseguem pertencer ao circuito no qual a droga é consumida³⁸. No início era a “boca de fumo”, local onde era comercializada a maconha, e com o advento da cocaína manteve-se a alcunha. Nos anos 1990, o ponto de venda de cocaína passou a ser conhecido pelos usuários como “movimento”; algo fácil de se entender, pois se a boca estivesse num local estático facilitaria a ação da polícia³⁹ e tornaria a quadrilha um alvo mais acessível para traficantes rivais.

A estruturação do Comando Vermelho remonta então à segunda metade da década de 1970. A política de segurança nacional comprometeu o sistema penitenciário ao engendrar uma estratégia de envergamento dos opositores ao regime militar. Deste modo, os criminosos comuns conviveram no presídio de Ilha Grande com os chamados “subversivos”. A identidade cultural e social das lideranças surgidas dentro dos presídios fluminenses dispensa um caráter racial ou um recorte étnico (ADORNO; SALLA, 2007), uma vez que a massa carcerária é composta na sua maioria por homens pobres. As lideranças que emergiram na Ilha Grande no fim da década de setenta não aprenderam a assaltar bancos⁴⁰ a partir da convivência com os *leis de segurança*, o que eles aprenderam foi algo muito mais importante do ponto de vista criminoso: o cálculo, a organização, em outras palavras, a modernização do crime. Além disso, enveredaram logo para o tráfico de drogas e armas, asfixiando as quadrilhas independentes que existiam então dentro das favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro.

³⁷ Ver Zaluar, A. O Rio contra o crime. *Revista Presença*, n.5, 1985a; *Teleguiados e chefes*. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, n. 14, 1998.

³⁸ Meu livro, *De olhos bem abertos: redes de tráfico em Copacabana*, ed FGV, 2001, foi uma tentativa de analisar a relação entre usuários de drogas ilícitas no bairro de Copacabana e o vínculo destes com os vendedores do local. Na minha etnografia observei que as redes de sociabilidade entre os usuários independe de recorte de classe ou etnia, mas sim da construção da confiança e, em alguns casos, de uma amizade.

³⁹ O comandante de um Batalhão da Polícia Militar localizado na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, afirmou em uma entrevista por mim realizada no início de 2001, que não existe a “boca de fumo” e sim o “movimento”, uma vez que o ponto de vendas de drogas dentro da favela está sempre mudando.

⁴⁰ Vide a quadrilha liderada por Lucio Flavio, que cometeu dezenas de assaltos a bancos na década de 1970, até ser preso em janeiro de 1974. Mas o bando de Lucio Flavio não obedece aos critérios de criminalidade organizada que se iniciaria em breve. Uma das versões para a sua morte um ano após a prisão é justamente a recusa em aderir a uma das falanges que disputavam o controle em Ilha Grande. Ele foi morto com 19 facadas no presídio Helio Gomes.

No plano interno, dentro do sistema prisional, os primeiros líderes do Comando Vermelho, dentre eles, William da Silva, conhecido como professor, estabeleceram rígidos códigos de conduta no interior das cadeias. Segundo Adorno e Salla (2007), seguindo pistas deixadas por Paixão (1987), a submissão dos presos às lideranças emergentes decorre não apenas da situação de vulnerabilidade, mas de três elementos característicos da situação vivida dentro do sistema prisional naquele momento: o medo, o cálculo e a resignação.

O primeiro decorre do vetor dominante da vida prisional: a violência. Em um ambiente de desconfiança, medo e insegurança, o uso da força física espalha fama e renome entre os detentos e garante concessões de prerrogativas na “sociedade dos cativos”. O cálculo é outro elemento marcante e diz respeito autoproteção. Ao mesmo tempo em que os grupos organizados dentro do sistema prisional rogam a cooperação e denunciam o arbítrio dentro do cárcere, executam sem perdão os delatores. Adorno e Salla (2007, p. 14) chamam atenção neste ponto para a repetição de “traços da cultura política brasileira, estabelece uma sorte de sincretismo moral entre tradição (proteção pessoal) e modernidade (apelo à justiça e ao direito)”.

Por último, mas não menos importante, entra a resignação, a paciência com o sofrimento. Isto advém, segundo os autores, lembrando o trabalho de Edmundo Campos Coelho (1987), da ação criminosa realizada pelos *leis de segurança*, o assalto a bancos. Tal empreendimento compreendia um grau de sofisticação e tempo gasto, desde o planejamento até a execução, diferindo dos furtos e assaltos praticados por punquistas que agem quase ao sabor do acaso, não distinguindo as vítimas. Coelho (1987) vai mais longe e sugere que os *leis de segurança* lograram êxito ao abrir o leque de adesões nas cadeias. O autor dá um exemplo: “Na penitenciária Lemos de Brito, uma dessas lideranças era exercida por Bira Charuto, um traficante de tóxicos que a massa carcerária acabou identificando como um *lei de segurança*” (Ibidem, 343).

Ademais, Coelho, valendo-se do trabalho de Gresham Sykes (1974), expressa a importância do sistema de regras que regulam o equilíbrio delicado da vida prisional. Na chamada “sociedade dos cativos”, as regras de conduta obrigam o conhecimento por parte de todos os envolvidos. A natureza moral está presente na medida em que impõe deveres e obrigações a todos os seus membros, o que revela um caráter de dominação existente na vida no cárcere. Ocorre também dentro desta

“sociedade dos cativos”, a dependência mútua, vale lembrar que os *leis de segurança* não tinham referências comunitárias - o que a segunda geração do Comando Vermelho, Escadinha, por exemplo, teve – despojados de recursos externos, sem filiação com localidades externas, a disputa pelo controle interno, nas prisões, foi de extrema violência⁴¹.

Coelho (1987) argumenta que indivíduos como Escadinha, Gordo, Meio-Quilo, Denis da Rocinha são alinhados de forma equivocada com Falange Vermelha, uma herdeira dos *leis de segurança*. A vinculação deles com a organização seria nas palavras do autor, “espúria”, portanto, ilegítima, não genuína. Ocorre que Escadinha e outros atingiram no início da década 1980, aquilo que alguns autores chamaram de “crime-negócio” (ZALUAR, 1995).

Ao mesmo tempo, o Brasil passou a ser uma das rotas do tráfico de drogas nos idos de 1980 (GEFFRAY, 1996, 2001; ZALUAR, 2002) e com os estados vizinhos dos países produtores: Acre, Rondônia, Mato Grosso, Paraná e São Paulo. As rodovias foram (e são) usadas para distribuir a droga por todo o país. Adiciona-se também o crescimento do número de furtos e roubos de veículos que serviram de permuta para a aquisição de cocaína (BEATO, 1998). Não se sustenta a ideia de que o Rio de Janeiro seria o centro de distribuição para a Europa.

A estruturação da Falange Vermelha, depois Comando Vermelho, se dá a partir de uma lógica de organização que estava atenta para o financiamento de operações como fugas, por exemplo. A famosa “caixinha” estabelecida nos presídio de Ilha Grande consistia em prover as despesas com subornos a guardas e aluguel de barcos para chegar ao continente. Um traficante importante nos anos 1980 que ficou preso em Ilha Grande alguns anos no início da mesma década, descreveu desta forma o esquema da “caixinha”:

Essa coisa surgiu mesmo com os *Leis de Segurança*, eles começaram lá dentro se organizar, fulano e cicrano vão fugir da cadeia, mas eles não têm dinheiro para pagar a fuga. Então faziam uma “caixinha”, eles tiraram dinheiro dessas “caixinha”, eles iam pra rua, chegavam na rua tinha um determinado lugar pra eles ficarem. Quando chegavam lá já tinha casa, tinham arma, tinham tudo, então formavam uma quadrilha e na qual eles roubariam bancos, joalherias, e 40 % eles mandariam para dentro da cadeia, a Falange Vermelha, foi assim que começou a se organizar. Muitos presos aceitaram, mas tinham outros que não aceitava. Até porque que se entrasse uma maconha pra cadeia, tinha que dar uma parte, ai teve uns caras que acharam que isso era pedágio e não iam pagar, foi quando estourou uma guerrinha na colônia e criaram a Falange Vermelha e Falange do Jacaré. Ai a coisa tomou uma proporção que chegou nessa monstruosidade que tá hoje.

⁴¹ Sobre a explosão de violência no sistema prisional fluminense, existe no livro *A Oficina do Diabo* e outros estudos de criminalidade, uma cronologia da crise de 1983 (p. 167-190).

As explicações para o ingresso na criminalidade não podem mais ser buscadas na pobreza⁴². É preciso reconhecer que a estrutura que forma o tráfico de drogas e armas inclui a corrupção dentro de setores das corporações policiais, mas não funciona apenas por isso. Na costura das redes de tráfico está uma urdidura que se insere em uma estrutura capitalista, de economia criminal. A venda da droga nas comunidades é a ponta de um tecido que resguarda elementos do Estado e da Sociedade, tornando o seu miolo quase impenetrável. Não significa dizer que a explicação para o problema é econômica, ocorre que o narcotráfico é hoje uma indústria internacionalizada que movimentava bilhões de dólares⁴³. O reflexo desta movimentação gigantesca de dinheiro opera pelos mais variados canais da malha criminal: prostituição, jogatina, pirataria e, claro, lavagem de dinheiro. Mas, sem dúvida, o tráfico de drogas gera um lucro enorme.

Contudo, a porta para a entrada neste mundo ilícito não é a garantia de sucesso e ascensão social imediata. Para os meninos da favela, por exemplo, não representa um meio inequívoco de alcançar um patamar financeiro elevado. Em outras palavras, os jovens não entram para o tráfico porque a promessa de lucros exorbitantes é certa. Até porque se trata de uma minoria dentro das comunidades que opta pela entrada no tráfico. E a opção se dá pelas mais variadas razões; já se sabe por muitas etnografias realizadas que o chamado “dinheiro fácil”⁴⁴ está conectado a uma série de exigências psicossociais e culturais.

A situação de extrema vulnerabilidade torna adolescentes presas fáceis das práticas sedutoras do tráfico com seus encantos de propiciar um consumo até então vedado à maioria dos meninos que entram para o tráfico. Esta promessa de consumo não passa apenas por obter o tênis da moda, aumentar a renda, ou decorre somente da baixa inserção destes jovens no mercado de trabalho. Possuir o tênis da moda não é uma utilidade em si mesma, mas a sua posse impõe um significado social que neste caso representa um sinal inequívoco de diferença e de aceitação no grupo. Os adeptos de uma explicação economicista reforçariam o elemento da privação que os pais destes jovens vivem. Então, quando houver um

⁴² Ver ZALUAR, Alba. *A máquina & a revolta*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1985.

⁴³ Não se sabe ao certo o volume de recursos movimentados pela indústria do narcotráfico. Em 2003, o responsável pelo Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime no Brasil (UNODC), Giovanni Quaglia, afirmou que o crime organizado funciona como uma holding na qual a droga é o produto mais lucrativo, um negócio que gira U\$ 1 trilhão por ano.

⁴⁴ Ver ZALUAR. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan, 1994.

crescimento econômico similar aos que os chineses hoje têm, os problemas da violência se resolveriam e os jovens deixariam de adentrar em redes criminosas.

Um dos argumentos mais acionados por alguns autores para dar conta da complexidade do fenômeno de ingresso de jovens, em especial, pobre e moradores de favela no mundo do tráfico diz respeito à invisibilidade social deste jovem vulnerável⁴⁵. Funciona da seguinte maneira: existe a indiferença por parte da sociedade, ou melhor, vários grupos sociais estabelecidos no mundo do trabalho, inseridos no universo competitivo, negligenciam o destino de jovens pobres, em geral negros, que habitam os lugares denominados comunidade⁴⁶. Junta-se à indiferença uma forte dose de preconceito que são transmitidos por meio de cultura que reforçam os estigmas de “perigoso” e “bandido” aos jovens que não possuem acesso à justiça e são carentes de acolhimento⁴⁷. No fundo, é o fortalecimento do preconceito racial e de classe. Mas é também a brutal demonstração de ausência de reconhecimento para com estes jovens, uma minoria, repito, que são recrutados pelos grupos criminosos. A tese da invisibilidade social mostra a negação por parte significativa dos grupos sociais organizados em relação aos jovens que, em situação de desamparo, buscam o reconhecimento por meio do ingresso na atividade criminosa; é a oportunidade de alcançar alguma visibilidade. Se a vida social está há muito organizada em torno do mercado e a lógica que alimenta este sistema é o cálculo frio, ou seja, a ação pragmática revestida de crueldade, então os jovens acionam uma prática cotidiana de reforço da barbárie.

O tráfico está montado num tripé: drogas, dinheiro e poder. Entretanto, cumpre salientar as limitações da explicação da invisibilidade social, uma de suas fraquezas seria pelo fato de ser uma abordagem descritiva, num plano fenomenológico, que não ilumina a interdependência social e a análise da gênese de todo um processo social que estruturou a invisibilidade. Para dar conta das dinâmicas socioculturais que alimentam o tráfico de drogas é preciso avançar nas

⁴⁵ A questão da invisibilidade aliada ao racismo pode ser visto no livro *Invisible Man* de Ralph Ellison (Vintage Internacional editor, 1985).

⁴⁶ É interessante o uso, na linguagem popular carioca, do termo *comunidade* no lugar de *favela*. Na sociologia clássica, foi F. Tönnies quem conceituou as diferenças entre sociedade (*gesellschaft*) e comunidade (*gemeinschaft*) e tal distinção parte de uma base psicológica que exprime duas vontades de manifestação da *realidade social*. A primeira estaria pautada na capacidade do homem de construir o mundo artificial com a régua do abstrato e orientada para as noções de utilidade e felicidade, o que desvia a rota do impulso espontâneo. A segunda tem como base a busca da intimidade, da criação e do hábito. Esmera-se na produção de relações pessoais na quais o cálculo é sempre um elemento secundário. Sendo assim, a comunidade nunca poderia ser o local do público, do anonimato.

⁴⁷ Ver DELLASOPPA, E. *Violência, estrutura de relações sociais e interação*: relações de conluio na sociedade brasileira. Série estudos, Rio de Janeiro, n.91, 1995.

descrições e reconstruir as redes de relações sociais e de conflitos nas quais os indivíduos se inserem.

É preciso levar em conta também as dinâmicas familiares que ensejam o desamparo ou o acolhimento para estes jovens. Este ponto é crucial, porque remete a um argumento da importância da família e das organizações vicinais na construção social da realidade para jovens da comunidade. Nas pesquisas realizadas dentro do Nupevi e em particular a avaliação sobre o Projeto Mel da prefeitura do Rio de Janeiro, havia a necessidade de entrevistar os responsáveis das crianças participantes do projeto. Nas dez comunidades que visitei espalhadas pela cidade, algumas com a presença ostensiva do tráfico, (Pavão-Pavãozinho, Morro do Sereno, Vila Cruzeiro), outras sem tráfico, com a possível existência da chamada “milícia”, na sua grande maioria os responsáveis eram as mães. Os motivos pela ausência do pai eram múltiplos, mas sobressaía o afastamento da figura paterna na família. Neste sentido, com a família desestruturada, a figura materna é protagonista em vários aspectos na vida cotidiana, seja na figura de chefe de família que propicia o sustento do lar, seja como o esteio de valores e exemplos para os filhos em situações de adversidade.

Nesse contexto social de indiferença e desamparo, uma mercadoria valiosa, a cocaína, proibida para consumo pessoal, é comercializada nos mais diversos cantos da cidade. Os lucros auferidos por este empreendimento são altos o suficiente para corromper policiais. Alguns jovens, sem grandes expectativas em relação ao seu presente e ao seu futuro e com um passado não muito alvissareiro são seduzidos pela possibilidade de participar de uma rede de relações que lhes fornece armas, algum dinheiro e uma brutal capacidade para obter a obediência dos moradores da comunidade e o temor da população mais geral.

Contudo, há o perigo de ver nestes meninos que adentram a carreira criminosa como heróis de um sistema injusto ou como vítimas do capitalismo selvagem. No fundo, a entrada no tráfico aponta para a inserção em uma rede de relações que combina o acesso a um grupo, que como qualquer outro, exige algum tipo de reciprocidade entre seus membros e o reconhecimento mútuo como moeda de troca. A unidade interna reforça a identidade social e estimula a diferença em relação a outros grupos competidores. A violência passa a ser o mote para garantir a coesão interna do grupo. Como explicar a quantidade cada vez maior de armas de fogo sofisticadas nas mãos de rapazes de 13, 14 anos? Claro que é para assegurar

o controle sobre os pontos de venda e se defender das quadrilhas rivais. Porém, além disso, é a disposição para perpetrar a derrota física e simbólica de outros comandos. É, aliás, a disposição para matar o outro sem nenhuma hesitação, algo que intensifica a lealdade com o grupo e projeta a fidelidade para com seus membros.

Se antes da década de 1980, relatos de moradores mais velhos de comunidades, apontavam para criminosos mais brandos⁴⁸, que ajudavam a comunidade; dos anos 1980 para cá, cresceu o poder de fogo dos traficantes e suas práticas e negócios dentro da comunidade se ampliaram. Seria exagero e também imprudente dizer que as favelas cariocas vivem um clima de terror, mas a paz ou a expectativa de pacificação é sempre um fio tênue, que se rompe com a invasão de um comando inimigo ou uma ação policial com o objetivo de “apreender drogas e efetuar prisões de marginais”. Sabe-se hoje⁴⁹ que os traficantes dominam não apenas a comercialização das drogas ilícitas, mas em algumas comunidades se apoderaram das associações de moradores, além de investir na venda dos botijões de gás e transporte alternativo. Não que o negócio do gás e das vans esteja nas mãos dos traficantes, mas a realização destes empreendimentos está subordinada a aquiescência dos “donos do morro”, além da repartição dos lucros com os chefes do comando hegemônico.

O sucesso do empreendimento ilegal depende da capacidade de estabelecimento de algum grau de seu envolvimento com as instituições públicas, sobretudo aquelas que possuem o dever de garantir a ordem e a segurança. Não se trata de denunciar apenas a banda podre das polícias, mas antes, e melhor, de compreender como na maioria dos Estados da federação, casos de corrupção aparecem diariamente. A associação favela-droga-violência empobrece a discussão, pois se a sedimentação do tráfico se deu nas últimas décadas nas favelas, as redes que abastecem estes locais ainda não foram devidamente investigadas pelo poder público. No entanto, os efeitos da violência no varejo do tráfico, no qual as favelas

⁴⁸ “Mais brandos” entenda-se a partir de entrevistas com moradores antigos da comunidade. Estes se referiam sempre aos bandidos da favela como efetivamente marginais, que não podem ser confundidos com trabalhadores; mas eram também vizinhos conhecidos e, portanto, menos violentos que os “donos do morro” de hoje em dia. Os bandidos de então respeitavam os moradores e não exibiam suas armas e nem trocavam tiros na frente de crianças e demais moradores (ZALUAR, 1994, 2004). Todas estas entrevistas foram realizadas no âmbito de vários projetos de pesquisa, relacionadas com o tema da violência, no Nupevi.

⁴⁹ Ainda não foi feita uma pesquisa que apurasse com acuidade toda a teia de criminalidade imposta pelo tráfico nas favelas. Porém, algumas entrevistas feitas no Nupevi por diferentes pesquisadores apontam para existência de controle de outras atividades que não apenas a venda de drogas. Na verdade, isto já estava se configurando na década de 1980, como demonstram os trabalhos de Zaluar, 1984.

são importantes empórios, fazem que os homicídios sejam maior número nestes locais. A já citada pesquisa de vitimização realizada pelo Nupevi em 2006, revela que 6,1% das pessoas acima de 15 anos e mais perderam parentes assassinados, 5,1% perderam amigos e 4,7% perderam vizinhos na cidade do Rio de Janeiro durante os doze meses anteriores à pesquisa, ou seja, em um ano.

As entrevistas realizadas com homens que atuaram no tráfico dos anos 1980 e alcançaram postos relevantes nas quadrilhas, sugere que não existe um padrão único de ingresso no tráfico de drogas. O percurso inicia-se, em geral, com a demissão da escola e a incapacidade da família em propiciar laços mais sólidos que envolvam o jovem em eventos e situações sociais atraentes. Em outras palavras, o que se tornou atraente na fase adolescente para estes indivíduos foi a excitação em participar da quadrilha. Inserir-se na atividade criminosa significou, no momento de entrada, um meio de vida, uma possibilidade concreta de acessar faixas de consumo até então vedadas. Entretanto isto não deve ser entendido como um efeito direto da pobreza dos indivíduos, moradores de áreas menos favorecidas na cidade. Note-se que outros fatores, como vou discutir adiante, se cruzam e tornam mais claras as dinâmicas sociais alimentadoras das escolhas entre a atividade legal, o mundo do trabalho formal e a “vida do crime”.

1.4 Polícia: ordem e retrocesso

Admite-se que a sociedade brasileira atravessou o período autoritário graças a um pacto institucional (também chamado Nova República), e que a carta de 1988 foi um avanço histórico para a restituição da cidadania plena. Não obstante, as instituições do Estado que devem zelar pela segurança pública ainda não se encontraram com os aspectos fundamentais da vida democrática, entre eles o respeito ao cidadão⁵⁰. Ao mesmo tempo observa-se uma desenfreada expansão do tráfico de drogas ilícitas que caminha de mãos dadas com a entrada de armas de

⁵⁰ Vários trabalhos abordaram este descompasso entre democratização do Brasil e a responsabilidade pública das instituições, entre elas as polícias e o poder judiciário, seria então, a falta de *accountability*. Para tanto, ver CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. Cidade de muros: segregação e cidadania em São Paulo, São Paulo, Edusp, 2000. E também: Adorno (1993); Pinheiro (1991) e Muniz (1997).

fogo poderosas que abastecem quadrilhas instaladas nas favelas cariocas e de outras cidades do Brasil afora.

Para defender seus nichos de venda de droga instalados dentro das comunidades, os traficantes adquirem cada vez mais armas potentes. Contudo, a utilização destas armas serve a duas lógicas: a material e a simbólica. A primeira consiste na proteção dos negócios, o exercício do empreendimento requer o aparelhamento da quadrilha com armamento que seja suficiente para enfrentar adversários, policiais e traficantes de outros comandos. É comum a presença de rapazes armados de fuzis andando a pé ou em motos, realizando a vigilância da favela. A interrupção de vias expressas da cidade do Rio de Janeiro tornou-se comum nos últimos tempos: a operação consiste em furtar veículos que servirão para perpetrar algum outro tipo de crime, um assalto, sequestro, ou roubo das próprias vítimas. Além disso, o furto de automóveis serve também para o desmanche, ou seja, as peças dos carros são vendidas avulsas em oficinas e ferros-velhos clandestinos.

Mas há uma lógica simbólica na aquisição de um número expressivo de armas. Significa mostrar ao comando rival a sua potência, exibir a sua força. É sabido que a ostentação de armas cria em comandos adversários a estratégia da prudência e, ao mesmo tempo, faz com que as quadrilhas ampliem seu poder bélico com vistas a inibir ações rivais. Ou seja, para realizar uma investida em alguma favela dominada pelo tráfico, uma quadrilha necessita possuir armamento igual ou superior. Mas não se sabe ao certo a quantidade de armas em mãos de criminosos que controlam a favela, porém as informações obtidas, cruzadas com suposições, estimulam as outras quadrilhas a apostarem na compra de mais armas. Isso também vale para cada jovem armado que quer adquirir prestígio e ser respeitado nesse “contexto”⁵¹.

Uma das estratégias usadas desde os anos 1980 é infiltrar alguém na comunidade dominada por um comando rival. Um ex-traficante da Cidade de Deus relatou que esta é uma prática antiga e consiste na utilização de um parente ou vizinho de morador. A discrição é fundamental e as informações podem ser valiosas, uma delas seria onde ficam guardadas as armas. Em várias entrevistas surgiu a importância da figura do morador, ele sabe porque viu ou ouviu, em comunidade,

⁵¹ Ver Zaluar (1988) e Lins (1997). O termo “contexto” é nativo e designa as condições físicas e culturais do meio social mais próximo da localidade, onde vive o jovem, também chamado de “menino”. (Cechetto, 2004).

tudo se sabe. A questão é: por que ele não procura a polícia? A resposta é óbvia. Muitas vezes não é medo do traficante, mas o temor com o que a polícia vai fazer com informação.

Deste modo, a dinâmica da violência nas grandes cidades brasileiras cresceu, sobretudo, a partir do fim da década de 1980⁵². A solução apresentada pelos sucessivos governos foi a de adotar uma política de confronto, com muita força e pouca inteligência. Na base desta política está a “guerra contra as drogas” incentivada e levada a cabo a partir exatamente de 1981 pelo governo norte-americano. Naquele momento a droga passou a ser entendida como uma questão de segurança nacional. Mas mesmo antes, na Convenção de Nova York, promovida em 1961, a pressão norte-americana prevaleceu ao ratificar a militarização como estratégia para combater o tráfico e a proibição máxima para o consumo⁵³.

Assim, espetáculos cotidianos de invasão por parte da polícia nas favelas da cidade do Rio de Janeiro e da região metropolitana, ações providas de brutalidade, nas quais invariavelmente um ou mais morador sai ferido ou morto tornaram-se rotina. A polícia nunca admite que matou um inocente, enquanto a população nativa sempre defende seu vizinho. Quem já esteve presente em momentos de investida da Polícia Militar nas favelas sabe que o procedimento padrão é o de entrar na comunidade atirando. As denúncias nos jornais de reiteradas práticas de abusos por parte das corporações policiais não intimidam maus policiais que adotam uma conduta de extermínio do inimigo. As perguntas que devem ser feitas são: isto ajuda a controlar a violência? Isto diminui o tráfico de drogas? Isto gera respeito na população favelada? A afirmação de que a polícia não vai acabar com o tráfico parece correta, mas a incursão policial nos morros carioca repisa as práticas mais violentas e reproduz o despreparo institucional para tratar a questão da segurança pública.

⁵² Pesquisas realizadas no início os anos 1980 apontavam para as novas dinâmicas da violência nas metrópoles brasileiras e a sua conexão com a consolidação do tráfico de drogas. Neste sentido o livro *A Máquina e a Revolta* (1985) de Alba Zaluar é fundamental.

⁵³ Ver site www.ibgf.br. O Instituto Brasileiro Giovanni Falcone realiza pesquisas sobre criminalidade organizada e segurança pública a partir de um recorte interdisciplinar que envolve a Sociologia, o Direito Penal, Psiquiatria Forense, Medicina Legal e a Psicologia Jurídica. O instituto se insere também em atividades integradas com organismos internacionais para a repressão do crime organizado e prevenção da violência. O nome, Giovanni Falconi, é uma homenagem ao magistrado italiano, famoso no seu país e em todo o mundo por sua cruzada contra a máfia, que culminou, nos anos 1980, na prisão e condenação de vários de seus líderes. Giovanni Falconi morreu num atentado realizado pela máfia, em 1992.

Em trabalhos de campo realizado nas favelas⁵⁴, pude reparar o desprestígio das polícias Civil e Militar junto aos moradores. A brutalidade policial estimula o ódio por parte principalmente dos jovens, estes não têm a polícia como um exemplo a ser seguido. Em muitas entrevistas que realizei em diversas comunidades, era recorrente a fala negativa sobre os aparatos policiais⁵⁵. A pesquisa de vitimização realizada pelo Nupevi em 2006 confirma que os indivíduos de baixa renda tiveram alguém de sua residência agredido por policiais militares em proporção maiores que os de renda média (Zaluar, 2007). Do mesmo modo, os mais pobres têm mais vizinhos assassinados, segundo dados da amostra⁵⁶. Ainda segundo, Zaluar:

A imagem da Polícia Militar como violenta e corrupta tem também percentuais mais altos entre os jovens favelados, especialmente as mulheres, provavelmente pelos mesmos motivos. As altas proporções de favelados, mas principalmente faveladas, que consideram a Polícia Militar violenta e corrupta revelam a quase completa ausência de legitimidade desta instituição junto aos jovens favelados. (ZALUAR, 2007, p. 547).

Note-se que a pesquisa de vitimização realizada pelo Nupevi detectou que a avaliação mais negativa em relação ao trabalho policial diz respeito àquela que faz o patrulhamento ostensivo: a Polícia Militar, que dispara tiros dez vezes mais nas favelas do que nos demais bairros da cidade (ZALUAR, 2007). Não por acaso a confiança na Polícia Militar é menor nas áreas nas quais existem favelas dominadas pelo tráfico. Além disso:

Dados dessa pesquisa de vitimização são reveladores sobre os impasses e paradoxos impostos à ação policial. Considerando que esta ação advém de um mandato outorgado às organizações para garantir a segurança a população, o fracasso em garanti-la está criando novos problemas que ameaçam paralisar as polícias estaduais no Brasil. Os dados sobre crimes comuns (furtos, roubos e agressões físicas) cometidos contra os moradores da cidade não diferem muito dos encontrados em outros lugares do mundo e são até menores do que muitas cidades brasileiras. O risco depende, muito mais do estilo de vida (se sai à noite, se anda de transporte coletivo) do que da idade ou do sexo. Homens e pessoas jovens são mais vitimizados porque saem mais à noite e andam durante a semana na rua ou em coletivos. (ZALUAR, 2007, p. 543).

Alguns autores (PINHEIRO, 2004) não concordam que exista um “Estado paralelo”, mas sim um “Estado associado”, uma vez que não existe paralelismo e

⁵⁴ De 1997 a 2003, realizei diversas pesquisas no Nupevi, Núcleo de pesquisas da violência, na UERJ, sob a coordenação de Alba Zaluar. Em várias ocasiões tive a oportunidade de frequentar favelas dominadas pelo tráfico e uma das falas mais recorrentes era a visão hostil que os moradores – principalmente os mais jovens – tem da Polícia militar e Civil.

⁵⁵ Sobre o assunto, ver dissertação de mestrado apresentada à Escola de Governo João Pinheiro. Confiança na polícia: experiência, formação e reflexão como fatores intervenientes, 2003.

⁵⁶ Fonte: Pesquisa domiciliar de vitimização na cidade do Rio de Janeiro 2005-2006. In: www.ims.uerj.br/nupevi.

sim uma inclusão plena dentro do Estado via corrupção, clientelismo e promiscuidade social. O mesmo autor chama atenção para o que o próprio afirma ser “a principal coluna vertebral do crime organizado em todo o país”, o jogo de bicho, que assumiu as escolas de samba e estendeu-se até os clubes de futebol e bingos.

Nos últimos sete anos no Rio de Janeiro, mortes cometidas por ações policiais cresceram quase 300%, dados da própria Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro. E falar em segurança pública é, entre outras coisas, se pensar a forma de atuação das instituições policiais. Contudo, sem satanizar a figura do policial ou enxovalhar as corporações com truísmos do tipo “banda podre”. Ou seja, a acusação da corrupção policial por si só serve apenas para retóricas ocas, desprovidas de propostas de aperfeiçoamento das instituições da ordem. Os policiais brasileiros não vieram de Marte e nem é pra lá que nós devemos ir. Homens e mulheres que ingressam nas polícias são indivíduos que orientam suas condutas a partir de valores que se remetem a aspectos cognitivos, emotivos e simbólicos, construídos dentro de uma cultura na qual as práticas do personalismo servem de linguagem para a atuação na vida social. A própria cultura policial, no caso da militar, por exemplo, induz os policiais a adquirir uma visão de mundo a partir das especificidades cotidianas da profissão. Como afirmam Muniz e Proença Jr. (2007), os policiais precisam rapidamente aprender que “a teoria na prática é outra”. Por que:

Essa é uma importante lição nas academias de polícia, nas ruas, na fala dos policiais calejados. É um alerta: para “para tirar polícia”, se manter na carreira, é preciso saber lidar com as “carteiradas” de dentro e de fora da polícia. Na “prática”, cada policial tem que inventar a cada nova circunstância, seu próprio equilíbrio entre a “convivência” e a “conveniência” com os interesses e negócios que atravessam o fazer policial. (MUNIZ; PROENÇA JR, p. 163, 2007).

O nível de violência e corrupção a que chegou a polícia no Brasil é alarmante. Estima-se que no Rio de Janeiro de cada 10 pessoas mortas, duas são assassinadas pela polícia. Trabalhos de Teresa Caldeira, Paulo Sérgio Pinheiro, Sergio Adorno e Julita Lemgruber atestam o viés autoritário das instituições policiais que adotaram a criminalização da pobreza e a racialização da ação criminosa como regra. O investimento em órgãos de controle da polícia, como as ouvidorias, surgidas nos anos 1970 nos EUA, deve ser estimulado. Todavia, não se limita a

apenas a controlar a violência, a corrupção e o abuso de poder da instituição, mas também constituir um ponto fundamental na vida social moderna, a confiança. Condutas de confiança com respeito a interações, pessoas ou instituições, estão ligadas diretamente à segurança psicológica dos indivíduos e grupos.

Alguns autores já chamaram a atenção para o tratamento desigual dado pelas polícias militares e civis de todos os estados da federação à população pobre. (FAUSTO, 1984, CHALOUN, 1986; BRETAS, 1997). Por ocasião do lançamento do filme *Tropa de Elite* em 2007, vários debates foram promovidos para discutir as ações do Bope⁵⁷, em particular nas incursões em favelas tiranizadas pelo tráfico. No filme, o retrato da polícia militar é o mais desabonador possível. Corrupta, inepta e mantenedora direta daquilo deveria combater: a criminalidade violenta. Todavia, o Bope seria a salvação, pois partindo do princípio de que o Rio de Janeiro está em guerra, é legítimo usar a brutalidade para restaurar a ordem nas favelas. Acima de tudo está a estatura moral da corporação, incorruptível num país no qual as próprias instituições policiais se degradam, para não falar de sucessivos escândalos políticos.

Nas entrevistas realizadas na pesquisa com ex-traficantes, também realizada no NUPEVI, ficou claro que o tráfico funciona com base no que se chama de “arrego”. Os traficantes pagam propinas para os policiais e estes não apenas cessam a repressão e a investigação em relação à atividade da venda de drogas, como em alguns casos protege o movimento de invasões rivais.

Um entrevistado, na presente pesquisa realizada com ex-traficantes, que atuou durante 12 anos no tráfico e viu o nascimento da Falange Vermelha relatou que uma das facções, ADA, Amigos dos Amigos opera subornando a polícia para que realize operações em favelas dominadas pelo Comando Vermelho e Terceiro Comando (dependendo da conjuntura). A ação policial consiste em minar a força bélica dos inimigos da ADA, para logo em seguida esta facção atacar com maiores possibilidades de êxito.

Mas nem todos os traficantes são a favor do arrego, ou consideram que ele é necessário para se manter no negócio. Dependendo da comunidade, se ela for pequena, com volume de transação de drogas menor do que em outras favelas, não há pagamento de propina. Também a época em que se estabeleceu o comércio

⁵⁷ O Batalhão de Operações Especiais (Bope) foi criado no final dos anos 1970 como uma unidade de elite que tinha como propósito o resgate de reféns. Com o passar do tempo se transformou numa força auxiliar de combate aos traficantes na favela.

ilegal é relevante. A corrupção, pelas entrevistas obtidas, tornou-se maior nos anos 1980. Um traficante que iniciou suas atividades criminosas ainda na segunda metade da década de 1970 e esteve preso sete anos em Ilha Grande nos anos 1980, afirmou:

Eu sou daquela teoria: polícia é polícia, bandido é bandido. Cada um com seu cada um. Até porque eu penso da seguinte forma, não adianta dar arrego para polícia, tudo bem, você dá o arrego hoje, ele (a polícia) leva o arrego e te dá a informação que vai ter um ataque, mas ele é um cara que têm duas caras, se ele é polícia, se ele que é polícia e não considera os amigos deles que tão botando vida deles em risco, como é que ele vai me considerar? Então eu acho que é seguinte: polícia é polícia e bandido é bandido, se eu hoje fosse dono de uma boca de fumo, com certeza o posto policial que tivesse no local não levaria dinheiro, se o policial pedisse dinheiro, eu tenho certeza que eu teria condições de furar o posto todo com ele dentro, eu não daria o arrego, ele tá ali não é pra receber arrego, receber propina minha, ele tá ali prá trabalhar, pra fazer um outro serviço, certo que eu tô dentro do morro com uma quadrilha imensa e ele é polícia, mas autoridade que botou ele ali ficasse no posto pra resolver outros problemas. Porque se quisesse ia tomar tiro.

Já um policial militar que entrou na corporação em 1980 e entre 1987 e 1990, – ano em que foi preso – atuou como matuto, trazia droga do Mato Grosso e revendia para favelas controladas pelo Comando Vermelho, ele declarou, sem nenhum constrangimento nem surpresa dos vários circunstantes na entrevista, que o grau de corrupção na Polícia Militar na sua época era altíssimo, da gorjeta do guarda até os negócios com os traficantes. O mesmo policial afirmou que em blitz usava a seguinte máxima: “Eu não bebo cerveja, eu bebo uísque”, o que já anunciava que não aceitava pouco dinheiro. Outro ex-traficante dono de um morro na zona norte da cidade durante algum tempo na década de 1980, disse:

Sexta-feira eles passavam lá embaixo com o camburão na rua, eu dava o dinheiro na mão do moleque, ele ia lá e entregava. Ai vinha os do outros plantões e pegava dinheiro, ai eu falei, assim não dá: vou trabalhar no tráfico pra dar dinheiro pra polícia.

A decisão de não dar dinheiro para a polícia é muito arriscada, segundo alguns ex-traficantes. Se a “boca” tiver dando lucro, os policias vão ter meios de saber e em alguns casos o “arrego” se tornará inevitável. Com a recusa do traficante em dar dinheiro, uma das retaliações usadas por policias corruptos é sequestrar o próprio traficante ou alguém da sua família. Neste caso, a ação é realizada por um grupo que se envolve diretamente com a corrupção e consiste em manter no cativeiro o indivíduo até que o resgate seja pago. Um ex-traficante, dono de um morro na zona sul carioca, preso na década de 1990, relatou:

Teve uma negociação que me tomaram tudo, porque eu pensava que ia ser liberado naquela hora, a negociação foi rápida, é só arrego, vamos acertar, tudo aqui entre a gente, muita polícia, muita polícia. A minha família foi sequestrada e eu falei no telefone com o secretário de segurança pública. Falei que a minha família tava sumida, mas por quê? É comigo a situação, eles (a polícia) pegam a minha família, otários, poxa somem com a minha família para me extorquir, eu falei que era a sua polícia que tá fazendo isso, o problema é comigo e quando eles me pegaram fizeram a mesma coisa.

Do mesmo modo, é necessário enfatizar a defesa e a promoção dos direitos humanos na vida política brasileira e na sua dimensão institucional. A ambiguidade da ideia dos direitos humanos aparece justo em sociedades marcadas pelos preconceitos, racismo e intolerância. Após a redemocratização, setores das camadas médias negligenciaram o tema dos direitos humanos e estes a partir de uma intensa campanha generalizada, difusa e manipuladora passaram no senso comum a serem confundidos como defesa dos bandidos. Alguns segmentos das classes médias que tiveram parentes e amigos torturados na ditadura militar perderam o interesse pela continuidade da luta política dos direitos humanos. Agora, na democracia, os pobres e negros vivem na ditadura.

É oportuno lembrar que a cidadania é uma construção política apoiada no tripé dos direitos civis, políticos e sociais, que não são valores só universais, mas que referem-se a uma ordem jurídico-política de um país que tem na sua constituição a salvaguarda dos direitos e deveres. Ou seja, são direitos fundamentais expressos na lei. Esse ponto já havia sido ressaltado por Zaluar (2004), quando afirma que as violações cometidas por policiais ferem a constituição vigente e não os abstratos e internacionais direitos humanos. Os direitos humanos são universais e não precisam estar necessariamente expressos na lei. Trata-se de uma conquista da modernidade que diz respeito ao direito de ter direitos, daquilo que se refere à dignidade da pessoa humana. Portanto, o trabalho infantil, a escravidão e a brutalidade policial não podem ser aceitos. A pena de morte pode existir na constituição de alguns países, mas não a tortura.

O ponto onde quero chegar é a questão da *accountability*, que retorna no trabalho de Bretas (1995), por exemplo, ao sugerir que já na República Velha, os excessos, abusos e condutas ilegais da polícia civil não recebiam punição, por parte das autoridades públicas. O desleixo com que foi tratado o comportamento policial por parte do Estado teria possibilitado uma autonomização da força policial. A

ausência de rigidez estatal para punir comportamentos arbitrários dos policiais estimulou uma independência policial em relação ao controle do Estado.

Entretanto, Caldeira (1992) adverte que um controle mais rigoroso das forças policiais não é sinônimo de menos abuso, podendo significar o oposto. Assim, em ditaduras como a de Vargas ou o período militar, as polícias tinham um controle rígido, mas a serviço da repressão, com garantias para os que atuavam na consecução de atos do interesse dos governos. A mesma autora demonstra que existe no Brasil uma “tradição de transgressões” (CALDEIRA, 1992, p. 148).

A prática ilegal por parte dos policiais quase sempre foi a norma e a lógica da guerra está na ponta das políticas de segurança pública levadas a cabo pelos sucessivos governos estaduais no Rio de Janeiro. Também chamada pelos próprios secretários de segurança pública como “política de enfrentamento”. Ocorre que tal política mutila os direitos civis e humanos de parcelas da população, em particular os moradores da favela. Contudo, a denúncia por si só de nada vale, é preciso compreender que as instituições policiais precisam também de freios institucionais que preservem a democracia. No Brasil, o comportamento abusivo das polícia vem de longa data, como observa Caldeira:

As práticas de violência e arbitrariedade, o tratamento desigual para pessoas de grupos sociais diferentes, o desrespeito aos direitos e a impunidade daqueles responsáveis por essas práticas são constitutivos da polícia brasileira, em graus variados, desde a sua criação no começo do século XIX até os dias atuais. Os abusos de poder, a usurpação de funções do sistema judiciário, a tortura e o espancamento de suspeitos, presos e trabalhadores em geral são práticas policiais profundamente enraizadas na história brasileira. Essas práticas nem sempre foram ilegais, e frequentemente forma exercidas com o apoio dos cidadãos. (CALDEIRA, 1992, o.142-144).

A partir da década de 1990, como salientam Muniz (2001) e Freire (2007), existe um esforço dentro das instituições policiais em romper com as práticas abusivas, assim como reestruturar a identidade policial. Contudo, os estudiosos do tema alertam para a necessidade do estabelecimento de não apenas “treinamento técnico” para os que estão agora entrando nas corporações, mas para a consideração dos valores, sendo portanto relevante repensar a organização interna e aqueles que nela atuam. Freire (2007), em seu trabalho sobre as transformações na subjetividade do policial militar, demonstra como a aquiescência da violência policial está inscrita no imaginário social de diversos grupos sociais. Um exemplo seria o trote, que é expressamente proibido por pelo regulamento da Academia da

Polícia Militar, mas que é praticado amiúde pelos formandos. A autora lembra que a vigência de uma norma, não significa que ela será cumprida.

Zaluar (2004) chama a atenção que democracias consolidadas ousaram fazer reformas profundas em suas polícias. Com isso possibilita a garantia mínima de proteção dos cidadãos contra o arbítrio das forças da ordem pública. Segundo a autora, existem três perversões dentro da “lógica da guerra” empreitada pelas polícias no Rio de Janeiro.

A primeira seria a mentalidade da corporação da polícia militar que possui uma mentalidade belicista. Os cantos de guerra dentro dos quartéis atestam para a estratégia de abater o inimigo que estaria presente nas favelas. A segunda perversão diz respeito à ação paternalista dos policiais com relação aos moradores em casos específicos de introdução da polícia comunitária. A crítica da autora aponta para o pequeno alcance do trabalho policial, que mesmo com o fim dos tiroteios que atormentam os moradores de favelas, as armas continuariam na localidade e favoreceria o conluio dos traficantes com os policiais e reduziria a possibilidade de interlocução dos moradores com as autoridades.

Por último, Zaluar lembra que há um silêncio sobre os abusos cometidos por traficantes dentro das favelas. E isso ocorre muitas vezes pela ausência de sintonia com as polícias. Sob o arbítrio dos traficantes e sem confiança na polícia, os moradores ficam indefesos e sem disposição para exercer seus direitos de cidadão.

2 TRAJETÓRIAS NO TRÁFICO

*Teu sangue ralo explica
Tua fome de comer
Fome de engolir com os olhos
Tudo que se pode ver*

Paralamas do Sucesso

2.1 Eles não usam *black-tie*: pobreza e tráfico

Para a realização deste trabalho, foram realizadas 32 entrevistas (26 homens e 6 mulheres) que tiveram, de alguma forma, passagem pelo tráfico, foram identificados e condenados pela justiça - embora alguns não respondam pelo crime de tráfico e sim por assalto e/ou sequestro - saíram da prisão e não retornaram à vida criminosa. O objetivo era comparar trajetórias e observar que elementos podem ser considerados decisivos para compreender as circunstâncias que originaram a escolha dos expedientes de saída.

Dois terços dos entrevistados são oriundos das classes populares, a outra terça parte está inserida na classe média baixa. Todos, sem exceção, tiveram relações no âmbito do crime em comunidades. A faixa etária oscila entre 25 anos (o mais novo) e 55 anos (o mais velho). Das 6 mulheres entrevistadas, apenas uma deu expediente na *boca*, três eram *mulas*, e duas *vapores*. Entre os homens, 24 foram traficantes, pertencendo às variadas posições na hierarquia e dois foram *matutos*, sendo um deles policial militar. Tive a oportunidade de entrevistar pelo menos 4 *ex-donos de morro* dos anos 1980 e 1990.

Algumas entrevistas foram realizadas em grupos de três ou quatro indivíduos, esta estratégia foi profícua porque exerceu certa pressão nos outros que escutavam os relatos. Em algumas ocasiões eu e minha orientadora, presente em quase todas as entrevistas, provocamos a participação de todos em temas que diziam respeito ao funcionamento do tráfico ou de determinadas situações como a ação da polícia, o significado da amizade para os criminosos.

A entrada na vida criminosa segue um padrão comum, mas que não se explica pela privação absoluta. A desestruturação familiar por si só pode, mas também pode não levar o sujeito a praticar o crime. Entendida como uma atividade

ilícita, condenada moralmente por uma ordem normativa, o ingresso na carreira criminosa no seu início muitas vezes é percebido pelo agente como um meio de vida provisório. A questão é que a vida metropolitana moderna engendra, obrigatoriamente, como bem demonstrou Simmel, um aumento de círculos sociais que se tornam capazes de produzir uma vida social heterogênea para além dos limites da classe social, tal como pensada por Karl Marx no século XIX. Naquele século, Charles Dickens já apresentava a crueldade da vida citadina e a acolhida que Oliver Twist recebe dos meninos-pungistas de Fagin evoca um árido aprendizado de sobrevivência na vida do crime. Em *Estabelecidos e Outsiders*, Norbert Elias(2000) nota que:

[...] Pelo menos na Inglaterra, a desorganização familiar e a transgressão das leis pelos jovens eram muito mais comuns do que hoje são no proletariado industrial, e que estas condições estavam ligadas não somente aos transtornos normais dos processos de industrialização, como o desarraigamento das famílias à procura de trabalho, mas também todo o complexo das altas taxas de desemprego e dos baixos níveis salariais. Ao longo de todo o século XIX, costumava-se fazer referências às massas trabalhadoras das cidades industriais como “pobres”, e, em sua maioria, eles o eram. É bem provável que o baixo nível de renda e suas irregularidades, como parte de toda uma síndrome de fatores que tornavam sumamente insegura e instável a vida das classes mais pobres tenham contribuído muito mais para a desorganização familiar a delinquência juvenil naquela época do que hoje. (ELIAS, 2000, p.146).

O escritor Herbert Ansbury descreve em seu livro *Gangues de Nova York*, escrito em 1928, como a representação do criminoso comum da cidade de New York era construção enganosa levada a cabo pelo teatro e principalmente por essa força cultural do século XX, o cinema. O bandido rude, asqueroso, sujo e propenso para a prática do mal não deixou de existir, mas o escritor chama a atenção para um tipo assaz perigoso, que mais se assemelhava a um *dandy*. Bem vestido, higiênico, sem nunca se descuidar da aparência.

Assim, Ansbury em seu livro oferece uma narrativa que atravessa quase 100 anos da cidade e como aquilo que chama de “cidadão rebelde” causou turbulências à vida social nova-yorkina. O jovem da cidade que pertencesse às classes baixas não estava condenado a ser um gângster, mas tinha grandes chances de ingressar em alguma gangue que lhe daria “dinheiro fácil”, a partir de uma lógica de desqualificação do trabalho formal.

Além do mais, sua única maneira de escapar da miséria que o rodeava estava na agitação – ele não conseguia imaginar nenhuma saída para seu espírito turbulento a não ser o sexo e a briga. Muitos garotos se tornaram gângsteres unicamente por um avassalador desejo de emular os feitos de alguma personalidade espetacular do

submundo ou devido ao anseio pela fama e pela glória que só poderia satisfazer adquirindo reputação de sujeito durão e perigoso. (ANSBURY, 2002, p.13).

Os trabalhos de Alba Zaluar dão conta dos complexos arranjos que produzem a violência no meio urbano. A autora adverte para a insuficiência explicativa de uma teoria que advogue uma visão sequencial de causa e efeito. Pois:

Na Antropologia e Sociologias contemporâneas já não se busca mais a explicação numa visão linear de causa e efeito. Antes, busca-se num conjunto de fatores que desencadeiam um conjunto de dispositivos que têm uma cadeia de efeitos que se cruzam entre si, uma interpretação mais adequada, mais convincente, mais próxima das realidades extra discurso ou de seus referentes. A metáfora do fio da meada deve ser substituída pelos padrões de uma complicada e variada tessitura que, como o tapete de Penélope, nunca termina, sempre desfeita e refeita. São os entrecruzamentos dos fluxos que precisamos reter. (ZALUAR, 1999).

Com isso, as transformações no mundo capitalista e o funcionamento de inéditos processos globais aliados a um intenso processo de difusão de novos estilos culturais, que atingem a esfera do consumo assim como os padrões de comportamento, provocam um novo patamar da criminalidade violenta partir dos anos 1980, tanto no Brasil, como mundo afora, a despeito de casos específicos. A questão é perceber que com o surgimento do crime organizado transnacionalmente ocorreram mudanças significativas entre os segmentos populares com o aumento dos homicídios atingindo principalmente os jovens (homens) entre 15-29 anos, nos chamados “crimes de sangue”, típico da competição existente no circuito do tráfico de drogas e armas.

A entrada no tráfico para a maioria dos entrevistados foi uma oportunidade de ganhar algum dinheiro e “andar bonito” no caso dos homens. A partir da convivência diária com rapazes da mesma idade ou mais velhos e que já haviam ingressado no tráfico estabeleceu-se a porta para a entrada na vida criminosa. As perspectivas em relação ao futuro, a escola e o trabalho por parte dos indivíduos entrevistados sempre se orientaram pelo acúmulo de visões negativas que passavam pela experiência familiar conturbada (alcoolismo do pai ou da mãe, violência doméstica, paternidade demissionária).

Nesse sentido vale apenas ilustrar o caso de um ex-traficante que iniciou sua carreira no crime ainda jovem, no final dos anos 1970. Na década seguinte se tornou *dono* de um morro pequeno, mas estrategicamente localizado na zona norte da cidade do Rio. Este indivíduo que chamarei com o nome fictício de P, é oriundo de

uma família do interior de Minas Gerais que migrou para o Rio nos anos 1950. Com 8 irmãos, sempre moraram em favelas. Esse ex-trafficante possui um irmão gêmeo que não entrou para “vida do crime” e que nos anos 1990 foi morar no interior de Minas Gerais. Sobre o tratamento dispensado pelos pais, especificamente para os dois, P relatou:

Nunca houve diferença, o que tinha pra um tinha pra outro e pra todos os irmãos, a gente dividia tudo, não tinha um preferido. As mesmas oportunidades, que eram poucas, mas a gente teve, foram as mesmas pra todos os irmãos.

Sobre a visão que os dois irmãos gêmeos tinham da escola, segundo P:

Eu nunca gostei da escola, achava chata, preferia ficar perto do grupo que era da malandragem ficava olhando até que comecei a fumar maconha escondido dos meus pais. O meu irmão não, ia a escola, tomava banho, fazia dever de casa.

Em pouco tempo, p.já estava fazendo aviãozinho e com 16 anos empunhava arma dentro da favela para defender o ponto de venda de drogas. Logo se tornou gerente e em seguida foi preso. O irmão nunca teve envolvimento com atividades criminosas, porém não se furtava a pegar algum dinheiro com o irmão trafficante, p. revelou que na época em que estava envolvido com o tráfico não tinha nenhum projeto de vida, não pensava em juntar dinheiro para investir em algo para si ou para a família. Imerso em seu sistema de crenças e valores, se considerava um esperto e seu irmão que não ingressou na vida criminosa, nada mais era do que um otário. A rua sempre exerceu mais atração para P. do que a sua casa. Muito embora fosse um lar pobre, não havia agressões domésticas, salvo os safanões que levou da mãe quando esta descobriu que ele estava fumando maconha.

As representações de P. sobre a escola, a família, a casa, o trabalho são negativas, e operam por contraste com a excitação que o mundo da rua possibilitava; drogas, diversão, dinheiro. O receituário antropológico ensina que o ponto de vista do nativo não constitui por si uma explicação sobre determinado fenômeno. A rede de relações nas quais P. se envolveu sem dúvida facilitou uma posição diferente da de seu irmão gêmeo na morfologia social da comunidade onde moravam.

Neste ponto, Norbert Elias, um sociólogo crítico das causalidades e dos determinismos, oferece uma pista importante para se pensar os comportamentos de

jovens ligados ao tráfico. Por meio do conceito de figuração é possível considerar homens que dependem de outros homens e que orientam suas condutas a partir da relação com os outros. Por isso, seguindo os rastros de Elias, não convém compreender a representação dos homens a partir da imagem de 'homens singulares'. É mais proveitoso figurar a imagem de homens como uma interdependência. Se não há indivíduos sem sociedade, o inverso também ganha veracidade. Com isso, o conceito de figuração proposto pelo autor supera a visão da sociedade como uma totalidade, que está "fora" das consciências individuais, e também ultrapassa a denominação da sociedade como uma abstração das características dos indivíduos. A sociedade é o cruzamento das interdependências formadas por indivíduos.

As descrições de P. e de outros ex-traficantes encerram as razões e os sentimentos acerca de suas ações, mas por si só não explicam os fenômenos sociais, é preciso ir além de uma ciência social subjetivista e pensar a "realidade social" de forma sistêmica. Ocorre, como bem registrou Zaluar (2004), uma integração perversa em curso no país. As práticas de violência manifestadas pelo tráfico de drogas remetem a um processo objetivo cuja lógica é excludente. Em outras palavras, as quimeras de igualdade presentes em qualquer sociedade moderna ocidental, no caso brasileiro adquirem uma naturalização e legitimação da hierarquia e da exclusão social.

Como afirmou Zaluar (2004), os bandidos jovens e pobres:

São adeptos de uma ideologia moderna e individualista que não se baseia, porém, nos direitos positivos da participação democrática, mas numa definição de liberdade derivada da sociabilidade insociável, que não leva em conta a liberdade alheia" (ZALUAR, 2004, p .398).

Aqui é importante traçar um perfil, ao menos sumário, socioeconômico dos entrevistados. Em nenhum relato surgiu uma fala que afirmasse um estado de miséria por parte dos indivíduos. A maioria pobre, mas sem casos extremos de privação. Com isso, é de bom alvitre citar Coelho:

Escadinha não era pobre nem miserável, o Dênis da Rocinha não veio de família destituída e nem o Marcinho VP do morro Santa Marta, jamais soube o que é fome ou frio. Os grandes chefes do tráfico nem de longe representam o conceito quase mítico das "classes perigosas. (COELHO, 2005, p. 427).

De certo, a iconografia do malandro carioca de outrora não se aplica a figura imagética do traficante surgido no fim dos anos 1970 (ZALUAR, 1985). A navalha foi substituída pela AK-47, A lábia e a malícia foram trocadas por uma opção pela vida no tráfico que se constrói permeada por violência e pela “disposição para matar” e por uma irrecusável e inevitável crueldade nas relações. Mesmo assim, uma sociedade no submundo do tráfico de drogas e de armas com complexos jogos de regras e confiança no negócio que surpreendem os desavisados.

É importante ressaltar que muitos entrevistados mencionaram que o ingresso no tráfico significava aquisição de dinheiro que não se inscrevia no mundo dos otários, ou seja, do trabalho. Deste modo:

Não falta no Brasil, o que Becker chamou de “motivação para um ato desviante”, derivada de uma situação na qual o agente social não aceita a ordem social ou o atual estado do jogo social e político, ou ainda se revolta contra ele. Não que a pobreza explique o ato desviante, mas ela pode, em conjugação com as falhas do Estado na criação de possibilidades de ascensão social ou de aquisição de respeito, às quais se deve adicionar a nova cultura hedonista que faz parte da cultura jovem, facilitar a adesão as práticas de uso de drogas ilícitas, tidas como subculturas marginais. Subcultura marginais ou não, grupos de usuários se formam e são importantes na medida em que sabemos ser o ato desviante ou a repetição dele uma decorrência do aprendizado no grupo social desviantes do qual o jovem vem a fazer parte. (ZALUAR, 2007, p. 334).

Assim, no Brasil não faltam meios para que a revolta dos pobres se oriente para a ação criminosa. Contudo, é crucial, como adverte Zaluvar (2007) que a categoria ‘pobre’ é muito diferenciada. As dificuldades de obtenção de empregos se conectam a outros fatores que não se esgotam na lógica do desenvolvimento econômico tímido. Ocorre que a sedução do crime-negócio estimula parcelas de jovens pobres a se encaminharem para o tráfico.

Note-se que autores como Zaluvar (2004) sustentam que o Brasil é um dos países menos excludentes do mundo, uma vez que a heterogeneidade racial e étnica cria a vocação para um multiculturalismo. É evidente que ocorrem discriminações, preconceitos, mas o hibridismo cultural e a miscigenação criam aquilo que autora chama de “núcleo racial e cultural comum”, produto desta mistura. É por isso que Werneck Vianna (2001) afirma que o Brasil é uma civilização exitosa do ponto de vista racial e religioso. E:

Também, por isso, não é um país em que as formas violentamente excludentes do racismo biológico do passado ou do racismo cultural do presente sejam tão marcantes. É, na verdade, um país que rejeita teoricamente o racismo, embora na prática apresente sinais de discriminação dos negros e dos mestiços provenientes

da mistura entre os vários negros e “brancos” que aqui aportaram e os indígenas que aqui já estavam. Entretanto, o mesmo não se pode dizer das exclusões advindas da pobreza. Quando se combinam as discriminações raciais com as discriminações contra o pobre, surgem as mais claras situações de exclusão em diversos setores, por variados processos. (ZALUAR, 2004, p. 282).

Um autor como Rosanvallon (1995) afirma que está em curso uma desarticulação dos eixos formadores de cooperação social dentro das sociedades modernas. Sucede que, como lembra Zaluvar (2004), a exclusão social não pode ser pensada apenas na chave das “carências materiais” e sim articuladas com as iniquidades no plano político e jurídico. Tocqueville ensinou que manifestações de revolta não são oriundas de privações absolutas, mas de privações relativas. As mulheres entrevistadas sempre mencionaram a questão dos filhos como um elemento importante tanto para a entrada no tráfico, como para saída do mesmo.

O aceno de empregos para jovens ou a retórica de aumento do salário mínimo vem à tona como a grande cura para os problemas advindos da desigualdade social. Ocorre que de pouco adianta abrir postos de trabalhos sem uma cultura de construção de reciprocidade positiva (ZALUAR, 2004). Em outras palavras, a recomposição da criatividade cultural das classes populares precisa “invadir” o espaço político por meio de associações que promovam redes de solidariedade social. Com isso, é possível estabelecer uma sociabilidade calcada em circuitos que interrompam processos de formação de identidades sociais baseadas no antagonismo violento e na negação do outro.

As representações negativas da escola feitas por P. se reproduziram na mentalidade de seus dois filhos. Mas é claro que não foi por genética. Trata-se de um processo social complexo que não está alocado exclusivamente na pobreza e sim na própria especificidade como a criminalidade se organizou a partir da expansão do tráfico de drogas e armas. No caso de P., seus pais estavam presentes no período importante de sua vida, a infância e adolescência. Presentes, porém omissos, não perceberam as ligações que suas condições sociais atrelavam a uma série de transformações vividas na sua comunidade, na cidade e nas grandes cidades brasileiras, no fim dos anos 1970. Zaluvar adverte:

Isso nos leva à questão da criminalidade e sua vinculação retórica com a pobreza, o que monta uma armadilha para o cientista social. Justificar a criminalidade violenta de uma pequena parcela dos jovens pobres é desviar a atenção dos que deveriam estar sendo controlados: por um lado, os que fazem fortuna traficando drogas e armas; por outro, os que desviam as verbas que deveriam ser destinadas às políticas públicas que educariam esses jovens para uma sociabilidade positiva e

para os direitos positivos de participação. Ao mesmo tempo, significa também negar-se a fazer a crítica desse ethos do lucro a qualquer preço que os dominou, criando um poder baseado no medo e no terror em alguns bairros populares de várias cidades brasileiras. (ZALUAR, 2004, p.296).

2.2 A embriaguez do sucesso: risco, perigo e emoção

*A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega o destino prá lá*

Chico Buarque de Holanda

Uma vez que a atividade do tráfico no varejo, sedimentado nas comunidades e periferias do país, concorre de perto com a violência, e os indivíduos que entram neste ramo sabem que a probabilidade de morrer é alta e ficar rico não é tão elevada, o que move estes indivíduos a continuarem empunhando armas e agindo de forma destruidora? Segundo Beato e Peixoto (2005):

A atração pela vida criminosa, tanto do ponto de vista material como simbólico, pode ser considerável em comparação com os atrativos da vida do trabalhador. Dinheiro fácil, vida sexual precoce, respeito, temor e vida profissional cheia de emoções. Tais atrativos, entretanto são ponderados de acordo com os custos da ação criminosa. Existe algum risco real de ser preso e punido? O benefício do crime na produção de renda, prestígio, poder e emoção é superior aos custos representados pela punição? A atividade legal gera incentivos à medida que proporciona aos indivíduos meios de alcançar o padrão de consumo desejado. (BEATO; PEIXOTO, 2005, p. 166).

Um “dono de morro” da zona sul nos meados dos anos 1990, afirmou:

Eu falava assim: tá errado, porque chega uma certa hora, os trabalhadores vão dormir, descansar com a sua família, porque amanhã eles têm o seu labor, e a malandragem falava: é hora de otário dormir, eu falava assim: e eu que sou malandro ficava a noite inteira acordado, de manhã posso tomar um tiro na cara, não sei onde dormir, poxa, malandro é eles, que estão com a esposa e os filhos deles, podendo ir e voltar, e eu não sei se vou amanhecer.

Por que continuar nesta atividade? A resposta de todos, em geral era: “a embriaguez do sucesso”. Este mesmo “dono de morro” declarou: “Eu tava lá pra matar, pra morrer e defender a boca de fumo”.

Ou seja, a subjetividade de indivíduos como esses está atravessada pela questão do risco que é inerente à sua empreitada. Todavia, convém distinguir risco de perigo e como o componente da emoção atua nestas relações. A noção de risco sem dúvida passa pela leitura de Mary Douglas (1992). Esta autora ao tentar estabelecer o significado cultural do risco demonstra como distintas ordens sociais dão conta desta categoria. As construções morais, assim como o caráter probabilístico do risco, não anulam a responsabilidade e não eliminam o perigo, noção que remete às sensações e emoções mais do que ao cálculo probabilístico. Ulrich Beck (1992) é outro importante autor quando se menciona a noção de risco. A administração ou gestão dos riscos é constitutiva da vida moderna. Em um mundo globalizado, com a supressão de fronteiras, ocorre o fenômeno que Giddens (1990) chamou de desencaixe, isto é: “Deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço” (GIDDENS, 1990, p. 29).

Giddens não se restringe a afirmar apenas que a vida social moderna enseja uma plethora de perigos, mas sim que a “sociedade de risco” imprime um comportamento permanente de avaliação de todas as situações com as quais os indivíduos são confrontados. Daí o caráter da reflexividade ser inerente ao mundo moderno. Em outras palavras, o futuro não é mais como era antigamente, o futuro, agora, “não consiste na expectativa de eventos ainda por vir” (GIDDENS, 2002, p. 33).

Com isso o risco deixa de ser apenas uma questão da alçada individual e passa a se configurar como “ambientes de riscos”, que afetam as coletividades. Mas que fique claro que Giddens não confunde risco e perigo, embora possuam uma relação íntima e, portanto, estejam relacionados, são diferentes. Risco presume que o especulador, o homem empreendedor, arrisca sabendo dos perigos que envolvem os resultados contraproducentes.

Várias pesquisas no Brasil já salientaram a importância das sensações e da diversão no universo simbólico dos jovens. A importância dos bailes funks na construção social da realidade individual já foi demonstrada alhures por trabalhos como o de Vianna (1988) e Cechetto (1997). Em diferentes trabalhos de campo realizados por Alba Zaluar e sua equipe (na qual me incluo) ficou patente a predominância dos bailes funks como atividade de lazer predileta de grupos jovens nas favelas cariocas e metropolitanas. Sucede que muitas vezes o próprio baile está

sob controle expresso de traficantes⁵⁸. A própria favela está entrecortada por zonas de consentimento desta ou daquela facção. Mais uma vez, o direito de ir e vir está limitado geograficamente graças à tirania das quadrilhas instaladas em comunidades. Zaluar (1997) chama a atenção para a negação da cultura do samba que desenvolveu dentro do campo competitivo uma sociabilidade respeitadora das diferenças e uma pedagogia de enfrentamento face aos infortúnios da vida.

Como mostra Zaluar (2004), existe quase uma unanimidade nos estudos que dão conta do diagnóstico da pobreza e da desigualdade social ao defenderem a extensão da escolaridade dos jovens e aliadas a dispositivos compensatórios, tais como bolsa família. Assim como o caráter inclusivo em relação aos jovens: inclusão digital, esportiva, cultural, ou seja, promover a passagem da juventude para estes mundos. Mas como bem nota Zaluar, poucos se propõem apreciar a cidadania pelo viés da civilidade. Portanto, a cidadania vista pelo ângulo da civilidade apresentada por Zaluar refere-se a uma série de obrigações recíprocas que os cidadãos devem pôr em prática na convivência coletiva.

Elias (1991) torna-se obrigatório quando se toca neste tema, uma vez que o sociólogo examinou com acuidade o deslocamento civilizador no ocidente nos últimos séculos, ainda que guardadas algumas especificidades no caso alemão e francês⁵⁹. Contudo, importa assinalar é a assimilação dos valores civis e democráticos que em última instância referem-se ao autocontrole e é claro a consolidação do estado como detentor do monopólio da violência legítima.

Entretanto, a facilidade na obtenção de armas de fogo nas últimas décadas disseminou nas favelas e periferias das cidades brasileiras um grau de letalidade espantoso. Neste ponto entra o componente da crueldade. É muito comum ouvir nos meios de comunicação de massa, nas ruas e nas falas de pessoas letradas que a “bandagem” hoje está muito mais cruel. Os próprios ex-trafficantes que entrevistei referem-se às barbaridades cometidas “pela garotada”. “Essa molecada não respeita ninguém” era uma frase dita por mais de um ex-trafficante. Mas como mensurar a crueldade? Evidente que teoricamente amparado por dados empíricos é possível estabelecer alguns níveis de crueldade. Contudo, desde a instalação do tráfico no

⁵⁸ Recentemente a Polícia Militar e Civil realizaram uma grande operação no morro da Mangueira, reduto tradicional do samba carioca. Nesta incursão foi detectada participação direta dos traficantes na organização da escola de samba. Ver *O Globo*, 09-01-2008.

⁵⁹ Um comentador de Elias que trabalha as variantes do processo civilizador é Jessé de Souza. Ver capítulo 3 do livro *A modernização seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Ed.UNB, 2000.

fim dos anos 1970, a imposição do sofrimento ao outro foi pedra de toque da maioria das quadrilhas.

Um levantamento feito pela Polícia Federal em conjunto com as delegacias especializadas no combate ao tráfico de armas e munição da Polícia Civil do Rio de Janeiro constatou que os conflitos entre quadrilhas pelo controle dos pontos de vendas de droga tornaram o Rio o maior mercado consumidor de armas⁶⁰. Armas e munição vinda dos Estados Unidos e que passam pelo Paraguai invadem os morros cariocas e interceptações telefônicas feitas pela Polícia Civil mostram que a demanda é maior que a oferta.

Neste sentido, fica difícil negar que a letalidade aumentou. Há 25 anos não se falava de “bala perdida”, hoje famílias tanto no morro quanto no asfalto vivem a dor da perda de familiares assassinados em conflitos na comunidade, assaltos no sinal de trânsito. Novamente Elias (1991), ensina que o conjunto de transformações operado pelo processo civilizador agiu na estrutura da personalidade individual tornando-a mais sensível à intervenção física subtraindo o prazer de fazer sofrer o outro⁶¹.

Nas entrevistas feitas com ex-traficantes que começaram a atuar no fim da década de 1970, o tema da crueldade surgiu. A autorepresentação que estes indivíduos faziam quase sempre procurou mostrar que somente usaram a violência como último recurso, que mataram para sobreviver. Contudo, como a violência está inseparavelmente ligada à atividade do tráfico de drogas, torna-se uma tarefa complexa definir o grau de crueldade. Por comparação, talvez se tenha uma medida. Mas também é sugestivo trabalhar com as representações acerca da violência e do contexto intersubjetivo que em alguns casos foge à consciência individual.

Ao longo das duas últimas décadas os traficantes no Rio de Janeiro compraram muitas armas. A exibição aparatosa das armas com referenciais inequívocos de poder dentro das comunidades funciona para alguns jovens um passaporte para a entrada em um estilo de vida. Em outras palavras, participar do tráfico e ostentar uma arma significa a capacidade de intimidar o outro (morador, cidadão, policial, inimigos). A própria experiência inicial na prática violenta e letal carrega consigo o prazer de destruir o outro. Mas quem é esse outro senão um

⁶⁰ Ver matéria no *O Globo*, 25/11/2007.

⁶¹ O filme *os Duelistas* (*The Duelist*) de Ridley Scott serve como exemplo deste ponto. No começo do século XIX, durante as guerras napoleônicas, dois soldados franceses duelam por anos a fio. Sem querer antecipar o final do filme, o seu epílogo consagra o que é conhecido como processo civilizador.

jovem, pobre, que habita uma das centenas de favelas espalhadas na região metropolitana.

O etos guerreiro, da hipermasculinidade, inspirado em Elias, já foi bem demonstrado por Zaluar (2001 e 2004) e Cechetto (2004) e dá conta da construção da lógica belicista e formação de identidade dos grupos de pares. O respeito e o apreço dos colegas advêm da socialização violenta e negadora do outro. Alguns autores, como Diógenes (1995), advogam que o uso da força nada mais é do que um dispositivo para ultrapassar as fronteiras físicas e simbólicas de uma cidade partida e que a masculinidade violenta acarretaria de maneira neutra – ainda que ocorram confrontos sangrentos – o reconhecimento de grupos marginalizados e/ou excluídos. Zaluar (2001, 2004) rebate este argumento ao salientar a identificação do etnógrafo com o grupo estudado e a reprodução de discursos legitimadores para justificar atos de barbárie. Zaluar adverte que:

Um novo estilo viril, o etos guerreiro, está germinando em alguns locais e grupos do Brasil, associado tanto ao uso instrumental quanto ao uso expressivo da violência. Instrumental porque a violência é um recurso para obter ganhos, especialmente ganhos comerciais no tráfico de drogas, no contrabando de armas e em outras atividades ilegais praticados no chamado "crime-negócio", que envolve várias redes de relações interpessoais. E expressivas porque, nas relações entre homens, as respostas a cada desafio vão criando um círculo vicioso, ou seja, a necessidade de intensificar as respostas a fim de afirmar a vitória de um homem sobre o outro, de um grupo de homens sobre outro grupo de homens. (ZALUAR, 2004, p. 387).

Um "ex-dono de morro" relatou:

Antigamente existiam 4 ou 5 quadrilhas dentro da favela, não tinha esse negócio de comando, isso tudo começou lá no final dos anos 1970 com os Lei de Segurança e foram eles que passaram essa maldade prá gente, ou talvez tinha a maldade mas não botava em prática, a gente não pensava em arrumar óleo de avião, colocar num barril e colocar a pessoa lá pra queimar, nós não pensava nisso, nós pensava, vamos lá trocar tiro, matou, matou, se feriu, tá jogado no chão, não aguenta andar, acaba de matar e larga por ali mesmo, que não acontece hoje, hoje se pegar o cara quase morto é carregado para ser torturado.

Assim, um padrão de condutas e relações pode ser estabelecido na configuração do tráfico de drogas. O primeiro ponto diz respeito à disseminação de comportamentos que exaltem a brutalidade e a destruição dos oponentes (polícia, facções rivais). Neste sentido, a violência é na maior parte das vezes o *modus operandi* e a arma é o gatilho que aciona o aumento da letalidade e não somente a crueldade.

Como disse antes, esses ex-traficantes não se julgam tão cruéis quanto “essa molecada” que domina o tráfico hoje. No entanto, nas entrevistas, o componente da crueldade e a capacidade de infligir dor ao outro ficou nítida. Certa ocasião, um ex-traficante foi traído por companheiro e perdeu o controle da boca. Foi no início dos anos 1980, quando as facções estavam se estruturando e em breve repartiriam os pontos de venda a custo de muitas disputas sangrentas. O ex-traficante, que aqui chamarei de Z, conseguiu arregimentar “uma rapaziada” e retomou o controle da boca. O indivíduo que o havia traído foi capturado pelos seus comparsas. Segue o relato de Z.

Sabe o que fiz, peguei um cutelo bem afiado, e perguntei com que mão ele escrevia, ele falou que escrevia com a direita, então eu mandei segurar a mão dele e arranquei fora. Porra, eu tinha que fazer isso, o cara que era dos meus, me dá uma volta dessa, pó eu ia ficar desmoralizado com a minha rapaziada, amanhã um ia vir e ia querer me dá tapa na cara.

Não ficou apenas nisso. O rapaz além de perder a mão, perdeu em seguida a vida e seu corpo foi queimado numa lixeira na própria favela.

A capacidade individual de liderança é ressaltada por vários ex-traficantes como uma qualidade necessária para comandar uma quadrilha. O chefe deve ter não apenas a “disposição para matar”, mas deve dar provas inequívocas que convençam seus sequazes. Estas provas são dadas na rotina diária da quadrilha. De outra maneira, um chefe muito violento pode não ser visto como um bom líder. Muitas entrevistas revelam que alguns “donos de morro” e gerentes em algumas ocasiões matavam indiscriminadamente. Aos olhos dos integrantes da quadrilha isso pode assustar mais do que persuadir e, na visão dos moradores da comunidade, o medo se amplia. O elemento carisma foi repetido em várias entrevistas como um atributo necessário para um indivíduo alcançar a liderança da facção.

Um entrevistado que chegou a ser “gerente” do tráfico afirmou que começou a ganhar visibilidade dentro de uma das facções criminosas quando foi para a cadeia. Lá esteve do lado de seus comparsas nas rebeliões, enfrentou os guardas penitenciários e reagiu às provocações de alguns detentos. No segundo “pinote”⁶², foi para um morro conhecido na região central da cidade e lá recebeu um convite

⁶² “Pinote” é fuga da prisão.

para liderar um “bonde”⁶³ para tomar uma favela também localizada na área central da cidade. Foi a sua “prova de fogo”. Nas suas palavras:

Eu já tinha um “conceito”, mas ainda não tava com aquela consideração toda do pessoal da facção. Então eu tava doido pra mostrar serviço, porque eles só me conheciam da cadeia jogando futebol, chegando junto nas rebeliões, mas aqui fora eu já tinha assaltado, coisa e tal, mas tava faltando aquele serviço pra mostrar que era o cara. Foi a minha prova de fogo.

Max Weber analisou o carisma e demonstrou que este é um dom, um sinal divino, uma capacidade excepcional que alguns indivíduos possuem para levar a cabo alguma missão. A dominação se exerce então não por pressão ou algum tipo de cálculo, mas em função do reconhecimento de seguir o chefe. O carisma na análise weberiana é, portanto, um tipo de dominação, assim como existem também a dominação legal, de caráter racional e a dominação tradicional. Não se afirma aqui que os traficantes sejam líderes carismáticos, mas seguindo os passos de uma metodologia weberiana que distingue provas empíricas e julgamento de valor como mote da neutralidade axiológica, é possível recuperar alguns vestígios do carisma na forma de dominação e dependência exercida pelos traficantes. Na verdade, como afirma John M. Hagerdon:

Bem-vindo à era da globalização. De um lado, zonas financeiras supervalorizadas nas grandes cidades que recebem massivos investimentos públicos e privados. De outro, regiões inteiras formadas por guetos, favelas e bairros que são vergonhosamente negligenciados onde a criminalidade acaba se misturando com a necessidade desesperada de sobrevivência. Grupos jovens vivem sob uma economia informal que os transforma tanto em agentes como presa do negócio global de drogas.⁶⁴

O desaparecimento de um chefe de quadrilha em qualquer morro do Rio de Janeiro logo será coberto por outro jovem. O problema da sucessão não se apresenta, uma vez que a quadrilha não pode ficar sem comando e um indivíduo se apresentará como o chefe. Contudo, é preciso atentar para as condições específicas de arranjos criminais envolvendo o tráfico no Rio de Janeiro. Aqui, não é como:

Em El Salvador, as maras recrutam jovens que, em outras épocas, teriam aderido à guerrilha. As crianças soldado de Serra Leoa, frente a um cenário inóspito de guerra civil e, na ausência de escolas e empregos, acabam indo para as ruas (idem).

⁶³ “Bonde” é uma expressão muito usada na mídia e vista em algumas letras de funk. Refere-se a um comboio de traficantes armados que furtam automóveis e seguem para tomar uma determinada comunidade.

⁶⁴ Artigo publicado no site www.comunidadessegura.org em 04/01/2008.

Mas também:

Esse emaranhado de violência significa que muitas crianças agora crescem em áreas com grupos de jovens armados institucionalizados há muito tempo (na Colômbia, inclusive, mulheres armadas também). As crianças que vivem nessas áreas são criadas seguindo modelos adultos que os iludem com oportunidades econômicas ilícitas amplificadas por identidades religiosas ou étnicas. Nenhuma "gangue de jovens" formada em áreas onde existem esses grupos armados pode mais agir meramente como um grupo de amigos rebeldes. A juventude nessas cidades se tornaram vulneráveis a múltiplas influências adultas ilícitas que oferecem, com frequência, mais empregos, serviços e proteção do que o Estado (idem).

Portanto, não se trata de uma rebeldia indomável, e sim da difusão de uma cultura bélica, sem limites institucionais. Sempre que indagava mais a respeito das qualidades que um líder de quadrilha deveria ter, a expressão "ele é o cara" surgia como o atributo indispensável para se tornar o chefe. Mas o que é isso? "Ele é o cara" significa que os próprios pares reconhecem, identificam no indivíduo o ser que conduzirá as atividades da quadrilha. De fato, algumas trocas no comando da facção são orientadas a partir do sistema prisional, mas a dinâmica do tráfico é tão veloz que muitas vezes não há tempo de consultar alguns "donos de morro" presos. Como não existe no tráfico do Rio de Janeiro uma cúpula do feitio que havia até algum tempo no jogo do bicho⁶⁵, e as facções são organizadas a partir de negociações provisórias com diversos "donos de morro" e a substituição do chefe é imediata.

Uma característica importante para um indivíduo controlar o "movimento" é se ele é um "cria local", ou seja, se o indivíduo nasceu e/ou foi criado na comunidade. Em pesquisas feitas no Nupevi, moradores de comunidade se referiam aos traficantes oriundos da favela como menos agressivos. Um ex-traficante dono de morro da zona sul na década de 1990 revelou a importância de se conquistar a simpatia dos moradores do local. Simpatia não é adesão, mas pode ser uma moeda de troca importante na relação traficante e morador. Ocorre que houve quase uma unanimidade entre os ex-traficantes quanto ao papel decisivo que os moradores da comunidade possuem em relação à instalação do tráfico. L, soldado, depois vapor no asfalto, ficou dois anos em um morro da zona norte, afirmou: "Não existe tráfico se não tiver consentimento do morador, O morador sabe onde estão as armas. Morro é que nem vila, é uma fofocada danada".

⁶⁵ Sobre a derrocada da cúpula do jogo do bicho ver artigo de Walter Maierovitch no site www.ibgf.org. Também Misse, M. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. In: *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 2007.

Um que foi “frente” num morro da zona sul, disse: “Na favela onde o estado não chega, o tráfico chega. O “cria local” trata a comunidade como o quintal da sua casa”. A esse respeito, é digno de registro a contribuição de Elias⁶⁶. O mexerico funciona como um mecanismo de controle social e também de integração comunitária. Assim:

Pelo simples fato de morarem em determinado bairro, os indivíduos eram julgados e tratados –e, até certo ponto, julgavam a si mesmos – de acordo com a imagem que os outros faziam de sua vizinhança. E essa dependência que os indivíduos têm da posição e das imagens dos grupos a que pertencem, sua profunda identificação com estes na avaliação de outrem em sua própria autoestima, não se restringe a unidades sociais com alto grau de mobilidade social individual como os bairros. (ELIAS, 2000, p. 131-132).

Contudo, retorna o medo e a falta de confiança que a população favelada tem da polícia. Mas o traficante em alguns casos se esforça pessoalmente para agradar o morador. Um deles que foi dono de morro da zona sul na virada da década de 1980 para 1990, afirmou que existe uma troca entre traficante e morador:

Eu fiz muita benfeitoria na comunidade como quadra de lazer, dinheiro para material escola, material de construção. Em troca o morador dá proteção, avisa da chegada de suspeitos na comunidade, chegada da polícia. É uma troca.

Mas a embriaguez do sucesso opera também entre as mulheres que entraram no tráfico. Uma das entrevistadas começou a trabalhar como “mula” aos 39 anos, não tanto por necessidade, mas porque gostava de viajar. Pegava a droga (maconha) no Paraguai. Ia e voltava de ônibus com mais duas mulheres. Foi presa na serra das Araras com 50 quilos, mas apenas 10 quilos chegaram ao Rio, embora no processo constem os 50 quilos. Antes, aos 36 anos, namorou um “dono do morro”, na época com 19 anos.

Foi a maior emoção, eu nunca passei por aquilo na minha vida, cheio de segurança, armamento pesado, maior adrenalina, a gente ia pro baile funk, foi a maior emoção, eu nunca passei por aquilo na minha vida, cheio de segurança, armamento pesado, maior adrenalina, chegava no baile funk parecia a primeira dama, é status, maior sucesso.

Outra, com 29 anos, ficou presa quatro anos e sete meses por tráfico. Entrou para o crime porque queria o consumo. Trabalhou seis meses até ser presa em casa

⁶⁶ ELIAS, N. Estabelecidos e Outsiders. Rio de Janeiro: Ed Jorge Zahar, 2000. Especialmente o capítulo 7.

fazendo endolação. Pegava 125 papalotes, cada um vendido por R\$ 10,00. Se vendesse a carga toda, o lucro em cima de 25 papalotes era seu, ou seja, R\$ 250,00 por dia. O trabalho de vapor deu-lhe autoestima, disse que se sentia útil e capaz de ganhar dinheiro.

A emoção de fazer parte de um empreendimento criminoso como o tráfico de drogas está intimamente ligado aos perigos que embutidos nas ações. Beato & Peixoto (2005) advertem para a importância da literatura sobre *situational crime prevention* que prevê uma nítida diferença entre *motivos*, que teriam uma orientação voltada para objetivos exclusivos e *motivações*, que dizem respeito a estímulos sem metas específicas.

Deste modo, um dos entrevistados, que começou chegou a ser “gerente” de um morro da zona norte carioca, disse: “O sucesso sobe a cabeça. Tu já acha que é o cara, todo mundo quer você do lado, todo mundo te chama pra tudo”.

2.3 A importância de ser honesto: profissionais do crime?

*A minha alma está armada
e apontada para a cara do sossego*
O Rappa

O livro de Edwin Sutherland, *The professional thief* (1937), ainda é uma referência fundamental para se discutir profissionalização do crime para além da esfera jurídica. Mas, em outro trabalho, Sutherland também fornece pistas importantes para delinear a atividade criminal e as nuances de um comportamento desviante.

While criminal behavior is an expression of general needs and values, it is not explained by those general and values since non-criminal behavior is an expression of the same needs and values. Thieves generally steal in order to secure money, but like wise homes labores work in order to money. The attempts to explain criminal behavior by general drives and values such as the money motive has been, and must completely to be, futile, since they explain lawful behavior as completely as they explain criminal behavior. They are similar to respiration, which is necessary for any

behavior, but which does not differentiate criminal from non-criminal behavior.
(SUTHERLAND, 1974, p. 74-75).

Nenhum ex-trafficante entrevistado se considerou um profissional do crime. Contudo, todos se referiam à sua passagem no tráfico como “vida do crime”. Neste sentido, aplica-se a descrições de Sutherland que se referia ao comportamento criminal como um “estilo de vida”.

Sutherland formulou a teoria da associação diferencial. Significa que a conduta criminosa é aprendida a partir da combinação de normas criminais e não-criminais. A persistência e a repetição das regras do convívio social são diversificadas e variam em cada contexto. A construção da identidade do profissional do crime para Sutherland é um processo interativo e se relaciona segundo alguns padrões ecológicos. Em ambientes sociais nos quais a atividade criminosa ou a delinquência é tratada com indulgência ou realçada por determinados grupos, tende a favorecer o ingresso do indivíduo na “vida do crime”, assim como a exposição de jovens a uma socialização sem limites institucionais oferece oportunidades prematuras para o acesso a ações criminosas. O objetivo de Sutherland é compreender os mecanismos de aprendizado social e experiências individuais e não em acentuar o caráter da motivação pessoal como probabilidade para a entrada na vida criminosa.

O progressivo sucesso alcançado por um criminoso introduz a variável do status. Num certo sentido, status refere-se, sociologicamente, à distribuição de prestígio numa dada estrutura social. Max Weber definiu status em oposição ao conceito de classe, uma vez que esta última é designada economicamente como a posição no mercado, enquanto o status seria o prestígio adquirido segundo valores sociais compartilhados.

Novamente, a “embriaguez do sucesso” emerge como um componente no arranjo da vida criminosa. Sucesso para os indivíduos, ao menos para estes homens, diz respeito à capacidade de alcançar uma situação social de influência dentro da localidade onde vivem, que seus pais jamais conseguiram. Não é a vontade de ficar rico apenas. É muito mais ganhar dinheiro para ter sucesso com as mulheres, e conquistar respeito entre os homens, entre outros fatores. Segundo vários ex-trafficantes: “mulheres gostam de cintura grossa”, metáfora para arma na

cintura, que é um fetiche e funciona como um símbolo de poder dentro da comunidade.

Mas não é uma simples decorrência da arma na cintura, pois o desempenho nas atividades empresariais e comerciais na ação econômica ilegal também conta. É evidente que não se trata de afirmar que o criminoso é um profissional no sentido estrito da palavra, como uma ocupação que requer instrução acadêmica. Mas como demonstra Sutherland, o exercício de habilidades é fruto de um aprendizado que se dá na admissão da carreira criminosa.

No empreendimento do tráfico existe uma hierarquia que será analisada na seção seguinte. Contudo, é importante reter a relação entre vida urbana e criminalidade. Aqui a contribuição de Louis Wirth (1938) é valiosa para compreender como a falência de laços sociais sólidos, aliada ao aumento da individualidade traduzida em impessoalidade, inflacionam consideravelmente as chances de um comportamento considerado desviante. Mas como bem salienta Coelho (2005, p. 274), esta teoria possui alto rendimento analítico ao explicar manifestações genéricas de conduta estigmatizadas, como o alcoolismo, o suicídio; mas não dão conta da diversidade da criminalidade entre as mais variadas classes sociais, uma vez que a distribuição dos efeitos da vida urbana se espalha por todos os grupos sociais.

Nos últimos anos ganhou força a tese de combate aos crimes que degradam a qualidade de vida nas metrópoles. Assim, crimes com pouco potencial ofensivo, insignificante, de baixo impacto, podem produzir uma espiral de delitos que na percepção da população, pode vir carregada de uma cultura do medo. É a tese da *Fixing Broken windows* de George Kelling e Catherine M. Colles aplicada dentro do programa Tolerância Zero em New York⁶⁷. Na verdade esta teoria já havia sido elaborada por James Q. Wilson, em 1982. Loic Wacquant afirma que esta pretensa teoria que serviu para reorganizar o planejamento policial, nunca foi comprovada empiricamente. (WACQUANT, 2001, p. 26) O sociólogo francês, conhecido por criticar duramente o programa de segurança pública implantado em New York. Afirma que a administração policial passa a ser gerida como se fosse uma indústria que precisa apresentar resultados para seus acionistas, neste caso as classes médias.

⁶⁷ Ver: SOARES. L.E. Meu Casaco de General, 2004 (p. 354-355).

Amparado por um notável aumento de recursos do orçamento para a polícia, o seu chefe, William Brantton, que depois se tornaria “consultor internacional”, empreendeu mudanças profundas no aparelho policial, distanciando-se de um modelo de policiamento comunitário e implementando um modelo intensivo e informatizado. De fato, houve uma redução de crimes na cidade, mas Wacquant pondera que outras cidades obtiveram resultados positivos no combate à criminalidade sem adotar a política de Tolerância Zero. (WACQUANT, 2001, p.28). Por outro lado, esta política de segurança pública provoca fisionomias distintas ao ter como alvo (negro) e como benfeitor (branco). Pode-se ir mais longe com esta ideia de Wacquant e imaginar que o beneficiário neste caso, também é, dentro de uma construção ideológica, a vítima, (os pobres, em geral maiores vítimas da violência nas metrópoles, não recebem visibilidade pública e midiática) e nesta condição de vítima que operam os protestos e exigências junto aos órgãos públicos.

Como já foi salientado, a expansão da criminalidade violenta nas grandes cidades brasileiras advém da ligação com o tráfico de armas e drogas (Zaluar, 2004). A utilização de indivíduos com idade inferior aos dezoito anos na vida criminal, uma vez que são inimputáveis tornou-se comum nas práticas criminosas no país. Não se trata aqui de discutir os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas chamar a atenção para a capacidade de sedução que o tráfico tem sobre contingentes de jovens nas diversas favelas do Brasil afora. A idade precoce dos traficantes hoje foi alvo de várias críticas por parte de ex-trafficantes e sempre surgia embasada por uma conotação moral. Um ex-gerente do tráfico afirmou: “Dentro do mercado de drogas, antes, existia relação de confiança. O fiado existia, a palavra era honrada”.

Deste modo, a palavra, a honra, o compromisso, a lealdade são ressaltadas como valores imprescindíveis nas carreiras criminosas, em especial no tráfico. Na medida em que os comandos foram constituídos ao longo da passagem da década de 1970 para os anos 1980, o caráter organizacional se intensificou, mas paradoxalmente, as entrevistas com “ex-trafficantes” dos anos 1980 revelam o ceticismo com os valores da lealdade. Um episódio paradigmático que demonstra a ambição por lucro e poder dos traficantes, foi o da morte Orlando Jogador, do Comando Vermelho. Em 1994 ele foi assinado, depois de ter sido atraído para uma emboscada pelo traficante Uê, do Terceiro Comando. Como havia uma suspensão temporária dos conflitos entre as duas facções, uma tentativa frustrada de se criar

uma “cúpula do tráfico”, Orlando foi ao suposto encontro com Uê porque este teria sido sequestrado pela polícia, que exigia uma quantia elevada de dinheiro em troca da sua libertação. Tratava-se de uma traição e Orlando Jogador foi assassinado. Este episódio foi citado tanto por ex-traficantes pertencentes ao Comando Vermelho, como do Terceiro Comando como um exemplo da deslealdade no mundo do tráfico.

Ao mesmo tempo, ainda que a amizade suponha simetria, a maioria dos entrevistados se mostrou cética com a construção de laços de amizade dentro do tráfico. Um homem que atuou como soldado, revelou:

Não existe amizade no tráfico, uma ordem do patrão tem que ser obedecida. “Ele é meu amigo desde pequeno, a gente começa a traficar juntos, dia a dia junto, rouba juntos, mata juntos, cheira juntos, vai para o baile juntos. Somos amigos, meu irmão mesmo, mas ai ele deu uma mancada, pipocou a carga, cheirou tudo, fala que perdeu um fuzil, mas não perdeu, vendeu, cai no ouvido do patrão, o patrão manda eu matar ele, que sou para desobedecer a ordem do patrão? Existe hierarquia. É o lado profissional, se não matar vai morrer também.

Dentro dos negócios criminais, ilícitos, ilegais, opera uma lógica do que é certo de do que é errado. Seria um exagero afirmar que exista um código de ética, no máximo uma eticidade particular, pois sem dúvida há uma percepção dos envolvidos direta ou indiretamente na atividade do tráfico que a prática de uma determinada ação pode trazer prejuízo ou vantagem e a pena para o descumprimento das normas implícitas quase sempre é a morte. Na medida em que a palavra empenhada é honrada o indivíduo ganha uma linha de crédito moral junto aos seus pares. Não é a garantia que não ocorram traições, mas confere ao seu portador a justificativa para a cobrança a posteriori de alguma deslealdade.

Um rapaz de 27 anos, que entrou para o tráfico aos 14, definiu de forma breve o que era a atividade profissional do crime, de modo sucinto, enaltecendo apenas a capacidade de atirar ou a disposição para matar policiais e inimigos: “Crime é currículo. Dá tiro em ‘alemão’, enfrentar polícia”.

Essa mentalidade foi ressaltada nas entrevistas com os homens, mas não nas mulheres ex-traficantes entrevistadas na mesma pesquisa. Diferente da modalidade assalto, que praticados por indivíduos que atuam no tráfico costuma ser muito violento, com uso de fuzis, a participação no tráfico exige exibição de uma agressividade destrutiva. O “currículo” do indivíduo inserido na quadrilha ganha valor aos olhos do “dono do morro” se dispuser a fazer o maior número de baixas nas quadrilhas rivais e nas polícias, algo mais destrutivo do que as outras ações, como

conseguir armas e fornecedores de drogas que dão “conceito” ou fazem o jovem conseguir a “consideração” do chefe da quadrilha (ZALUAR, 1994). O mais grave é que entre os homens entrevistados, a faixa etária para adentrar na hierarquia do tráfico variava entre 10-14 anos. É o jovem que, recrutado pelo tráfico, terá que exibir muito rápido um “ethos guerreiro” (ZALUAR, 2001) para subir na hierarquia da facção.

Por meio da coação, ou da sedução pelo prestígio adquirido, jovens, moradores de comunidade, são convidados a participar até indiretamente das ações do tráfico. É por isso que:

Alguns favelados declaram que é impossível não se envolver nas transações esporádicas das quadrilhas ou não aceitar seus inúmeros “convites” para participar das festas, churrascos, bailes e pagodes financiados pelos traficantes. (ZALUAR, 2004, p.334).

Mas, é claro, alguns jovens procuram o “gerente” ou por meio de um amigo que já está na quadrilha, se oferecem para a realização de alguma função. Numa pesquisa feita no Nupevi em 2000⁶⁸, demonstrou que jovens desligados do Exército, após cumprirem o prazo obrigatório de serviço militar, são aliciados por algumas quadrilhas para desempenhar atribuições no que concerne ao paiol. Assim:

Mesmo que não venham a pertencer ao tráfico, esses jovens são convidados para montar e desmontar armas, treinar novos “soldados”, enfrentar a polícia, participar dos conflitos entre facções rivais. Nesse caso é impossível negar a participação, não porque sejam coagidos, mas sentem-se obrigados a colaborar nessas situações em que a lealdade à sua localidade e à sua gente é posta à prova. No fundo, porém sabem que, caso se neguem a participar, vão ter que enfrentar problemas de ordem moral e física. Podem perder o “conceito” junto ao “dono do morro”, ser expulsos da favela ou, ser justicados com a morte pela recusa de lutar contra facção local. Muitas vezes são também convocados para os bondes para invadir as favelas inimigas”. (ZALUAR, 2004, p.335).

O domínio territorial exercido pelos traficantes nas comunidades se pauta nos últimos anos cada vez mais por uma lógica militar que combina hierarquia e poder bélico. A maior parte dos entrevistados revelou que havia nas suas infâncias um desencantamento com a escola, mais uma vez a desqualificação com relação aos estudos fica nítida. Na medida em que os traficantes denominam a própria quadrilha como “firma”, oferece uma oportunidade para ganhar o “dinheiro fácil”. Por meio da ação criminosa alguns jovens pobres se inserem numa dinâmica cuja lógica interna

⁶⁸ Violência em três bairros no Rio de Janeiro: estilos de lazer e redes de tráfico.

de funcionamento cujo vetor principal é a violência. O primeiro assassinato cometido é ponto de travessia que inaugura o orgulho. Porque:

Uma vez transporta a barreira do proibido, há uma euforia advinda nova liberdade adquirida que faz com que muito deles se tornem viciados em matar. Alguns obtêm enorme prazer na repetição desse ato que os faz sentirem-se tão livres e tão poderosos por ser a afirmação da dominação completa sobre o outro, que assume o papel passivo e feminino da vítima que sofre e silencia. A violência tornou-se então habitual e banal, algo com que as pessoas se habituem a conviver, perdendo assim a sensibilização adquirida num longo processo de socialização. (ZALUAR, 2004, p. 389).

É interessante notar que quando se referem às suas trajetórias pregressas em suas respectivas facções, os entrevistados fizeram questão de afirmar a sua lealdade aos comandos aos quais pertenciam. A afirmação do compromisso com os companheiros de crime foi salientada por todos como um valor que gera reconhecimento por parte dos envolvidos na vida do crime. É mais uma manifestação do “conceito” que vale o “livre acesso” nas comunidades dominadas pelos comandos. Um entrevistado disse:

Eu não posso ir hoje nos morros do Terceiro Comando, porque eu fui Comando Vermelho, eu sempre tive uma bandeira só, foi essa. Eu não mudei, até porque eu já estava na cadeia quando esse negócio do comando começou. Então o cara tem que firmar uma bandeira”.

O *status* adquirido no crime oferece prestígio para os indivíduos se inserirem numa rede de conhecimento mútuo. Em outras palavras, as avaliações feitas por colegas e rivais concedem algum grau de influência do indivíduo em determinadas relações. Mas esse status é sempre filtrado pela referência que a maioria dos entrevistados faziam ao fato de ser honesto na atividade criminosa.

A hipótese de que os crimes violentos seriam praticados por indivíduos à beira da miséria é falsa e os trabalhos de Paixão (1983), Zaluar (1984), Coelho (1988) mostram como crime violento se tornou no mínimo uma atividade que, na maior parte das vezes, está conectada à profissionalização dentro do tráfico de drogas. Ou seja, como adverte Caldeira (1992) o contexto de sucessivas crises econômicas não é a chave explicadora para a expansão da violência verificada nas grandes cidades brasileiras.

Um “ethos” de organização dentro das organizações criminosas que atuam nas comunidades cariocas e fluminenses, assim como o constante recrutamento de

jovens imersos numa aquisição rápida de dinheiro e poder opera para acentuar a dinâmica da violência urbana no Brasil.

2.4 Herança e hierarquia

A organização do tráfico de drogas e armas no Rio de Janeiro possui uma hierarquia presidida desde a fundação do Comando Vermelho e que o Terceiro Comando e ADA⁶⁹ também adotam, segundo as suas conveniências. Uma expressão muito utilizada pelos ex-traficantes foi “firma”, para se referir à própria quadrilha onde teriam exercido as atividades relacionadas ao tráfico de drogas.

Sendo uma firma, as quadrilhas estabelecem funções para seus membros exercerem. A principal figura dentro da hierarquia do tráfico é o “dono do morro”. Significa que toda a comunidade na qual o tráfico tenha se instalado, possui um “dono”, a principal figura da tal “firma”. É o líder, aquele que se responsabiliza pelas decisões e tem a palavra final. Os indivíduos que ocupam essa condição precisam de requisitos mínimos para ocupar a posição.

Um requisito básico é a “disposição para matar” (ZALUAR, 1994). Ou seja, a capacidade para aniquilar os inimigos, impor a ordem a ferro e fogo dentro da comunidade. Barcellos (2003) chama a atenção para o fato de indivíduos que se especializaram na modalidade do assalto⁷⁰ não se adaptarem bem à função de “dono de morro”, função esta que exige uma rotina burocratizada, atenção, cuidado e algum conhecimento de contabilidade. Eu acrescentaria um certo espírito empreendedor no comércio, que exige a capacidade de negociar com fornecedores e clientes.

Assim, o “cria local”, o indivíduo que nasceu na comunidade e ingressou no tráfico e percorreu algumas funções dentro da firma se qualifica ao posto mais alto na hierarquia do tráfico de drogas e armas presentes nas favelas cariocas. Nos anos

⁶⁹ No capítulo seguinte, discutirei a fundo o surgimento e a consolidação destas facções criminosas.

⁷⁰ Jania Perla de Aquino apresentou um trabalho na XX Congresso Brasileiro de Sociologia, em Recife, 2007, *Racionalidade e performance nos assaltos contra instituições financeiras*, no qual trata esses eventos na sua dimensão performática. A autora sustenta que os indivíduos que participam dessa modalidade seriam verdadeiros empreendedores, uma vez que se autoclassificam como um profissional do crime.

1980 eles eram “donos de boca”, na década seguinte viraram “donos de morro” (ZALUAR, 2004).

O “dono do morro” também atua de outras formas na comunidade, como salienta Barcellos (2003), mas sua atuação dentro e fora do tráfico varia de situação para situação. Uns preferem uma postura mais discreta e de menor intromissão em assuntos que não afetam diretamente os negócios do tráfico. Outros adotam uma conduta mais exibicionista, quando não dados a fanfarras. A própria figura de Marcinho VP que comandou o tráfico na favela Dona Marta, se enquadra no segundo perfil. É o “dono do morro”, uma vez preso, que vai continuar comandando os negócios de dentro da prisão, vinculado a um comando. A figura se desenha quase como um homem de negócios ou chefe autoritário, criado pela “escola do crime”. Ele quer satisfações de todos os seus comandados e vai ter na figura do “gerente” o seu braço-direito.

O “gerente geral” como disse um dos entrevistados, “põe a mão em tudo, armas, drogas, dinheiro”. A ocupação diz respeito a coordenar todas as ações das quadrilhas e distribuir seus membros pela favela. Quando indagava qual o requisito básico para ocupar essa função, a resposta mais usual era que o indivíduo precisava ter “mente”, também referido como “cabeça forte”, o contrário do “mente” ou “cabeça fraca”, própria dos “teleguiados” e não dos “chefes”. Destes é exigida uma capacidade para administrar os conflitos e impor a hierarquia. Um outro “gerente” é o de carga, é o que precisa demonstrar mais capacidade de negociar pois fica responsável pelo abastecimento de drogas e também de fazer o contato com o “matuto”, aquele que disponibiliza a cocaína e a maconha para a quadrilha.

A figura do “matuto” é central na hierarquia do tráfico, uma vez que traz a droga, especialmente cocaína, geralmente do centro-oeste brasileiro, e abastece o mercado varejista. Três mulheres entrevistadas, que atuaram como “mulas” ou “transportadoras” fizeram diversas viagens para buscar drogas em São Paulo, Mato Grosso e Paraguai, sempre a serviço de quadrilhas ligadas aos comandos. Uma delas afirmou que comprava maconha e trazia para o Rio de Janeiro:

A gente tirava o nosso lucro depositava o dinheiro dos fazendeiros, dos matutos lá de São Paulo, depositava na conta deles. O quilo da maconha era comprado por R\$100,00 e era revendido por R\$400,00, o quilo da cocaína custava R\$ 3.000,00 e era revendido por R\$10.000,00. Eu nunca ia com dinheiro pra lá, eu depositava na conta, como ia vendendo.

Essas mulheres faziam as viagens de ônibus e utilizavam malas com fundo falso. Nunca andavam com muito dinheiro, o pagamento era feito por meio de depósito na conta corrente dos fornecedores. Uma delas, no final do século passado, tentou distribuir crack⁷¹ proveniente de São Paulo na cidade do Rio de Janeiro. A empreitada foi malsucedida. Ela afirmou:

Há anos atrás eu trouxe de São Paulo e não consegui vender, no Rio ninguém ligava pra isso, até não gostava de crack, agora de uns anos pra cá que eu tava presa, que veio essa sensação aqui, porque há anos atrás, ninguém ligou. Eu resolvi trazer porque a matuta lá de São Paulo ficava doida, o marido dela, mas cheguei aqui, eu não consegui vender, agora tá essa sensação, eu dei meu crack pra os outros, perdi dinheiro, eu não sabia ensinar como usar, eu só sabia trazer e ninguém ligou, perdi foi dinheiro.

Hoje, sabe-se que o crack está sendo comercializado nas favelas cariocas, muito embora alguns ex-trafficantes tenham afirmado que não são todos os “donos de morro” que aceitam vender. Uma favela da zona norte carioca, que possui um tráfico instalado há três décadas, não trabalha com a droga, a ordem viria do “dono”, que está detido em um presídio de segurança máxima na cidade. Até poucos anos havia toda uma mitologia em torno da ausência do crack no Rio de Janeiro. Uma das explicações amiúde veiculada pelos meios de comunicação seria a da não aceitação por parte das facções que dominam o tráfico de cocaína e maconha. Como essas duas drogas oferecem lucros elevados, não havia a necessidade de introduzir o crack um auspicioso mercado. Um ex-gerente do tráfico declarou:

Depois que botaram o crack nas favelas, fudeu. Pegou muito a molecada na favela e essa porra vicia rápido. É ambição cara, que trouxe essa merda desse crack prá cá, e é só jovem, porque bandido não usa crack, o crack tá nas mãos desses moleques aí, o crack é uma droga barata, tem que usar toda hora, vicia rápido, faz o cara roubar qualquer um, não respeita, se ele tiver que roubar a casa do dono da boca ele vai roubar, ele não quer saber se vai morrer daqui a uma hora, ele não quer saber que você levou ele na tua casa, deu um banho nele, deu uma roupa, uma comida, ele vai te roubar”.

A explicação para a entrada do crack no Rio, segundo um entrevistado que foi líder do tráfico em uma favela da zona sul da cidade no final dos anos 1980, seria:

A ambição de querer mais e mais. Eu acho errado o tráfico do crack, pelo seguinte: o cara tá com a ambição de mais dinheiro, se a maconha e a cocaína já dá dinheiro, tá com ambição de mais, os usuários do crack é só jovem, então o que acontece ele sabe que o crack faz eles vacilar, eles vão roubar a casa de qualquer um, se tiver que parar um ônibus na entrada da favela, eles vai roubar, se tiver que roubar um freguês que tá vindo de longe comprar cocaína na boca, o viciado em crack vai

⁷¹ O crack é uma espécie de “freebase”, em forma de pequenas pedras. É a sobra da cocaína e é preparada para ser fumada em cachimbo.

roubar e o vagabundo que é o dono da boca vai mandar matar, ele mesmo dá o crack pra o cara vacilar e em seguida mata o cara. Eu acho errado o tráfico de crack e acho mais vacilão o dono da boca que aceita o crack.

Essa condenação moral do crack vai de encontro à racionalização dos negócios na qual se preserva o cliente consumidor, sem o qual não há mercado, mas colide com a perseguição de lucros ainda que afetando estes consumidores. Ainda que a cocaína (principalmente) e a maconha propiciem lucros elevados, as facções não se furtaram a introduzir o crack como mais uma droga no cardápio das drogas ilícitas.

Na hierarquia do tráfico existem outras gradações como o “soldado”. Trata-se do indivíduo que é responsável pela segurança da “boca” e defende o território contra invasões de facções rivais ou investidas das polícias. É interessante notar que na divisão do trabalho do tráfico, essa ocupação, soldado, ganhou contornos mais violentos com a intensificação do tráfico de armas. Na segunda metade da década de 1980 as facções começaram a adquirir muitas armas e a figura do soldado surgiu como uma peça fundamental na proteção dos negócios. Não que não houvesse antes. Entrevistados que atuam no tráfico no fim dos anos 1970, afirmaram que haviam indivíduos preparados para desempenhar essa função. Ocorre que, com o crescimento dos negócios e a dinâmica interna gerando mais violência, o “soldado” passou a ser indispensável neste universo. Para atuar nessa função alguns requisitos são necessários. O principal nem é tanto atirar bem, mas ter a capacidade de não hesitar em condições adversas. Sobre o “soldado”, um “ex-dono de morro”, afirmou:

Ele sabe que tá sendo observado pelo dono, houve uma invasão, inimigo tampou na favela, a bala vai comer, o desempenho de cada um tá sendo observado, a polícia cercou, a bala tá comendo, o desempenho de todo mundo tá sendo observado, as vezes tem aquele cara que tá com um fuzil, o inimigo invadiu, a polícia invadiu, o cara não deu tiro e correu, quando a chapa esfriar o gerente geral toma o fuzil dele e dá um revólver. O salário dele de soldado vai cair, é o cara que não demonstrou disposição.

Esta entrevista confirma que o “soldado” tem um salário que varia segundo a importância que a o ponto de venda possui dentro do mercado ilícito, o que já havia sido assinalado por Silva, (2006). Alguns entrevistados afirmaram que existem facções que buscam jovens que já serviram ao exército e, portanto, possuem conhecimento sobre armas, o que já havia sido notado por Zaluar (2001) na

pesquisa do Nupevi mencionada anteriormente. Em várias comunidades que visitei, entrevistas feitas para esta mesma pesquisa, foi possível observar meninos de 13, 14, anos manejando armas e defendendo os pontos de vendas de drogas, o que supões que haviam sido treinados para exercer tal função, provavelmente por jovens com serviço militar prestado nas Forças Armadas Brasileiras, especialmente paraquedistas, muito valorizados pelos traficantes.

Uma dos tipos presentes nas quadrilhas de tráfico de drogas é aquele chamado pelos seus próprios membros como “neurótico”. É o sujeito que mata não apenas os inimigos da sua facção, mas também companheiros de facção. Nas palavras de um “ex-dono de morro”:

Se der corda pra ele, ele vai ser o próximo dono da boca. Mas esse cara é logo descartado e às vezes é até usado. É o seguinte: às vezes têm dois ou três caras que tu quer se livrar deles dentro da comunidade, x9 (informante da polícia) ou até gente da própria quadrilha, mas tem uma consideração com a família e não quer ficar mal com a família deles que te viu crescer. O que eu faço? Eu chamo aquele que tá embalado, matando pra cacete e falo assim: assim que tu tiver oportunidade tu mata fulano, beltrano e cicrano. O que acontece, quem tem que morrer é ele, então ele foi e limpou o terreno pra tu, ai ele faz o serviço, depois tu quebra ele e vai ficar bem com a família dos caras que tu queria se livrar. Esse cara que começa a matar desembestadamente, o dono da boca vai querer se livrar dele, mas antes vai usar ele, pra limpar o terreno todo, pessoas que se ele for matar vai ficar mal com a comunidade.

Ficar “bem com a comunidade” foi um valor repetido por muitos ex-traficantes, o que os leva implementar vários jogos de manipulação pra assegurar a sua imagem de benfeitor. Mas as entrevistas com ex-traficantes, que atuaram em outras épocas, revelaram uma crítica explícita ao tratamento dispensado pelos traficantes de hoje às suas comunidades. Mais uma vez, a autoimagem construída faz questão de preservar certas imagens de benemérito da comunidade e de não intromissão em assuntos privados. A baixa intromissão em assuntos domésticos seria uma característica dos traficantes instalados em favelas cariocas e da região metropolitana do Rio de Janeiro, o que evidente não anula a brutalidade com que exercem o poder dentro da localidade, brutalidade esta apontada como uma característica do tráfico atual, mas não do passado.

Já as “milícias”⁷², fenômeno que só adquire notoriedade recentemente mas existiam antes com outras denominações tais como “mineira”, “grupo de extermínio”

⁷² Muito em voga no início deste século na região metropolitana, a milícia não é um fenômeno tão recente nas comunidades cariocas e fluminenses. Antes se chamava *mineira* e tinha como missão complementar a segurança pública precária nestas localidades. Na última década ganhou maior visibilidade ao entrar em

etc., teriam uma elevada participação na economia local, abrangendo, por exemplo, venda, aluguel de terrenos e quitinetes, imiscuindo-se, assim, na vida privada dos moradores. Além disso, como a milícia funciona como uma segurança privada dentro da localidade, os moradores, que quiserem, podem “dar queixa” aos milicianos para a resolução de conflitos. Desde o caminhão atravessado na porta de casa, até a casos de violência doméstica. Sem usar a demonstração de força, é possível afirmar, até a partir das entrevistas com indivíduos que pertenceram ao tráfico e hoje residem locais dominados por esses grupos, que a sua estratégia para manter a dominação é justamente a discricção. Suas operações para manter o poder seriam com base numa opressão silenciosa, na qual os moradores se recusam a comentar o assunto. Cerca de quinze entrevistados moram em áreas controladas pelas milícias e mencionaram a reserva com a qual os moradores tratam do assunto “milícia”.

Na hierarquia do tráfico existe ainda o “vapor”, responsável pela venda tanto na comunidade, como no asfalto⁷³. Silva (2006) chama atenção para a vulnerabilidade desses indivíduos, uma vez que atuam no varejo, ficando pois em franca exposição, por atrair a atenção da polícia e ter menos poder para impedir o registro da ocorrência. Na visão de muitos entrevistados, alguns até que atuaram como “vapor”, é uma função que não confere prestígio, ao contrário, muitos usaram o termo “bucha”, que significa o sujeito que está na ponta do negócio e na eventualidade de uma adversidade, será o primeiro a sofrer as consequências de uma incursão policial ou um negócio mal sucedido, inclusive com policiais corruptos. Um indivíduo que atuou como “vapor”, afirmou:

Ele é o desprivilegiado de estar servindo ao tráfico. Porque é ele que vai correr, com todo o respeito a classe, ele é o bucha, que vai vender e dali ele sempre vai se dar mal. Pode ver que é o mais revoltado, destrambelhado.

Abaixo da hierarquia local da quadrilha está o “fogueteiro”, aquele que responde pelo disparo de fogos, o aviso de que a comunidade está sendo invadida por inimigos. O “olheiro” é que “fica de olho” na movimentação de pessoas estranhas ao local. Tanto melhor se for feito por um “nativo”, mas sua responsabilidade é “desconfiar das pessoas”. Essas duas últimas ocupações são realizadas, em geral,

confronto com traficantes e expulsando-os da favela. Suas ligações com políticos ganharam as páginas dos jornais, mas ainda não foram bem apuradas.

⁷³ PEREIRA, L.F.A. *De olhos bem abertos*. Redes de tráfico em Copacabana. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

por meninos, entre 10 e 14 anos, que também fazem pequenos serviços com a busca do lanche, os recados para outros comparsas da quadrilha (ao menos no tempo em que não havia telefones portáteis).

É possível afirmar que a hierarquia do tráfico envolve também serviços terceirizados. Em algumas favelas existem indivíduos qualificados em Química para manipular a cocaína. Ou seja, a mistura, muitas vezes chamada quatro por 1, 4 quilos de bicarbonato de sódio e outras substâncias adicionadas a um quilo de cocaína não é realizada por pessoas sem formação. Mas isto ocorre em quadrilhas localizadas em áreas estratégicas da cidade e que não sobrevivem apenas do comércio interno, são também entrepostos e distribuem a droga para outras comunidades.

Moradores também são obrigados a prestar serviços ao tráfico. Profissionais da área de saúde, enfermeiros, auxiliares de enfermagem são forçados pelas facções a socorrer membros das quadrilhas feridos em combate com a polícia ou quadrilhas rivais. Moradores que possuem automóveis ou são mecânicos muitas vezes são requisitados a “colaborar” com a quadrilha. Esconder armas e drogas também faz parte do intercâmbio entre traficantes e moradores em caso de invasão de outras quadrilhas ou da polícia. Os entrevistados afirmaram que em sua época também usavam este expediente, mas era com base “na ideia”, tentando persuadir o morador. Hoje, os traficantes seriam mais agressivos e obrigam as pessoas a realizar serviços. Se recusarem, a pena é a perda da vida.

Já na segunda metade da década de 1990, as facções investiram não apenas em armas, mas também em tecnologia de comunicação. Um entrevistado relatou que o seu envolvimento com o tráfico ocorreu pelo exercício de sua profissão.

Eu comecei a vender rádios transmissores para traficantes e ganhei muito dinheiro. Na época eu já usava maconha e cocaína. Eu como usuário de drogas comecei a conhecer pessoas da comunidade que me chamavam pra ir pra o baile, que era uma coisa que eu não frequentava, eu não gostava. Porque eu tinha uma outra criação, a minha amizade não era de comunidade. Eu tinha o que eles queriam e fui me aproximando. Sempre que alguém era preso em flagrante com rádio, eu trocava a frequência de todo mundo. Eu tinha 20 anos e fui comprando tudo o que eu queria, roupa, moto, prostituição. E gasta tudo, não investe em nada.

Ao mesmo tempo, a hierarquia do tráfico impõe a ordem dentro de suas comunidades. O espaço público é dominado pelos traficantes de tal forma que estreita as oportunidades físicas dos jovens, moradores da favela. Em outras

palavras, comunidades que estão longe da zona sul da cidade, portanto distantes de áreas de lazer como a praia, por exemplo, tornam-se ainda mais um campo de isolamento. Quando indagava sobre os projetos sociais das favelas, os extrajudiciais reconheceram sua importância, mas muitos ressaltaram que essas ações precisavam expandir as suas fronteiras e levar o jovem para conhecer outros mundos.

Aqui, mais uma vez, que fique claro que a cidade não está partida, mas não resta dúvida que a integração social, cultural e social obedece a uma lógica perversa que se traduz em estigmas e intolerância por algumas parcelas da população e procedimentos pessoais e truculentos das forças policiais para com jovens pobres⁷⁴. Numa pesquisa realizada no Nupevi em 2005, visitei algumas comunidades, uma foi a Vila Santo Antônio, no bairro Realengo. Uma liderança local relatou a emoção que um passeio num dia de domingo a praia causou em um grupo de 30 meninos, com idade entre 7 e 16 anos. A maioria nunca havia ido à praia, e claro, não queriam mais voltar para casa. Do mesmo modo, moradores de favelas localizadas mais perto do centro da cidade e da zona sul, não querem ser removidos para sítios distantes, como Sepetiba ou Campo Grande, por exemplo.

Não se trata da praia em si, mas das expectativas com relação ao usufruir o espaço público. Um ex- “dono de morro” reconheceu: “As ONGs ajudam, mas precisaria acontecer fora da favela, tudo o que acontece na favela, o tráfico está perto. Uma creche, uma escola, tudo. É preciso levar a molecada também pra fora da favela.”

Na pesquisa sobre vitimização realizada pelo Nupevi em 2005, os entrevistados que se sentiam mais seguros na vizinhança do que em outras áreas do bairro, apenas 3% afirmaram que os espaços para esporte e lazer eram muito bons. Como ruim e muito ruins foram 19,5% e 27,3% respectivamente. (Monteiro e Zaluar, 2007).

Silva (2006) alerta para a particularização da existência, que se refere ao:

Estreitamento de referências espaciais dos jovens, o que geralmente vem acompanhado pela redução das referências temporais. A particularização e a presentificação da existência são processo que tem como pano de fundo a primazia da lógica do consumo e tem limitado seriamente as possibilidades de humanização plena da juventude brasileira. (SOUZA; SILVA, 2006, p. 15).

⁷⁴ O próprio secretário de Segurança Pública declarou em fim do ano passado que um tiro em Copacabana era diferente de um tiro na favela da Coreia.

Algumas teorias dão conta da cidade como bazar (RUGGIERO; SOUTH, 1997). Uma série de cruzamentos ocorre entre o mercado legal e o ilegal e ilícito, de tal forma que muitas vezes não se diferencia com clareza o que seria um meio de vida provisório e uma atividade criminosa. Fenômeno de cunho internacional, o bazar se insere de forma objetiva no mundo trabalho, operando uma lógica perversa de perda de garantias sociais para o trabalhado urbano no setor informal ou ilegal da economia (Zaluar, 2004). Várias conquistas obtidas ao longo do século, perdem força com os governos de direita na década de 1980, tanto na Inglaterra (Tatcher), como nos EUA (Reagan).

Telles e Hirata (2007) utilizam a metáfora do bazar para pensar:

[...] o tráfico de drogas a partir de suas capilaridades no mundo social e nas tramas urbanas, tomando como “posto de observação” alguns de seus ponto de ancoramento na periferia da cidade de São Paulo. Essa é uma perspectiva descritiva (e analítica) que permite situar as práticas criminosas nas suas relações com o que poderíamos definir como a gestão das ilegalidades inscrita nos agenciamento concretos da vida urbana. (TELLES; HIRATA, 2007, p.190).

Contudo, a ideia da cidade como bazar pode ser remetida à cidade de Nova York da segunda metade do século XIX, ou Chicago dos nos 20, no século seguinte. Ainda que tanto uma como outra estivesse em processo de urbanização e industrialização, as grandes metrópoles nos dois últimos séculos sempre ofereceram inúmeras possibilidades de trânsito entre o mercado formal e o informal. Os autores atestam para a especificidade dos anos 1980, quando o tráfico de drogas se consolidou como um empreendimento transnacional e construiu pontes entre o atacado e o varejo, a grande economia da droga e a as ruas, o que já havia sido assinalado por Zaluar (1994, 1997, 2004) em seus textos sobre tráfico de drogas e violência.

Como os autores reconhecem que não são pesquisadores da área de violência urbana e tráfico de drogas (TELLES; HIRATA, 2007, p. 176.) lhes escapa justamente o aporte empírico que elucide as conexões das facções criminosas que se instalaram em áreas da cidade do Rio e de outras capitais brasileiras, com os múltiplos “estilos de vida e de consumo” (SASSEN, 1991; ZALUAR, 2007). O consumo, no mundo contemporâneo, atravessa a fronteira do mercado formal e

interrompe os circuitos ilícitos estimulando ideologias individualistas e sem peias morais ou institucionais.

Não se trata aqui, de explicar o desenvolvimento das atividades ilícitas relacionadas ao tráfico de drogas com as alterações verificadas no plano exclusivo do consumo e tampouco da pobreza. A ação criminosa de jovens não se compreende como arte da sobrevivência decorrente do crescimento econômico pífio ocorrido nas últimas décadas. Esse é o sentido da análise de Zaluar (1994, 1998, 2007) ao enfatizar as crises nas organizações vicinais e nas famílias residentes nos centros urbanos:

Além disso, a urbanização muito rápida não permite que práticas sociais urbanas de tolerância e civilidade sejam difundidas entre os novos habitantes das cidades nem que os valores morais e tradicionais sejam interiorizados do mesmo modo pelas novas gerações da cidade. Assim, muitos homens jovens e pobres se tornaram vulneráveis às atrações do crime-negócio por causa das crises em suas famílias, muitas dessas incapazes de lidar com os conflitos surgido na vida urbana mais multifacetada e imprevisível. Vulneráveis também por causa do abismo entre adultos e jovens, por causa do sistema escola ineficaz, além da falta de treinamento profissional, adicionado aos postos de trabalho insuficientes. E se tornaram violentos em razão da falta de socialização na civilidade e nas artes da negociação, próprias do mundo urbano cosmopolita mais diversificado e menos segmentado em grupos fechados de parentesco ou localidade. (ZALUAR, 2007, p. 35-36).

Por comparação, o Brasil difere dos EUA em termos de organização de grupos sociais dentro do espaço urbano. Enquanto na América do Norte a especificidade da gang juvenil se conecta a valores individualistas e conotações étnicas com forte presença da violência como elemento das disputas entre vizinhanças. No Brasil, em particular no Rio de Janeiro, a competição entre bairros com as suas mais diversas agremiações não escondeu o conflito violento, mas não conheceu o elemento étnico como determinante na construção social da realidade. Deste modo a competição:

[...] expressa na apoteose dos desfiles e concursos carnavalescos, nas competições esportivas entre os times locais, atestando a importância da festa como forma de conflito e sociabilidade que prega a união, a comensalidade, a mistura, o festejar como antídotos da violência sempre presente, mas contida ou transcendida pela festa. A pretensão à glória, apesar do comunitarismo presente nesse imaginário, nunca esteve ausente. A fama de artista ou de desportiva movia, e continua movendo, as ambições pessoais nesses locais marginalizados de muitos modos na cidade do Rio de Janeiro, mas sem chegarem a ser guetos raciais ou étnicos, tais como os existentes nos Estados Unidos. (ZALUAR, 1997, p.109-110).

A penetração do tráfico de drogas nas comunidades cariocas surge de diferentes maneiras nas famílias que residem nas favelas. O fato de morar na

comunidade A, dominada por uma determinada facção, para um jovem não envolvido com a criminalidade, resulta ainda assim em um pertencimento local e uma adesão a valores e práticas violentas que podem aflorar num encontro casual entre jovens na praia, no ônibus ou num estádio de futebol, quando se juntam às galerias locais. Dentro da própria família, a divisão em facções propicia diásporas e conflitos. Novamente, a globalização da cultura acena com a possibilidade de novos estilos de consumo para camadas mais jovens, que vão desde aparelhos eletrônicos, gostos musicais até as drogas ilícitas. A distribuição de produtos pelo mundo afora permite a partilha cultural pelo consumo dos países considerados periféricos com as nações mais ricas.

Assim, não é a cidade que está partida, mas as instituições que marcavam identidades pessoais, consagravam hierarquias e criavam as ritualizações normativas que estão enfraquecidas ou estilhaçadas. Eram elas que negociavam a fabricação de um consenso privado e representariam um sentido público, agora perdido. Estou me referindo, em particular à família. Canclini adverte para os sentidos que eram negociados pelas instituições familiares no século passado.

Em meados deste século, era frequente em alguns países latino-americanos que uma discussão entre pais e filhos sobre o que a família podia comprar ou sobre a competição com os vizinhos terminasse com a seguinte máxima paterna: "ninguém está satisfeito com o que tem". Essa conclusão manifestava muitas ideias a um só tempo: a satisfação pelo que tinham conquistado aqueles que passaram do campo para as cidades, pelo avanço da industrialização e a chegada à existência cotidiana de novos itens de conforto (luz elétrica, telefone, rádio, talvez o carro), tudo aquilo que os fazia se sentirem habitantes privilegiados da modernidade. (CANCLINI, 1999, p. 38-39).

Esse processo da globalização serviu para esfacelar as organizações vicinais e a instalação do tráfico de drogas e armas nas comunidades cariocas desvirtuou a cultura da civilidade que teve no samba e no futebol formas de não negar o conflito, mas negociá-lo ao nível da rivalidade com manifestações estéticas representadas no espaço público, que agregavam gerações distintas, moradores de localidades distantes e reunia famílias que superavam as diferenças étnicas em nome de competições que exigiam normas e celebração. Todavia, hoje:

A família já não vai mais junto ao samba, e o funk não junta gerações diferentes no mesmo espaço; o tio traficante gostaria e expulsar da favela o sobrinho de outro comando ou da polícia ou do exército; a avó negra e a mãe de santo não podem frequentar a casa de seus filhos e netos pentecostais porque estaria carregada pelo "demo". A família está partida, o que não aconteceu em algumas etnias nos estados

Unidos, onde os jovens das gangues defendem a honra familiar (Katz, 1988; Jankowki, 1991)". (ZALUAR, 1997, p.115).

Oito entrevistados (todos homens) relataram com preocupação que algum de seus filhos entrou no tráfico de drogas. Teriam preferido que não o tivessem feito e lamentam a forma pela qual isso se dá hoje em dia. O ingresso teria se dado no período em que estavam presos. Mas mesmo a percepção deste grupo sobre a atividade criminosa específica – o tráfico de drogas – salienta as diferenças geracionais do empreendimento. Hoje, na visão destes entrevistados, os jovens são recrutados cada vez mais cedo para engrossar as fileiras dos comandos e não possuem autonomia individual para e nem parâmetros familiares que possam impedir a entrada nas quadrilhas. Um deles afirmou:

O meu filho já é do crime, eu nem queria falar isso, mas o crime dele (tráfico) é diferente do nosso. A juventude de hoje em dia age de uma forma diferente, na nossa época criança não formava no crime, e na gestão de agora as crianças é que estão no crime. É um crime diferente porque é muito teleguiado, mata o senhor por causa de nada, porque aquele ali mandou, na nossa época não, se ele tem um problema, ele tem que resolver. Nós somos amigos dele, no caso de guerra, desses problemas assim, mas particular ele tem que resolver".

Outro entrevistado que tem dois filhos no tráfico, disse já ter argumentado a favor da saída dos dois da atividade criminosa, o que é prontamente rebatido por eles em discussões acaloradas. Um dos motivos que apresentou para não retornar ao tráfico é a presença dos dois em uma facção diferente daquela que ele sempre pertenceu.

Eu não tinha mais espaço no crime quando eu saí da última prisão, no meu pensamento. Eu tinha um filho que era uma facção e eu era outra, se eu voltasse pra o crime, eu com certeza eu ia quere retomar o morro X, que tava dominado por essa facção a qual meu filho pertence, então fica difícil pra mim tomar um morro em que eu tenho um filho que é gerente.

Esse entrevistado relatou que volta e meia fala com o filho de 25 anos, pelo telefone e já tentou tirá-lo do tráfico, mas:

A alegação dele, ele diz pra mim que é o seguinte, "pô, pai, agora eu tô enterrado até o pescoço, não tem mais como eu voltar atrás, então eu vou continuar nessa". Antes ele falava que não, que não ia deixar a boca de fumo pra trabalhar de carteira assinada pra ganhar uma merda, com o passar do tempo ele foi dizendo que não ia sair mesmo, não tem como sair, já pintou e bordou, por sinal ele é gerente geral lá no morro, agora é que ele não vai sair mesmo, eu não vou perder mais meu tempo com ele, eu só peço a ele que se cuide, faça o possível e o impossível pra ir preso e não morrer.

Deste modo, dentro da mesma família, existe uma reprodução da mão-de-obra para o tráfico, por conta do afastamento devido à prisão e a manutenção de todos os elementos que vão constituir a atração, sedução e a busca do poder e do prestígio adquiridos no empreendimento ilegal. A quadrilha na comunidade oferece oportunidades de reconhecimento entre pares para os grupos jovens. Os laços sociais foram esgarçados e o estabelecimento das facções hierarquizadas desmancha famílias e condena alguns jovens a viverem no tráfico afirmando não uma ideologia política, mas valores afirmativos da violência por meio das armas de fogo cada vez mais fáceis de serem obtidas pelas quadrilhas. Nas palavras de Zaluar:

Não é, portanto, apenas a disputa pelos pontos-de-venda que explica a dinâmica dessa guerra em que a militarização das partes em conflito é consequência previsível. Mesmo com o progressivo domínio das quadrilhas por organizações superiores, com a hierarquia verticalizada nos comandos que decidem e passam a exigir obediência dos chefes de quadrilhas locais às suas determinações, o conflito violento não deixou de existir. Continuaram a imperar as decisões arbitrárias, fruto da vontade de uns poucos comandantes que decidem quem deve morrer. (ZALUAR, 2004, p. 398-399).

Assim, a hierarquia no tráfico se impõe de tal modo que altera o cotidiano de sociabilidade presente nas comunidades. A violência imposta pelos sucessivos conflitos com comando rivais e com a polícia causa a erosão de uma cultura associativa que cria mecanismos para a resolução de problemas da vida social, tanto na esfera pública, como em assuntos domésticos.

3 A MARCA DO CÁRCERE

Para o advogado, o essencial consiste em saber como a lei considera certo tipo de criminoso; para o sociólogo, é igualmente importante ver como o criminoso considera a lei.

Peter Berger, *Perspectivas Sociológicas*, p. 39

3.1 Dor e redenção

Todos os 32 entrevistados nesta pesquisa feita no Nupevi entre 2007 e 2008 foram identificados e condenados pela justiça. Alguns não responderam pelo crime de tráfico e sim por assaltos, homicídios (doloso ou culposos) e/ou sequestro, embora tivessem também se envolvido com quadrilhas de traficantes. A entrada desses indivíduos no sistema prisional provocou transformações profundas em suas personalidades e visões de mundo, mas nem sempre se configurou como uma reversão moral e arrependimento pessoal pelos crimes cometidos.

Ocorre que uma série de mediações vivida por esses indivíduos gerou novas posturas em relação à atividade criminosa, produzindo significados inéditos nas suas trajetórias pessoais. Alguns fugiram da cadeia e retornaram imediatamente ao mundo do crime, e em seguida abandonaram a atividade criminosa. Quase todos, por terem cumprido penas de privação de liberdade encontraram dificuldades de reinserção no mundo legal-formal. O que importa assinalar é que a passagem pelo sistema prisional cumpre o corolário conhecido das prisões no Brasil (e em boa parte do mundo) de tortura, humilhação e violência. (SALLA, 1999; RAFAEL, 2007).

Caldeira (2004) afirma que lideranças do tráfico dentro do sistema prisional se tornam “donos das cadeias” exploram os presos mais pobres, assim como também os agentes penitenciários. O autor chama a atenção para “política do cárcere duro” aplicada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro por meio do RDES⁷⁵ Regime de

⁷⁵ O RDES prevê a duração de 720 dias, que podem ser prorrogados. Além disso, obriga o confinamento e visitas são monitoradas por filmagem e gravação e se restringem a uma comunicação separada por um vidro e uso de telefone. Nos banhos de sol é proibido o presos se comunicarem com outros detentos e com agentes penitenciários. Caldeira (2004. P. 94) faz um quadro comparativo entre o RDES e o RDD, regime disciplinar diferenciado.

Disciplina Especial de Segurança no presídio Bangu 1, e as resistências da massa carcerária em relação a adoção do RDES. O autor ressalta que:

A política penitenciária é condicionada por dois fatores interligados, que se condicionam reciprocamente: os controles formais, autorizados pela legislação, que devem orientar a atuação das agências do sistema penal, e construções sociais informais, que estão enraizadas nas atividades cotidianas da sociedade civil. (CALDEIRA, 2004, p. 87).

No ano de 1995 havia no Brasil 150 mil presos, o que correspondia a 95 por 100 mil habitantes. Dez anos depois, o país tinha 350 mil presos, o que representa uma taxa de 212 por 100 mil habitantes. Dados mais recentes, ano de 2007, apontam para um total de 419.551 presos (homens e mulheres)⁷⁶. Este aumento da população carcerária⁷⁷ brasileira segue em compasso com as péssimas condições das prisões, embora vários presídios tenham sido construídos, alguns de segurança máxima, especialmente no Estado de São Paulo. É este Estado que apresenta o maior aumento da população carcerária, como resultado explícito de sua política de segurança.

Segundo Julita Lemgruber⁷⁸, a falta de vagas no sistema é a principal causa para a superlotação dos presídios brasileiros. Contudo, a despeito da construção de mais unidades prisionais, a estrutura combalida permitiu (e ainda permite) a organização da criminalidade no seu interior. Foi nas prisões do estado de São Paulo que se deu a maior rebelião do país, envolvendo quase todas as unidades prisionais deste Estado e outras unidades de Estados vizinhos.

A LEP, Lei de Execuções Penais, promulgada em 1984, vem sendo desrespeitada amiúde. Um elenco de problemas atravessa o sistema prisional sem que se tenha um esforço governamental mais sério na tentativa de mudar o quadro. O próprio reconhecimento público dos comandos, como salienta Rafael (2007), reflete a legitimação das organizações criminosas e confere a estes um capital simbólico⁷⁹. O mesmo autor sustenta que é também o fracasso da administração penitenciária. Além disso, a o RDD anula direitos de presos previstos na LEP e a

⁷⁶ Dados do Departamento Penitenciário Nacional, subordinado ao Ministério da Justiça.

⁷⁷ População carcerária é aquela que já foi condenada e se encontra com a pena privativa de liberdade.

⁷⁸ Ver matéria publicada na Folha de São Paulo em 10/07/2004.

⁷⁹ Capital simbólico é um conceito formulado por Pierre Bourdieu, que significa a formação de um conjunto de signos e símbolos que permite situar os indivíduos no espaço social.

sua tentativa de execução em alguns estados modifica a condutas dos presos e também a sua cultura, ocasionando rebeliões⁸⁰.

[...] não é na esfera dos códigos ou na discussão acalorada entre nossos juristas onde podemos encontrar a recusa mais virulenta à adoção de tais medidas de endurecimento punitivo. É na própria resistência dos presos. (RAFAEL, 2007, p. 132).

A estruturação da Falange Vermelha e depois Comando Vermelho, se deu basicamente, como foi apresentado no capítulo 1, dentro das prisões fluminenses. Rígidos códigos de conduta foram adotados pelos comandos com o objetivo de criar uma autodisciplina nas unidades prisionais. Com isso, diminuiu a violência gratuita contra outros presos e propiciou-se a reivindicação de direitos para os que cumpriram penas, como a visita íntima, por exemplo, uma conquista dos presos que também ajudou a manter a calma intramuros. Mas também organizou a criminalidade que se expandiu extramuros.

A parte II do livro *A Oficina do diabo* de Edmundo Campos Coelho, oferece um sugestivo painel dos rituais no interior das prisões fluminenses dos anos 1980. Contudo, não serve para tempos posteriores, uma vez que a organização das facções contaminou o ritual carcerário e criou novos sentidos para a convivência nas prisões. Rixas de sangue, por exemplo, entre criminosos da mesma facção, passam obrigatoriamente por uma resolução dos seus líderes, e não sendo acatadas pelos envolvidos, as consequências virão na forma mais violenta possível.

Uma modalidade de violência comum nas cadeias era o estupro. Segundo os entrevistados, isso praticamente não existe mais por conta da determinação dos comandos, com exceção da violação de estupradores, especialmente os de crianças e adolescentes. Um dos entrevistados afirmou que os assaltos sexuais⁸¹ aconteciam “no tempo da ignorância” e que hoje o preso tem o direito assegurado à visita íntima e existe ainda a possibilidade para aqueles que têm dinheiro alugar serviços sexuais de prostitutas. Assim, novas relações foram sendo criadas nos presídios fluminenses com o advento do Comando Vermelho e Terceiro Comando. Outros tipos

⁸⁰ Caldeira (2004, P. 90) lembra que no período entre fevereiro de 2002 e dezembro do mesmo ano, no Estado do Rio de Janeiro ocorreram onze “incidentes prisionais”, que seriam rebeliões e fugas, assim como movimentos reivindicatórios.

⁸¹ A expressão é usada por Coelho em seu trabalho, que chega a afirmar: “o estupro talvez seja a modalidade mais comum de violência praticada entre os presos, mas também a mais difícil de ser erradicada.” (p. 95). Como pode ser visto, esta modalidade senão erradicada tornou-se pouco usual.

característicos presentes no sistema prisional sofreram metamorfoses. Uma das figuras mais notórias dentro das cadeias era a do xerife. O xerife seria:

Uma liderança individual que garante sua influência e respeito entre os outros presos através, no limite, do exercício da força. Essa conformação vai ser claramente explorada pela então administração do sistema penitenciário que reconhece aí, na “xerefia”, um exercício “natural” do poder e, tais indivíduos, parceiros que podem ser postos a serviço do controle da massa de presos”. (BARBOSA, 2007, p. 140-141).

Um entrevistado que passou 15 anos preso, se referiu assim à figura do xerife:

O xerife é coisa do passado, porque o Comando vermelho inventou o presidente. O cara precisa ter bagagem, moral, não ter mancada no mundo do crime, não dar vacilo. O xerife era o cara valentão e ele mesmo se botava como xerife. Mas quando estourava uma rebelião, uma confusão na cadeia, o xerife também era bucha, ele que pagava o pato era o primeiro a morrer.

Assim, a violência dentro dos presídios cariocas ganhou novos contornos com a estruturação do Comando Vermelho. Já no fim dos anos 80, com a existência do Terceiro Comando, produto de diásporas dentro do Comando Vermelho e remanescentes da Falange Jacaré tornou-se difícil não separar os presos segundo suas filiações com as facções surgidas dentro do sistema prisional para evitar as guerras dentro de suas unidades. Um ex-traficante, “dono de morro” nos 1980, passou 15 anos preso, contou sua entrada no sistema:

Bom, cara, quando eu cheguei em Água Santa, esse tal de Maracanã, a cela 20, era época da Polinter e das delegacias lotadas e as viaturas chegavam carregadas e ia despejando ali, botando todo mundo junto ali, depois de uma semana, eles (os guardas) fazem uma divisão, fazem uma chamada, quem é do Comando Vermelho vai prá lá, quem é do Terceiro Comando vai pra outro. Só que ali fica difícil identificar quem é o inimigo e quem não é. Todo mundo dorme que nem cavalo, dorme em pé com um olho aberto, o outro meio fechado. Ninguém quer dormir com o olho de ninguém.⁸²

Essa fala revela a divisão entre comandos nos presídios cariocas e fluminenses. Nesse caso, estamos precisamente no ano de 1989, período no qual a sedimentação das facções no interior dos presídios já era nítida. Mesmo aqueles que possuíam relações tênues com as facções passaram a ser designados quando da entrada no sistema prisional por algum comando.

⁸² O presídio de Água Santa como um local de triagem de presos vindos das polinters, das delegacias e Casas de Custódia. Ver: Caldeira (2003).

A rotina da prisão foi descrita pelos entrevistados como um processo diário de aprendizado. Mesmo vivendo convivendo com outros presos da mesma facção, as relações são atravessadas por uma dinâmica interna da “sociedade dos cativos”, cuja violência possui um caráter endêmico. (CAMPOS COELHO, 2005, p. 83). Um entrevistado que ficou sete anos preso sintetizou como o detento deve agir:

No cárcere é o preso tem que fazer o dia o dia, um respeitando o outro, não tem essa de me dá, me dá, pedir nada a ninguém. Se ganhar tapa na cara, tem que cair pra dentro dele ou matar ele, ué! Porque senão vai perder o respeito com ele e com todos os outros, porque amanhã, se marcar, vai até virar mulher dele. Porque amanhã vai vir um magrinho, pequenino vai querer te dar um tapa, vc não vai deixar e ele vai falar – qual é? Tu marcou com fulano, não quer marcar comigo por causa de quê? Mas também tu não pode ser nervoso, tu não pode ser malandro demais e nem burro demais, sempre aparece um mais bravo que o bravo”.

Deste modo, mesmo que exista uma disciplina interna promovida sobretudo pelo Comando Vermelho, que tende a evitar conflitos gerados na rua, a violência sempre está à espreita. Muitos relatos deram conta da mudança do perfil dos presos. Uma geração mais nova que adentra as prisões, embora reconheça a hierarquia dos comandos, muitas vezes adotam comportamentos considerados pelos mais velhos como imaturos. E isto diz respeito à construção da sociabilidade dentro da cadeia, como na relação com os agentes penitenciários. Além disso, um entrevistado chamou a atenção para a ausência de conhecimento mínimo das normas jurídicas. Essa geração foi denominada por alguns entrevistados como funkeiros, porque:

Eles chegam lá ficam escutando som alto, tudo se requebrando, nem parece que tá preso. Têm muitos que chegaram no sistema com 18 e 19 anos e foram condenados à 30 anos de cadeia em sequestro e não tem noção do que espera eles pela frente. Eles não sabem o que é crime hediondo, eles não tem noção do que vão encarar pela frente, muitos deles tão com negócio de baile na cabeça.

Assim, enquanto os mais velhos se preocupam em conhecer minimamente as tramas da justiça, os mais novos apresentam ignorância ou desdém pela sua própria situação. E neste ponto serve também a insatisfação das gerações mais antigas com a assessoria jurídica prestada nas cadeias. Vários entrevistados se queixaram do tratamento conferido a eles. Não existe uma assistência que monitore as condições jurídicas dos apenados, examinando a progressão prevista na sentença. O resultado é conhecido: muitos presos cumprem pena acima do tempo estipulado pela decisão da justiça.

O padre Valdir João Silveira da Pastoral Carcerária da CNBB no Estado de São Paulo⁸³ afirma que apenas 10% dos presos pertencem a facções criminosas do tipo PCC. Estas organizações criminosas ocuparam o lugar do Estado na proteção contra as ações governamentais violentas promovidas contra os presos. Na sua experiência de coordenador da pastoral carcerária, padre Valdir encontra o descaso com que a população carcerária é tratada.

O Ministério Público, que tem por lei a obrigação de fiscalizar os presídios, virou-lhe as costas, porque são superlotados, sem alimentação, sem condições de higiene, sem água, medicamento, roupa. Não fiscalizando isso, o Ministério Público não verifica a situação, deixando aos presos justamente que um cuide do outro (2007, p. 211).

Coelho (2005) afirma que existe a possibilidade dos internos cumprirem suas penas com “relativa segurança”. Desde que:

[...] se tornem membros competentes dessa sociedade *sui generis*, observando seus códigos, valores, normas e hábitos e aprendendo a gramática de sua articulação. Em síntese, evitar o comportamento típico do “vacilão”. É um duro e perigoso aprendizado ao fim do qual o indivíduo terá perdido sua “identidade” anterior. É um processo de transformação que cria uma segunda prisão: o interno cativo das “sociedade dos cativos”, totalmente dependente dela para sobreviver”. (CAMPOS COELHO, 2005, p. 83).

Na verdade, não se trata de uma segunda identidade, como afirma Coelho, mas uma reelaboração de papéis dentro uma situação definida, nas quais a violência e o risco de morte são iminentes. Em todas as entrevistas, os indivíduos deixaram claro que sabiam que a atividade desempenhada (tráfico) era ilegal e existia a possibilidade de irem presos. Ou seja, ninguém declarou que foi preso injustamente. A assimilação da condição de um comportamento desviante para todos do grupo pesquisado que participaram do tráfico de drogas, impõe a certeza de que o castigo pode não ser justo, mas é correto. Na construção da subjetividade, a passagem pela prisão era entendida como um dos riscos inerentes à atividade criminosa.

Por isso mesmo as regras de convivência dentro da cadeia impõem limites para o estabelecimento de construção de novas amizades. Daí a criação de uma morfologia que permite classificar os tipos dentro das prisões. O “faxina” é um tipo muito comum dentro dos estabelecimentos prisionais, mas com variação de unidade para unidade. Trata-se do indivíduo que preso numa penitenciária exerce serviços

⁸³ Entrevista publicada na revista *Estudos Avançados*, n. 61, set- dez 2007, p. 209-220.

de limpeza. Mas em algumas cadeias o sujeito que exerce o papel de “faxina” é malvisto pelos demais presos. Torna-se um suspeito de estar “fazendo o jogo dos guardas”, informando sobre possíveis planos de fuga. Muitos entrevistados relataram que os guardas tentam “fazer a cabeça” dos “faxinas” para saber os movimentos feitos pelos presos, sobretudo os líderes de facções.

O “caidinho” é indivíduo que não tem visita e que os presos sevem de seus préstimos. Também é conhecido como “prestativo”. Vale dizer que a proximidade física anda de mãos dadas com a origem social dos presos, a hierarquia que se estabelece é oriunda da ordem imposta pelos comandos. Ou seja, a posição que o indivíduo ocupava na hierarquia do tráfico tende a ser correspondente ao espaço que irá ocupar na prisão. Por outro lado, quem não possui ligações mais estreitas com as facções e protagonizou outras modalidades de crime, terá obrigatoriamente que estabelecer alguma afinidade com lideranças dos diferentes comandos. Não existe neutralidade para o preso nas cadeias fluminenses. Assaltantes que não têm laços de lealdade com os comandos, ao adentrar o sistema prisional terá que optar por uma facção, isso será importante para a sua própria segurança. Um ex-traficante declarou:

O cara que é assaltante ele sempre frequenta alguma comunidade, tem simpatia por alguma comunidade, se ele cheirar cocaína então, ele compra em algum lugar, até pra fazer reunião, pegar arma emprestada, o tráfico quando empresta arma, tem uma comissão que varia de boca pra boca.

A rica coleção de provérbios, “bandido não dorme”, “filho chora, a mãe não vê”, “aqui aprendi que na cana tem nó” obtida nas entrevistas a respeito da passagem pelas prisões, induz a necessidade dos novatos reconhecerem de maneira rápida as normas da cadeia.

As mulheres foram mais céticas em relação à existência de amizade dentro do cárcere. Algumas se referiam aos homens como: “tem mais união”. Neste ponto, da amizade, não houve consenso entre os entrevistados sobre a “real” existência dela. Todavia, é possível compreender os contextos distintos nos quais a amizade se constrói. Supondo que a simetria seja a chave que abre a construção de uma relação de amizade⁸⁴, na medida em que há uma negociação intersubjetiva entre as partes para forjarem uma interação no mesmo nível social, mas de caráter pessoal e

⁸⁴ Os trabalhos de Claudia Barcellos Rezende sobre a amizade constituem uma referência importante para se pensar esta relação. Ver: Entre mundos: sobre amizade, igualdade e diferença. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (org). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

privado, a origem e posição social dos internos poderiam facilitar tal construção. Ocorre que apesar da autonomia individual não desaparecer neste contexto, existem determinações externas, como as normas da “sociedade dos cativos”, que integra os diversos planos da vida coletiva. O rigor da disciplina deste coletivo constrange e sublinha os comportamentos nos quais os presos são socializados, o que levou um entrevistado a afirmar que “na cadeia só erra quem quer”.

Isso tem a ver com uma reavaliação do que possa ser amizade. A maioria dos entrevistados afirmou que, hoje, reconhecem que no tráfico não pode existir amizade, uma vez que a busca pelo poder e ânsia em lucrar casa vez mais destroem qualquer possibilidade da realização de uma relação mais sólida no interior de uma quadrilha. Muitos se referiram ao “choque de interesses”, isto é, na atividade do tráfico, a vontade de tirar proveito de uma posição alcançada na hierarquia colide com a formação de uma amizade “desinteressada”.

Como em alguns casos ocorreram traições que levaram os indivíduos à cadeia, uma atitude reativa em torno da amizade no cárcere torna-se um componente de sobrevivência. Contudo, isto não deve ser tomado como dado, e sim com base de um resultado de interpretações que oferecem uma moldura de significados a respeito do outro. Deixo claro, desta forma, que a perspectiva interacionista serve para se pensar a própria formação do self, tomando-se como objeto para si a partir de uma visão processual e de interação. Em outras palavras, o significado da amizade advém deste contexto de interação social e não é estático, sempre está sendo modificado e manipulado pela interação simbólica e intersubjetiva.

Mas ainda que existam traços comuns a todas as prisões, nem todas são iguais e a experiência subjetiva varia de uma para outra. Como bem nota Coelho, (2005, p. 93) e isto ficou claro nos depoimentos, nas penitenciárias as coações e constrangimentos são menores, uma vez que as celas individuais oferecem o isolamento. Contudo, como autor bem ressalta, se instaura um ambiente de medo e desconfiança, sobretudo com relação à delação.

Um dos maiores focos de tensão na vida carcerária, segundo os entrevistados, é quando falta maconha na cadeia. Isto é o suficiente para aumentar o nível de insatisfação entre os presos. Um entrevistado revelou:

Tinha um diretor que dizia: na minha cadeia eu não quero morte nem fuga. Ai vinha um guarda e denunciava um preso que estava fumando maconha, mas ai o diretor dizia: 'deixa prá lá', ele falava que enquanto o preso estava fumando maconha, ele tava calmo, não tava tentando fugir, nem matar ninguém.

O que chama atenção é que se falta a droga para o consumo interno, é porque existe o tráfico. Graças às relações com as quadrilhas é possível que um preso não apenas comande os negócios dentro do estabelecimento prisional, como também realizar comercialização da droga intramuros. Para pequenas quantidades, consumo pessoal, as visitas se encarregam de enviar as trouxinhas. Se o objetivo for continuar a ganhar dinheiro e fazer um comércio volumoso, torna-se imperioso o suborno dos guardas. Contudo, existe uma sondagem inicial para saber se o agente penitenciário é realmente passível de ser corrompido. Muitos não aceitam suborno e dificultam a comercialização de drogas na cadeia. Mas, uma vez corrompido, o próprio agente penitenciário se encarrega de levar para o interior das celas a droga. E esse guarda se torna conhecido pelos presos que traficam dentro do sistema prisional como “avião”. Existem também mulheres que fazem o serviço de “avião”. Segundo um entrevistado:

Têm grupos de mulheres que trabalham só nisso. As mulheres têm carteira de visita, mas não tem marido, não tem ninguém da família preso, entendeu? E elas não levam numa cadeia só não, vão rodando de cadeia em cadeia, elas passam a semana ganhando dinheiro só fazendo isso.

A relação do preso com os guardas sempre é atravessada pela desconfiança mútua⁸⁵. Na visão dos presos existe sempre a tentativa de disfarçar as reais intenções. Do ponto de vista dos guardas, sem cessar, ocorre a manutenção da ordem moral. Coelho (2005) sustenta que os guardas adotam uma postura uniforme com o objetivo de preservar a sua autoridade moral diante dos presos. Neste sentido, não existe distinção na visão média dos guardas entre uma ação emotiva e um desrespeito intencional, ambas são violações graves. (COELHO, 2005, p. 106).

Já foi mencionada a diferença geracional entre os presos. Os mais velhos possuem uma autopercepção de maturidade, mais ainda quando se trata de se relacionar com os guardas. Até porque não desapareceram as práticas de violência exercidas pelos agentes penitenciários. Todo o périplo do preso, desde sua captura até o encarceramento, é muitas vezes marcado pelo castigo físico⁸⁶. No caso das

⁸⁵ Ver Coelho (2005) e Barbosa (2007).

⁸⁶ Ver a “tortura castigo”, em Barboza (2007, p. 148-149).

mulheres, também a violência está presente. Segundo as entrevistadas não há condescendência das agentes nos presídios femininos para com as presas.

Se o estupro nas cadeias fluminenses não é uma prática usual, o homossexualismo continua a existir. Este ponto é importante porque diz respeito à formação da identidade pessoal. Nos presídios masculinos, o homossexual é tolerado, desde que o interno revele a sua identidade sexual logo de saída. Os presos fazem a distinção entre o “encubado”, que se revela dentro da cadeia e o “assumido”, que por uma série de sinais deixa claro sua identidade sexual. Sobre este ponto, um entrevistado declarou:

Se o preso chegar e se declarar logo, ele é bem aceito, o pessoal dá até uma consideração pra ele, ele vive a vida dele, cada um vive a sua. O problema é se ele for descoberto e não falou pra ninguém. Ai o pessoal vai pensar assim: Esse filho da puta bebeu água no meu copo, esse safado fumou o meu cigarro. Ai o pessoal vai arrebentar ele, porque ele enganou todo o mundo.

Os hábitos acerca da virilidade e da honra masculina dentro das cadeias não são frutos de uma percepção espontânea, mas são construídos dentro de convicções alicerçadas em valores que reforçam a constância da identidade sexual. Em outras palavras, não há espaço para ambiguidades ou incúrias, a revelação inicial não exclui o preconceito, mas elimina a desconfiança coletiva e garante ao preso a sua adesão à “sociedade dos cativos”. É interessante notar que, na prisão, a manifestação pública da identidade sexual é fundamental para a convivência; no tráfico, já não existe essa obrigação. Alguns entrevistados revelaram que não é comum, mas já existiu (e existe) “dono de morro” homossexual. Neste caso, o líder não pode ser demasiado afetado, mas seus subordinados não contestam a sua autoridade a partir da sua identidade sexual. Nas cadeias masculinas, ao contrário, os efeitos da vida coletiva se sobrepõem ao indivíduo, como afirmava Durkheim sobre a coerção do social. Aos homossexuais resta o papel de “faxina”, ajudante ou lavadeira. No caso das mulheres, o homossexualismo é mais reprimido e em muitos casos revelam o afastamento do companheiro, abandono da família, incluindo dos filhos⁸⁷.

Deste modo, a adaptação e a aceitação do preso homossexual estão subordinadas as condições de expressar de maneira evidente a sua identidade

⁸⁷ Consegui entrevistar apenas 6 mulheres e a maioria sentiu-se constrangida ao falar da experiência prisional, ao contrário dos homens. O livro de Julita Lemgruber, *Cemitério dos vivos: uma análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Forense, 1999, é uma valiosa contribuição para se compreender esta questão. Em especial, o capítulo 5 aborda o tema do homossexualismo.

sexual. Assim, evita-se beber água no mesmo copo ou fumar ou mesmo cigarro daquele que está identificado como “baitola”⁸⁸. O ato sexual entre dois homens provoca a repulsa do heterossexual, que considera “falta de higiene” dividir os talheres com um homossexual. Esta homofobia foi ratificada por todos os homens entrevistados que afirmavam com naturalidade essa condição compartilhar objetos com presos homossexuais.⁸⁹

Se a falta da maconha pode gerar conflitos nas prisões e o homossexualismo causar alguns transtornos, o esporte funciona como um mecanismo para aliviar as tensões, como fora da prisão. Contudo, não são todas as unidades que fornecem esta prática. Os entrevistados relataram que a oferta de esportes varia muito, segundo quem ocupa o cargo de diretor. Ou seja, um diretor pode incentivar a realização de partidas de futebol, uma vez substituído, seu sucessor pode abortar o esporte. Os presos não têm iniciativa nisto e dependem do incentivo e apoio da diretoria.

Segundo Norbert Elias (1991), o desenvolvimento do esporte foi um aspecto importante do deslocamento civilizador na vida social moderna. O esporte como uma competição corporal é uma invenção social que corresponde a certas transformações na estrutura social e que propiciou a internalização de regras por parte dos indivíduos, diminuindo a violência interpessoal. Não se trata de eliminar as tensões, mas sim a partir de uma atividade de recreação, recriar e equilibrar as tensões. As palavras em inglês play e game⁹⁰ são correlatas e devem ser pensadas como atividades sociais de efeito catártico, o espírito de rivalidade não desaparece (ao contrário, se acentua), mas assim como a parlamentarização na esfera político-social, o ponto fundamental é a manutenção do autocontrole (MONTEIRO, 2003).

Percebe-se, portanto, que o esporte (em particular, o futebol) nas prisões desempenha um papel importante no “equilíbrio das tensões”. O jogo possui regras que são para ser obedecidas. É interessante notar que quando questionava o desrespeito à lei – que os levou à prisão – a resposta vinha na assertiva: “lá (na prisão) era diferente, aqui fora ninguém respeita nada mesmo”. Neste momento, na

⁸⁸ Expressão nativa, significa gay.

⁸⁹ Noutro contexto, Maria Dulce Gaspar refere-se ao “nojo” que prostitutas sentem em relação a alguns clientes. Com isso, realizam o ato sexual, mas evitam: “colocar a boca em contato com o corpo do cliente, o que, o que expressa uma divisão simbólica do corpo, como se nele se pretendesse “marcar a oposição de valores e o violentos contrastes da moralidade”, como escreve Herz (1980). Gaspar, Maria Dulce. *Garotas de programa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

⁹⁰ Ver artigo de Alan Garrigou: O grande jogo da sociedade. In: ELIAS, N. *A política e a história*. São Paulo: Perspectiva. 2001. p.65-88.

prisão, os indivíduos revelam em seus discursos uma forte carga moral, não em relação ao passado propriamente, mas à vida na “sociedade dos cativos”. As razões para desrespeitarem a lei foram diversas, mas os motivos para obedecerem às normas⁹¹ dentro da prisão dizem respeito à sua integridade física. As mais variadas instituições podem ser pensadas como instituidoras de fontes morais, a partir das quais se criam hábitos, costumes, leis e cultura, e deste ponto os indivíduos as interpretam e representam a realidade, avaliando e atribuindo significado ao que é certo e o que é errado.

A vida nas prisões gera uma situação específica na qual os indivíduos precisam dar respostas específicas. Assim, os ritos de passagem⁹² consagram a travessia do preso pelo “sistema” e conferem legitimidade às suas relações com outros presos. Uma das situações mais ritualísticas dentro das prisões diz respeito ao dia da visita. Trata-se de uma manifestação rica para revelar os horizontes simbólicos dos comportamentos individuais e reforçar o aspecto normativo na cadeia. Há todo um repertório de manipulação dos sentimentos que sustentam o caráter cerimonial do evento.

Quando perguntava para os homens qual era o maior erro, a falha inadmissível, ou o “vacilo” que um preso não pode cometer, sob pena de morte imediata, as respostas foram unânimes: não olhar para a mulher do outro na visita. Um deles afirmou:

O maior vacilo que cara pode ter é olhar pra mulher do outro no dia da visita, não pode nem botar óculos escuros, senão tem problema quando acabar a visita. Se cumprimentar ele morre ali mesmo.

A proibição do uso dos óculos escuros durante a visita, que é pública e acontece no pátio da prisão, neste contexto, é óbvia, mas o mesmo indivíduo destacou a razão subjacente ao impedimento:

É porque ele é chamado de Alain Delon, tá olhando sem ninguém tá vendo, chamam de Alain Delon o preso que tá olhando as mulheres dos outros sem ninguém perceber, porque ele tá com óculos escuros.

Na prisão, “Alain Delon” não é aceito porque o dia da visita é um fato social sincrônico e o caráter coletivo deste ritual obriga seus participantes a se tornarem

⁹¹ Normas, neste sentido, são as regras criadas dentro da “sociedade dos cativos” e disseminadas pelos diferentes comandos, e não o regulamento penitenciário.

⁹² Ritos de passagem é uma expressão consagrada na antropologia, iniciada por Arnold van Gennep.

invisíveis aos visitantes de outros presos. Evidente que a ação não é puramente deliberada porque há certeza da punição caso regra não seja cumprida. Mas se trata da aceitação das normas para manutenção do equilíbrio dentro da prisão

A etiqueta do olhar é peça fundamental na vida prisional e o dia da visita expressa ritualisticamente o treinamento e o jogo social que obriga o preso a ignorar o outro. Neste sentido, as hierarquias são suprimidas e a norma vale para todos. A sociabilidade das cadeias impõe a construção de um tipo de masculinidade que preserva valores de uma identidade masculina tradicional, na qual as práticas cotidianas reforçam o caráter de ser “sujeito homem” ou não aceitar “sugestão”. Alguns autores (ZALUAR, 2001; CECETTO, 2004) argumentam que a masculinidade hegemônica difere da masculinidade tradicional na medida em que transita por uma rede vasta de significados. Quer dizer:

Não pode ser confundida com a concepção holista de masculinidade tradicional, baseada na complementaridade de papéis sexuais separados. Além disso, não pode ser confundida com a heterossexual: há multiplicidade nas masculinidades da opção sexual majoritária. (ZALUAR, 2004, p. 366.).

A adesão a um modelo de masculinidade varia segundo as diversas atividades exercidas pelos grupos sociais. Assim se, no final do século passado, a masculinidade tradicional se viu diante da redução de poder nas mais diversas esferas, seja na política ou no âmbito privado e doméstico. A figura do provedor e protetor foi sendo abalada pela entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho, em posições antes ocupadas apenas por homens, e, conseqüentemente, o aumento de mulheres chefes de família.

Sontag inicia seu livro *Diante da dor dos outros* (2003) com uma discussão epistolar entre a escritora Virginia Woolf e um eminente advogado londrino, na ocasião do lançamento de sua novela *Três ginéus* (1938). Ao responder a pergunta do advogado “como podemos evitar a guerra?” Woolf argumenta que embora tenham uma simetria de classe, um abismo se interpõe entre eles, e o diálogo seria impossível, uma vez que:

[...] embora pertençam a mesma classe, “a classe instruída”, vasto abismo os separa: o advogado é homem ela é mulher. Homens fazem a guerra. Homens (em sua maioria) gostam da guerra, pois para eles existe “uma glória, uma necessidade, uma satisfação em lutar que as mulheres (em sua maioria) não sentem ou desfrutam. O que uma mulher instruída, leia-se: rica privilegiada – como ela sabe sobre a guerra? Pode sua repulsa ao fascínio da guerra ser como a dele? (SONTAG, 2003, p. 9).

A escritora norte-americana acaba por essencializar as concepções de masculino/feminino ao insistir na tese que “os homens fazem a guerra”. Em posições de poder, mulheres não hesitaram em mandar seus nacionais à guerra, (Golda Meir, Margaret Thatcher). A questão é contexto específico e as relações e atividades exercidas pelos indivíduos.

Outro aspecto importante na vida prisional, salientado nas entrevistas com homens, foi o papel da mentira nas relações entre os gêneros. A economia dos afetos é regulada muitas vezes pelo uso contumaz, por parte dos homens, da impostura. Arte de enganar o outro não é monopólio do sexo masculino, mas no caso em questão ficou muito evidente como os homens, presos, tentavam iludir outras detentas. Os próprios assumiram essa condição durante as entrevistas. Uma espécie de “nunca te vi, sempre te amei” funciona como uma forma de integração com o sexo oposto e a comunicação por via epistolar é ainda a forma mais comum para a criação de vínculos entre os presos de diferentes cadeias⁹³. Um deles afirmou:

Todo preso é carente e mentiroso prá caramba, eu pra passar o meu tempo eu me correspondia com três do Talavera Bruce e com a minha mulher me visitando. Era só prá passar a semana escrevendo, elas mandavam perfume prá mim, sunga, eu dizia que ia sair e ia casar com elas, o preso carente se torna um mentiroso, romântico, tudo é história, quando abre a porta da ceia o preso não ama mais ninguém.

Neste caso importa menos a sinceridade dos afetos e mais a construção desse universo simbólico no qual a arte de iludir passa desde a “atribuição” da identidade masculina até a conservação solene da realidade subjetiva para quem está preso. Neste sentido:

Sirva de exemplo o uso de correspondência para continuar a conversa significativa a despeito da separação física. Diferentes conversas podem ser põem ser comparadas no que se refere à densidade da realidade, mas a falta de frequência pode às vezes ser compensada pela intensidade da conversa, quando esta se realiza. Uma pessoa pode ver o amado só uma vez por mês, mas a conversa então empreendida tem suficiente intensidade para compensar a relativa falta de frequência. (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 205).

⁹³ Não tive acesso às cartas, este seria um trabalho de pesquisa a ser feito e que poderia render bons frutos. Maria Dulce Gaspar, em sua dissertação de mestrado, *Garotas de Programa*, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1985, ressalta o caráter da mentira entre as prostitutas. Ocorre que Gaspar trabalha a mentira como atributo imputado às garotas de programa pelos seus clientes. Contudo, não deixou de perceber as próprias contradições do discurso do grupo pesquisado. Para tanto, Gaspar utilizou Goffman (1975).

Uma das formas de comunicação mais usuais dentro das cadeias nos últimos tempos é o telefone celular. Aqueles que estiveram na prisão na última década do século passado já fizeram uso desse expediente. Mesmo aqueles que não são “donos de morro”, podem ter acesso a um telefone com base na camaradagem. Chamado também de “pé de pano”, o celular é repartido entre os presos para se comunicarem com a família, com amigos. Certa ocasião, durante uma entrevista com um ex-trafficante, o seu telefone tocou, era seu filho que estava preso por associação ao tráfico. O motivo da ligação era um pedido para que alguém levasse uma bermuda e uma camisa na próxima visita. Mesmo os presos que não ocuparam postos mais elevados na hierarquia do tráfico podem conseguir falar ao telefone celular. Segundo os entrevistados, isto não é um privilégio dos mais poderosos. Ao mesmo tempo, o telefone celular é o meio mais eficiente de repassar ordens da prisão para os membros das quadrilhas instaladas nas comunidades.

Muito se fala na imprensa sobre a ajuda que o Comando Vermelho oferece para seus membros, quando estes são presos. A família receberia contribuições em dinheiro e o próprio preso teria alguma regalia enquanto cumprisse sua pena. Várias entrevistas de ex-trafficantes que pertenceram a o Comando Vermelho desmistifica essa afirmação. Segundo um “ex-dono de morro”, que esteve na facção supracitada:

Se fala muito, mas isso não acontece não, é só pra dono e gerente. Só aquele cara que é braço mesmo, que é o cara que é soldado, com fuzil nas costas, caindo pra dentro da polícia, esse recebem uma mesada semanal. Mas não é toda “boca” não, tem “boca” que a mulher do cara fica um mês pra receber cinquenta reais.

Portanto, o grau de organicidade dos comandos não é tão consistente. Apenas os indivíduos bem posicionados na hierarquia do tráfico têm o direito a receber uma mesada. Os que estão em grau inferior não alcançam essa benesse e vivem com base das trocas diárias dentro do cárcere, sempre sob as normas de disciplina da facção.

3.2 Deus é meu advogado

Dos 32 entrevistados, ao menos dez passaram pelo processo de conversão religiosa durante a estada na prisão. Sem dúvida, o fenômeno do crescimento das

igrejas pentecostais e neopentecostais no Brasil tem sido vertiginoso. Seis indivíduos que se converteram à igrejas evangélicas,⁹⁴ frequentaram no passado, inclusive durante a carreira criminosa, a umbanda, e que, segundo os dados do censo de 2000, vem perdendo adeptos, assim como as religiões afro-brasileiras⁹⁵. O que leva Pierucci a afirmar:

[...] essa *kulturreligion* muito nossa, mistura de índio, negro e europeu, prosopopeia consumada ainda que tardia de nossa miscigenação colonial primordial, que os cientistas sociais mais patriotas em uníssono com outros patriotas intelectuais consideram como forma religiosa plenamente ajustada, posto que sincrética, a realidade brasileira, mesmo a realidade brasileira mais urbana e modernizada...quem diria? (PIERUCCI, 2006, p. 18).

Pierucci sustenta que de uma maneira geral na América Latina ocorre um rompimento com o passado religioso e um contingente expressivo de indivíduos opta por escolher outra filiação religiosa que não aquela oferecida pelas tradições mais institucionalizadas. Assim:

É sobretudo a conversão enquanto mudança de uma religião de origem para uma religião de escolha que me parece, hoje, conceitualmente cada vez mais fértil, na medida em que – basta que avancemos um pouco mais no uso de termos canônicos da sociologia sistemática – ela se nos dá, sem tirar nem pôr, sob a forma de mobilidade social, entendida como passagem de um status (religioso) adscrito para um status (religioso) adquirido. (PIERUCCI, 2006, p. 20-21).

O autor evoca Weber para lembrar que o protestantismo é uma religião de conversão individual, na qual a experiência acumulada por meio de uma herança religiosa conta menos do que a escolha, aceitação e entrada em uma “congregação de renascidos”. Neste sentido, ao abraçar uma nova religião esses indivíduos criam uma autoimagem que renega o passado e descortina uma nova vida. A vida pregressa é sempre descrita como um percurso negativo, habitado por relações malignas, acontecimentos funestos e com um ingrediente inescapável: a presença do mal, do diabo.

E isto vem encarnado nas más companhias que começam na infância, se estendem pela adolescência e se consolidam na fase adulta. E também na iniciação com as drogas, que decorre das “más companhias”, da presença do “inimigo”.

⁹⁴ É importante definir o que é evangélico. Antônio Gouvêa de Mendonça (2006) citando Martin Dreher esclarece que existem três tipos de evangélicos no Brasil: evangélicos históricos, provenientes da Reforma; “evangelicais” que seriam da base do movimento histórico de Oxford, com um caráter de anticatolicismo; e os evangélicos pentecostais. Estes últimos são os mais presentes nos casos de conversão dos entrevistados, tanto pentecostais históricos, como Assembleias de Deus, como neopentecostais, exemplo da Igreja Universal do Reino de Deus.

⁹⁵ O artigo de Antonio Flávio Pierucci, Ciências sociais e religião: a religião como ruptura. (2006), apresenta dados do censo de 2000 e revela que o contingente de seguidores das religiões afro-brasileiras era de 0, 3%.

Assim, o pertencimento a religiões afro-brasileiras, agora, na chave evangélica, é muitas vezes associada ao mal. Os comportamentos na vida do crime eram movidos por desígnios inelutáveis para quem não estava convertido. Ou seja, o indivíduo não teria culpa ou mesmo responsabilidade pelos seus atos, uma vez que estava como que possuído pelo demônio. Anulam-se, com isso, os processos sociais que levam homens jovens a carreiras criminosas. Um ex-trafficante relatou a sua tentativa desesperada e solitária de retomar o controle do “movimento” e vingar a morte de sua mulher. Sua ação quixotesca foi, segundo ele, fruto da “força do diabo”:

As pessoas já estavam me olhando como desacreditado e eu estava com um sentimento negativo em meu coração. Eu fui sozinho com um 38, não tinha nem 6 balas, tinha 5 balas. Sai do morro X, peguei meu carro e fui para a zona sul, vou desabafar minha vingança. Eu era macumbeiro, tinha 5 mães de santo, andava com 5 guias no pescoço, umbigueira, fazia todos os trabalhos no centro espírita, tinha a ignorância que aquilo ia me proteger, ia me guardar. Eu conhecia bem a favela, entrei por um lugar que eu sabia que não ia ter ninguém, eu queria pegar o gerente do tráfico que baleou minha mulher. Eu estava com uma cartola do diabo, com duas guias atravessadas, com o revólver com o cão para trás, e os caras (os traficantes) com pistolas, fuzis, granadas. Passei pelos becos, no meu coração eu tinha que levar alguém comigo, mesmo se fosse morrer. Eu passei por um outro beco e vi dois deles com pistolas, atirei mas a primeira bala não saiu. Você imagina a reação deles, uma pessoa que é sua inimiga, aparece uma hora da manhã, sem ninguém no beco, com uma cartola. Acho que eles acharam que era uma aparição, eles correram. Acertei um e fui embora, deixei meu carro e peguei o táxi.

A cartola e as guias ele guardou numa mochila. Essa ação voluntariosa, na sua auto-interpretação, foi “obra do diabo” e dispensa qualquer aspecto anterior de mecanismos psicológicos, afetivos. Na sua representação da realidade tudo se conforma como script montado pelo mal sobre o qual ele não tem nenhuma vontade enquanto sujeito de sua ação. Mas somente os impuros é que agem dessa forma, para escapar desta sina, a receita é simples: conversão.

A conversão na cadeia nas palavras de um entrevistado é: “uma libertação mental, uma purificação sentimental, espiritual”. O rito de passagem da conversão opera um desmanche na antiga inserção social, reconstruindo uma identidade pessoal que empenha a substituição de sentimentos mundanos pela obrigação do discurso regulado pela palavra da bíblia. A anulação da identidade pregressa age de forma teatralizada e legitima uma nova ordem moral-religiosa no qual o testemunho pessoal é a forma mais visível, comunicativa, simbólica e eficiente de apresentar a conversão. Um entrevistado afirmou:

Quando eu entrei para esse mundo (o tráfico) me apresentaram dois caminhos: cadeia ou morte. Quando eu conheci que existia Jesus, eu conheci que existia força

de vontade, eu soube que eu poderia olhar o lado de pessoas que gostavam de mim, a minha família, não porque eu queria, mas por causa da minha esposa, dos meus filhos, eu poderia mudar.

Durante as entrevistas, a maioria dos entrevistados evangélicos se apresentou de terno e gravata, com a bíblia a mão. Fizeram questão de citar alguma passagem do livro sagrado e produzir um discurso no qual só existe uma salvação para quem está no mundo crime: a conversão. A passagem pelo tráfico é descrita como um caminho tortuoso e que para quem não é evangélico, são poucas as saídas. Esse novo “papel”⁹⁶ desempenhado pelos indivíduos – o de “convertido” - é tal forma coercitivo que afasta outras alternativas de reconhecimento para o abandono do tráfico, do crime. A conversão religiosa cumpre uma utilidade para estes indivíduos, quais sejam, a ação, a capacidade e a obrigação de conseguir novos adeptos para suas hostes, assim como a recompensa da salvação. A experiência da conversão gerou neste grupo uma necessidade obrigatória de recuperar aqueles que ainda se encontram nas prisões e não foram “salvos”. Assim, alguns convertidos, após a liberdade, voltaram às prisões para realizar pregações.

Vale dizer que os estudos sobre religião no Brasil, durante a década de 60 e 70 operaram dentro de uma chave funcionalista que compreendia a expansão de algumas religiões como um efeito do crescimento urbano aliado à rápida industrialização e ao advento da migração. Seria o caminho natural para as classes subalternas. Ronaldo de Almeida (2006) lembra que a antropologia da religião a partir dos anos 80 inverte a premissa dos estudos e passar a tentar compreender “lógica interna das religiões” dentro do contexto urbano-industrial.

É interessante notar que durante as entrevistas, com indivíduos evangélicos e não-evangélicos, – alguns sem religião declarada – não ocorreram desavenças; ao contrário, o clima sempre foi de cordialidade. Todavia, quando eu ou minha orientadora mencionávamos o tema da religião para os não evangélicos, uma leve tensão surgia. Quando havia apenas não evangélicos no dia da entrevista, as declarações de desconfiança em relação à conversão foram confirmadas claramente. Diziam os entrevistados que muitos dos que se tornaram evangélicos apenas pretendiam estar convertidos, mas usavam “fachada” junto aos outros

⁹⁶ Deixo claro que ao adotar esse conceito, papel social, não estou afirmando a superioridade das estruturas sociais sobre as ações individuais, tampouco o contrário, a total liberdade individual independente das condições histórico-sociais. Trata-se, novamente, de trabalhar de maneira prudente com a perspectiva interacionista, da Escola de Chicago até Simmel e perceber as múltiplas interações na vida social que criam obrigações recíprocas entre os indivíduos e são sempre negociadas pelo *eu*.

presos, mas principalmente junto aos carcereiros. A conversão na cadeia era para conseguir vantagens. Essas vantagens seriam, entre outras, uma certa imunidade. Um ex-presos, não evangélico afirmou: “[...] a vantagem é a seguinte, o pessoal que tá na igreja, ninguém se mete com eles, eles levam a vida deles pra lá, o pastor tá sempre dando um papo, os irmão da igreja. O cara tá lá vendendo o pó dele e ninguém quer saber de nada.”

Mas aqueles que são de “fachada”, seriam os que se convertem para escapar das dívidas contraídas na compra de drogas. Os pastores entram rapidamente em cena e pedem aos credores que perdoem o débito do “irmão”. Em alguns casos as igrejas evangélicas pagam algumas dívidas. “Irmão salafra” é uma expressão usada pelos presos para identificar os indivíduos que se converteram, mas continuam a usar drogas, ou a traficar. “Crente safado” também é muito usado. Uma outra suposta vantagem obtida pelos evangélicos na prisão seria a de não chamar a atenção dos agentes penitenciários. Legitimados em sua condição de evangélico, o indivíduo não atrai a atenção extrema da vigilância.

Assim, como afirma, Camila Caldeira Dias (2006):

A expressão ‘esconder-se atrás da bíblia’ é muito utilizada por presos - religiosos e não religiosos – e por agentes penitenciários para se referir aos presos evangélicos. Mais do que designar indivíduos singulares, suspeitos de não serem sinceros na sua devoção religiosa é utilizada para classificar todos os presos membros de igrejas evangélicas, definindo a posição destes na hierarquia social construída no interior do sistema prisional. (DIAS, 2006).

O sociólogo William I. Thomas cunhou o termo “definição da situação” para dar conta da percepção que os atores envolvidos em uma ação social possuem da determinada situação. De que maneira os indivíduos se localizam numa dada condição específica. As posições sociais são formuladas no cotidiano e os significados são negociados de forma ritualística. Deste modo, a identidade assumida pela categoria ex-traficante, ex-presidiário, remete a uma nova definição da situação na qual o agente se encontra, conferindo credibilidade à nova categoria: convertido, evangélico e, em alguns casos, pastor. O papel a ser desempenhado a partir desse momento não apaga o passado, mas ilumina o presente e promete um futuro alvissareiro. Isso não significa que esse novo papel regula como um relógio suíço as condutas individuais, mas antes, que instruções são fornecidas ao ator. Como ressalta Berger:

Tomando como exemplo os papéis ocupacionais, o papel do lixeiro envolve um padrão mínimo, ao passo que os médicos, clérigos e oficiais do exército têm de adquirir toda espécie de maneirismos característicos, hábitos de linguagem, e gestos, tais como otimismo diante do doente, palavreado santarrão e garbo militar. Contudo, seria um erro grave considerar o papel apenas como um padrão regulador para as ações externamente visíveis. Uma pessoa sente-se mais apaixonada ao beijar, mais humilde ao se ajoelhar e mais indignada ao sacudir o punho. (BERGER, 2002, p. 109).

Com isso, Berger sustenta que existe uma relação entre o papel e o desempenho deste com as emoções dos indivíduos. Uma nova ordem moral se instaura no universo social do indivíduo que passa a acreditar em seu novo papel. É preciso, então, não apenas agir como crente, mas sentir-se crente. E este é um processo simultaneamente inconsciente e reflexivo. Nas palavras de Berger:

“O pregador passa a crer no que prega. O soldado descobre pruridos marciais em seu peito ao vestir a farda. Em cada um desses casos, embora a emoção ou atitude já existisse antes de assumir o papel, este, inevitavelmente, reforça aquilo que já existia. Em muitos casos há bons motivos para se acreditar que absolutamente nada antecedia, na consciência do ator, o desempenho do papel. Em outras palavras, uma pessoa se torna mais sábia ao ser nomeada professor, crente ao se entregar às atividades que pressupõem crença e pronto para a batalha ao marchar em ordem unida. (BERGER, 2002, p. 109).

Com isso, os indivíduos evangélicos, do grupo pesquisado, partem de uma autodefinição que compreende uma oposição à identidade anterior, já destruída. A valorização de um comportamento regado pela palavra de Deus é enfatizada a todo o tempo como uma obrigação do crente. Quando nós indagávamos sobre alguns casos nos quais ex-trafficantes que se tornaram evangélicos, mas continuaram na vida do crime, a resposta sempre vinha imediatamente sob a forma da responsabilidade individual. Tais indivíduos não responderam de forma positiva ao projeto de Deus, não compreenderam o chamamento divino. Porque há no entendimento desses indivíduos uma coerência na vida e ao mesmo tempo uma disputa entre o bem e o mal. A desqualificação dos rituais afro-brasileiros sempre veio acompanhada não apenas do lugar de onde esses homens agora falam – convertidos – mas de um conhecimento pessoal sobre o assunto, uma vez que outrora participaram dos rituais.

É interessante notar que alguns autores defendem que a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), neopentecostal, incorporou elementos das religiões afro-brasileiras (ALMEIDA, 2006; SILVA, 2006). Ao não lutar diretamente com o catolicismo, enraizado e institucionalizado há séculos no Brasil, os neopentecostais passaram a disputar no mercado da fé os frequentadores da umbanda e do

candomblé. Neste sentido, estes autores defendem que a estratégia tem como objetivo monopolizar um bem valioso da vida religiosa: “as mediações mágicas e a experiência do avivamento (em forma de êxtase religioso)” (SILVA, 2006, p.208). Por isso:

Combater essas religiões é menos uma estratégia proselitista voltada para retirar fiéis deste segmento, embora também tenha essa função, e mais uma forma de atrair fiéis ávidos pela experiência de religiões impositivas (mágicas e extáticas) com a vantagem da legitimidade social conquistada pelo campo religioso cristão. (ALMEIDA, 2006, p. 209.)

Portanto, a IURD trabalha numa chave que Almeida (2006) chama de assimilação e negação das religiões afro-brasileiras. Os neopentecostais rejeitam a ideia de que estas religiões estejam inscritas no registro do folclore, da cultura e assumem que existe um poder espiritual, mas demonizado. Ao mesmo tempo modificam a inscrição da fé na corporalidade. Em outras palavras, as igrejas neopentecostais inscrevem no corpo dos indivíduos a “aceitação de espírito santo”, operando por meio do exorcismo das figuras consideradas por eles demoníacas, advindas da umbanda e do candomblé.

Pode-se falar também no tratamento que é dispensado às religiões afro-brasileiras por neopentecostais em relação ao tema dos excluídos ou marginalizado⁹⁷. No primeiro, ocorre uma admissão consagrada que valoriza o conteúdo simbólico de comportamentos desviantes. Já no segundo, uma incorporação dos estigmatizados (presidiários, por exemplo) prometendo uma nova vida. Aliás, todos os grupos que podem sofrer algum tipo de estigma é um alvo preferencial para os neopentecostais. A adesão de indivíduos com baixa autoestima ao sistema de crenças das estas igrejas significa a eficácia do trabalho evangelizador.

Deve-se ressaltar também com relação aos neopentecostais, o que os especialistas em religião chamam de trânsito. Diz respeito à circulação do indivíduo entre as religiões. Dentro do campo pentecostal e neopentecostal os indivíduos circulam sem correr riscos de estigmatização. Ao contrário, como se trata de uma “escolha”, orientada pelo abandono das religiões afro-brasileiras, não existe embaraço em transitar por mais de uma igreja, desde que seja pentecostal. A

⁹⁷ Silva (2006) menciona essa oposição, e sugere indícios de reflexões sugestivas, mas que não desenvolveu no presente trabalho.

identidade religiosa não sofre abalos. Um ex-traficante, convertido na prisão, relatou a sua experiência subjetiva de aceitação de uma religião;

Eu antes não queria saber de religião, foi na prisão que eu conheci Jesus e decidi que ia entrar pra a igreja. Mas eu rodei por algumas que sei lá, não bateu. Fui na Cristo Vive quando tava no semiaberto, na cadeia mesmo eu cheguei a ir nos cultos da Universal, mas aí eu conversei com um pastor da Igreja Jesus Cristo dos últimos dias, aí eu firmei e hoje frequento com a minha esposa, meus filhos, mudou a minha vida, foi uma transformação conhecer Jesus.

Essa intimidade para falar de Jesus reforça o caráter individual e subjetivo da experiência, o que não anula a importância da força coletiva dos cultos, expresso na eloquência dos pastores. Assim, os indivíduos traçam uma rota dentro do universo pentecostal e param em alguma igreja. Esta decisão vem acompanhada tanto pelos cultos realizados por diversas igrejas dentro das prisões⁹⁸, como pela influência de algum familiar que já frequenta uma denominação específica.

Destaca-se a relevância das redes evangélicas na atribuição de significados para os indivíduos. Como bem notou Almeida, (2006):

Elas atuam, para além de sua finalidade religiosa, estrito senso, como circuitos de troca que envolvem dinheiro, comida, utensílios, informações e recomendações de trabalho, entre outros. Não se trata tanto dos programas filantrópicos como fazem católicos e kardecistas, mas de uma reciprocidade entre os próprios fiéis, simbolizada no princípio bíblico de ajudar os “irmãos na fé” (frequentadores dos templos). (ALMEIDA, 2006, p. 118-119).

Nota-se que uma característica marcante nas igrejas neopentecostais é a “teologia da prosperidade”. Almeida (2006) sustenta que este aspecto seria um “demarcador simbólico” que:

[...] distingue diferentes características socioeconômicas das camadas pentecostais pobres dos centros urbanos. Nestas igrejas as pessoas costumam encontrar, acima de tudo, estímulo (motivação, disposição) para uma iniciativa própria. “o cristão deve estar por cabeça e não por cauda. “Você precisa virar patrão, deixar de ser empregado”, pregam os pastores nos cultos. A pregação encontra um eco no desemprego e na informalidade e, como a única alternativa é quase sempre é tentar manter-se como autônomo, a necessidade material é simbolizada em termos religiosos (como um mal a ser superado) que, por sua vez, geram a disposição para enfrentá-la. (ALMEIDA, 2006, p. 120).

A adoção da teologia da prosperidade é, então, um aspecto marcante na conversão religiosa operada pelas igrejas evangélicas. Existe toda uma ideologia do empreendedorismo presente na pregação dos pastores e repetida por seus fiéis.

⁹⁸ Os cultos são promovidos por igrejas protestantes. Por vezes são realizados por grupos de presos já convertidos.

Desde a abertura de um salão de beleza nos fundos da casa por parte das mulheres até a fundação de uma birosca no quintal da casa do sogro, ou vender quentinhas, o que levou um entrevistado a dizer: “só mudei de ramo, mas continuo no setor de vendas”, a conduta do empreendedor é saudada como uma capacidade individual intrínseca à condição do fiel. Sucede que a ética protestante, como mostrou Weber⁹⁹, na sua origem, teve “afinidades eletivas” com a expansão do capitalismo.

Contudo, nos tempos atuais, a ética protestante se perverteu numa valorização da magia como suporte para a aquisição de novos adeptos. Zaluar (1995) sustenta que a questão do exorcismo é crucial na compreensão da ação das igrejas neopentecostais, na medida em que sua proposição básica é de uma “proteção mágica” e não uma ética que aponte para uma transformação. Com isso, muitos moradores de comunidades controladas pelo tráfico, e que são, no cotidiano, desrespeitados e atemorizados por policiais, buscam nestas igrejas um refúgio. Mas, a igreja neopentecostal só tem um espaço apolítico que, muito comumente, nega os valores da civilidade moderna e anula a construção de um espaço público. Isto significa dizer que há uma mobilização constante por parte das igrejas neopentecostais do pragmatismo e do caráter utilitário. O poder sobrenatural sempre age para auto-realização material.

Como afirmei antes, a importância do vestuário foi uma das marcas dos entrevistados evangélicos. Um deles se jactou de ter um automóvel importado “dado por Deus”, que também teria conseguido a sua liberdade condicional, a absolvição e o próprio advogado que o defendeu. Essa concepção mágica da religião contribui para uma conduta destemida e afirmativa das situações limites da vida, tais como a de um julgamento. Mais do que remover montanhas, a fé destes indivíduos sempre se processa de forma não neutra, impondo-se acima da doutrina cristã. Assim, falou um ex-dono de morro, convertido a uma igreja neopentecostal:

O meu advogado falou assim: olha, (nome do traficante) eu não vejo possibilidade alguma de você ser absolvido. Eu já era evangélico, mas não estava amadurecido na fé e menti que era aquela pessoa, falei até que tava sendo perseguido por parecer com essa pessoa, que era eu mesmo. No dia do julgamento ele (o

⁹⁹ A tese de Max Weber é conhecida pelo seu famoso e controvertido trabalho *A ética protestante e espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Em resumo, Weber buscou compreender a conexão entre a expansão do capitalismo - que não seria identificado como a mera aquisição de lucro e sim entendido na sua singularidade, no contexto de racionalização das esferas do agir humano - com o movimento teológico da reforma, particularmente com o tema dos eleitos nos calvinistas. Atormentados por uma dúvida psicológica de fundo religioso a respeito da predestinação, os calvinistas buscavam, de maneira ascética, na atividade mundana do trabalho a prosperidade, que seria o sinal da sua eleição. Para uma crítica da tese de Weber ver: Léfort, Claude. *As formas da história*. São Paulo. Ed Brasiliense, 1979. Capítulo 6.

advogado) falou que não garantia nada que eu ia ser absolvido, quando entrei para assistir a sentença do juiz, ele perguntou se eu confirmava o depoimento, eu disse que não confirmava e que eu tinha mentido, mas agora eu ia falar a verdade, eu sou réu confesso. A promotora tomou a palavra e disse: “vejo que o novo caminho que réu se encontra possa ajudá-lo a reintegrar à sociedade, pois peço ao júri a absolvição do réu”. Ganhei de sete a zero. Os policiais que eram testemunhas de acusação não lembravam de nada. Foi Jesus que comoveu todo mundo, só Jesus. O meu advogado foi Deus.

3.3 O fator humano

Quando indaguei aos entrevistados sobre projetos de vida enquanto estavam no tráfico, as respostas foram muito consensuais e revelaram que não existiam planos de vida. O que importava era o momento, disseram muitos ex-trafficantes. A passagem pelo sistema prisional em alguns casos funciona como uma reavaliação do passado e também uma expectativa em relação ao futuro. Um deles disse:

O tempo passa, cara. No meu caso por exemplo foi assim. Pó eu tô com um ano só preso, eu sei que eu vou ficar anos e anos preso, mas eu tô só 2, 3, 4, anos preso, eu sei que tem muito ano pela frente pra cumprir, tenta fuga, tenta fuga, é transferido, os anos passa, e nessa brincadeira já se passou um monte de anos. Pô ai tu pensa: tá num momento de vencer uma lei, é o momento de para com essa porra. Tem o problema disciplinar, vai vencer uma lei, o cara tem que tá com o boletim dele seis meses limpinho. O comportamento tem que tá ótimo e bom, porque se tiver neutro, ele não vence nada. Cara tá 10 anos preso, ele vai pedir uma liberdade condicional ou um regime semiaberto, ai na hora do relatório social, o comportamento do cara tá neutro. Têm tantas tentativas de fuga, brigas, agressões, aquilo ali pesa.

A violência, o isolamento, as traições, foram os termos usados pelos entrevistados para dar conta da mudança. Os apoios institucionais, familiares são fatores importantes para apresentar possibilidades de saída. Um entrevistado afirmou:

Muitas vezes o cara não pode voltar pra comunidade que ele conviveu antes de ir preso. Muitos fazem o quê? Saem da cadeia, estão até com a intenção de se regenerar, mas acaba ele voltando pra uma boca de fumo qualquer e é agregado, porque lá (na “boca”) ele vai ter um dinheiro e vai onde dormir, pra bandido dentro de favela não falta a casa pra dormir, então o cara não quer mais o crime, mas a situação aperta.

As seis mulheres entrevistadas possuem filhos e declaram que a existência destes funciona como um fator de dissuasão para a volta ao tráfico. Com os homens já não foi consensual o mero fator de ter filhos como um fator de afastamento da vida criminosa. Quando perguntavam para as mulheres se não pensaram nos seus

filhos antes de ingressar no tráfico, as respostas vinham na forma da vontade de se arriscar e “ganhar um dinheiro”. A presença da mãe, esta sim foi bastante acionada pelos entrevistados, homens e mulheres, como um elemento para dissuadi-los da carreira criminosa.

No entanto, a figura materna é lembrada quando da passagem pela prisão e não durante o percurso no tráfico. A visita feita pelas mães às cadeias foi mencionada por vários entrevistados como um momento ao mesmo tempo feliz e doloroso. A alegria de recebê-la criava um sentimento de acolhimento, segundo eles. Todavia, trazia consigo uma mágoa por não ter seguido os conselhos maternos de se afastar as “más companhias”. Um “ex-soldado” declarou:

Pô, a minha mãe ia lá em Ilha Grande me visitar, tinha que andar quilômetros a pé e aí da era humilhada pelos guardas, eu via o sofrimento dela, aquilo me doía muito, a velha se esforçando pra me ver, levar alguma coisa pra mim, aquilo foi mexendo com a minha mente.

A figura paterna não foi muito lembrada nas entrevistas. Pelo menos a metade dos indivíduos afirmou que haviam perdido o pai. A outra metade se inscreve naquilo que se convencionou chamar de “família incompleta”. Com notou Guimarães:

Entre as famílias incompletas, prevalece o elemento feminino como referência econômica e moral, normalmente caracterizado pela figura da mãe ou, em menor escala, da avó e, às vezes, da tia ou da irmã. Trabalhos sobre o tema destacam que as famílias matrifocais têm lugar em condições de enfraquecimento da autoridade paterna provocada pela incapacidade de garantir o sustento familiar, levando ao abandono do lar pelo pai, dada a incapacidade de responder as demandas que lhe são colocadas. (GUIMARÃES, 2003, p.124).

De fato, a autora lembra que Durham e Cardoso (1977) já chamavam atenção para essa questão, que mais tarde ganhou maior rendimento analítico com a pesquisa de Zaluar (1985) em Cidade de Deus. A autora lembra que nas famílias pobres a entrada precoce dos filhos no mercado de trabalho e o afastamento das mães desmancham um importante processo de socialização. Nas palavras de Zaluar:

Os grupos de crianças e jovens que permanecem no local de moradia ou enfrentam juntos as dificuldades do biscoite na cidade fortalecem-se, tornando-os infensos à atividade educadora dos adultos. Isto abre caminho a outras influências, como a dos traficantes de tóxicos, o que gera um sistema de reprodução de atitudes negativas diante do trabalho, encaminhando-as para uma via “alternativa”: a da “revolta”, como dizem eles, a da violência e do crime, como dizemos nós. Segundo as mães aflitas, crianças longe de suas vistas “aprendem o que não devem” fazendo “pequenos mandados” para os traficantes e enredando-se nas malhas do tráfico. (ZALUAR, 1985, p. 96).

O projeto de vida para os entrevistados, depois da passagem pelo tráfico e prisão, combina a reconstrução de algum laço afetivo, que neste caso se desdobra em filhos (principalmente no caso das mulheres) e família (para todo o grupo). A família, neste caso refere-se então à figura materna, e esposa ou companheira (no caso dos homens). Aqueles que passaram pelo regime semiaberto encontraram mais segurança psicológica para não retornar para o tráfico. Um deles ressaltou a importância da experiência.

Ocorre que, para estes indivíduos, em especial os homens, a desilusão com a atividade criminosa está mediada pelas traições, deslealdades, que viram durante a passagem pelo tráfico. E também pela imagem que constroem dos traficantes e da própria ação criminosa. A representação dos traficantes que hoje dominam as comunidades na fala dos entrevistados remete-se à imagem dos presos “funkeiros”, são muito jovens, inconsequentes, e não respeitam os moradores e alguns códigos básicos da convivência no mundo do crime. Como por exemplo, a relação entre os membros da quadrilha. Existe uma visão por parte dos ex-traficantes que aponta para o caráter perverso, violento e cruel dos traficantes que atuam hoje no mundo do crime. No capítulo anterior fiz menção a esta questão. Note-se que o mundo do tráfico construído pelos entrevistados salienta a importância de ser “honesto” nas relações dentro do mundo do crime e desqualifica o excesso de violência cometido pelos bandidos de hoje.

Aqueles que passaram pelo regime semiaberto encontraram mais segurança psicológica para não retornar para o tráfico. Um deles ressaltou a importância da experiência.

O cara tá 20 anos preso e de estalo ele ganha uma liberdade condicional. Então o cara tá há 20 anos sem ver uma multidão de gente no centro da cidade. Encarando um ônibus, trem, metrô, isso tudo pra ele é novidade. Então o cara sai dali meio assustado, meio escabreado. O regime semiaberto ajuda muito o cara se ambientar. No meu caso eu tinha direito de sair 3 vezes ao mês pra visitar a família. Isso ajuda muito o cara se ambientar de novo à sociedade. Porque tu continua preso, mas tá lá e tá cá.”

Uma das expressões mais utilizadas pelos entrevistados foi “tá recente na rua”, designando o indivíduo que saiu a pouco da prisão e não se ajustou à uma nova vida. A falta de oportunidades de trabalho, lares desestruturados, carência de moradia, colaboram para lançar os indivíduos na ilegalidade novamente, seja na volta ao tráfico ou em outras modalidades de crime. Mas os motivos para refundar um a trajetória de vida se liga entre outros fatores a traçar subjetivamente uma

distância psicológica da vida do crime, em especial o tráfico. Os convites para retornar à comunidade a reassumir antigos postos na hierarquia do tráfico são feitos imediatamente à saída da prisão e é justamente neste momento em que o indivíduo está “recente na rua”. Como afirmou um entrevistado, muitos não têm para onde ir e se ainda houver a possibilidade de voltar a para a comunidade onde viveram, é provável que antigos contatos com membros da quadrilha sejam acionados. Cerca de oito entrevistados admitiram que, após a primeira saída da cadeia, voltaram a atuar no tráfico, a maior parte nas comunidades de origem. Um deles afirmou:

Na última cadeia, quando eu saí, eu voltei lá pra favela e voltei pra a boca, era um dinheiro certo. Mas ai eu resolvi parar, e foi por força de vontade mesmo, tentei vender doce no centro da cidade, montei uma barraca, ai os caras iam lá e queriam pegar tudo, eu fui expulso de sete pontos, até que eu consegui com um colega meu me estabelecer, porque o desespero já tava pegando a mente de novo. Mas eu falei se eu voltar pra o tráfico ou eu vou morrer ou vou pra a cadeia. Mas eu tava recente na rua, cheio de maldade, cheio de neurose.

Aqui se impões uma questão num nível teórico que foi ressaltada por Velho, ainda na década de 1970.

Parece-me que, a partir de uma determinada época, os cientistas sociais tenderam a deixar de lado a vida emocional dos grupos que estudavam, aceitando de não se tratar de sua província de conhecimento. Caberia às ciências do comportamento individual, como a psiquiatria, a psicologia, a psicanálise, esse tipo de tarefa. Ao enfatizar os aspectos ditos sociológicos estruturais da vida social, relegavam a um interesse secundário os problemas das emoções e da vida afetiva. Sem dúvida isso correspondeu a certos exageros do culturalismo da escola de personalidade e cultura, etc. (VELHO, 1998, p. 61).

Hoje, todo um campo na chamada Antropologia das Emoções se ocupa em compreender o campo discursivo permeado pelas subjetividades a partir das negociações das práticas sociais. Nas duas últimas décadas, como nota Barcellos (2001), a abordagem das emoções se inscreve num registro pragmático e expressa as condições sob as quais as ações humanas são revestidas de “performances comunicativas”, atravessando as relações sociais. Com isso, amplia-se o leque de análise que não se restringe mais ao modelo de Marcel Mauss. Para este autor haveria uma expressão obrigatória dos sentimentos que formam uma linguagem corporal. A leitura que os indivíduos que passaram pelo tráfico de drogas ilegais, estiveram na prisão e hoje se encontram em liberdade, obriga-os a erguer uma distância psicológica em relação aos afetos e ligações passados. Em outras palavras, para se reinserir no mundo legal, formal, viver a experiência da liberdade,

implica na recomposição de laços que atem novos compromissos. Um entrevistado, no dia seguinte à saída da cadeia recebeu um telefonema convocando-o para encontrar um “dono de morro” que fora seu “patrão”. Era um convite para ser gerente do tráfico em uma favela da zona norte, comandada pela facção. Segundo ele:

Quando eu saio da prisão, no dia seguinte o telefone tocou, era o meu “ex-patrão”, chamando para assumir uma posição na favela X. Eu pensei na minha família que sofreu muito na minha ausência, eu também já tô numa idade avançada pra segurar essa molecada (52 anos) e eu voltei a estudar, eu quero me levantar. Eu avalei os prós e contras e decidi não pegar. Porque no tráfico, quando a gente ganha, ganha muito, mas quando perde, perde feio.

Não houve ameaças por parte do “dono de morro”. Praticamente todos os entrevistados ressaltaram que a decisão de sair do tráfico é, em geral, recebida com naturalidade pelos chefes das quadrilhas, desde que não tenham dívidas ou “vacilação”¹⁰⁰. Mas para afirmar essa condição não basta ter apenas um entendimento subjetivo de que o crime não compensa. A distância psicológica precisa na maior parte dos casos da distância física. Ou seja, não é prudente para os indivíduos voltarem a residir em suas comunidades de origem. Sobretudo aqueles que assumiram postos mais elevados na hierarquia do tráfico, como “soldado”, por exemplo. Um “ex-dono de morro”:

Se o cara tiver já uma história fica mais difícil, mas não é impossível. O problema é quando o cara sabe onde fica o paiol, os esconderijos, na cabeça do “dono”, ele pode dá o trabalho pra os alemão. Então pra continuar na comunidade, o cara tem que tá recente no crime. O primeiro passo é sair da área onde ele atuou, porque ele estando numa boca, pode estar até pouco tempo formado ali na boca, é uma cara que não é fichado na polícia, de repente ele quer sair, mas desde o momento que ele entra nem todo mundo vai gostar daquele cara, um gosta, outro não gosta, de repente tem até um conceito diferente, se for um cara que não é um braço forte, que se tiver uma invasão, o cara vai pegar numa ferramenta e vai fazer uma frente, então esse se torna mais difícil. Mas quando é um cara para soltar fogo, o vapor, ele que se afastar, desde o momento que ele não está devendo nada na boca, se de repente o gerente libera pra ele sair, mas se ele sair e continuar residindo ali, o pessoal que ele conviveu vai cobrar.

Dos 32 entrevistados, apenas três (dois homens e uma mulher) retornaram às suas comunidades de origem, que ainda estão controladas pelo tráfico. Quinze indivíduos, portanto quase a metade, declaram que moram hoje em áreas controladas pelas “milícias”. Contudo, fazem questão de não revelarem seu passado o que poderia colocar em risco suas vidas. Como afirmei antes, as “milícias”

¹⁰⁰ Neste caso, a “vacilação” refere-se a condutas impróprias dentro da quadrilha, como suspeita de delação, covardia na hora do conflito.

controlam a exploração de muitos serviços dentro das comunidades, transporte (vans, kombis, moto-táxi), moradias (aluguel, venda de terrenos e quitinetes), lazer (centrais clandestinas de tv a cabo), além de produtos essenciais como o botijão de gás e água mineral. A decisão de morar nessas áreas decorre das condições econômicas, não podendo voltar para as suas comunidades, seja por conta da mudança de facção ou por desavenças dentro do próprio comando, esses indivíduos acabam indo residir em localidades, sobretudo na zona oeste da cidade, sob o domínio de “milícias”. O valor do aluguel é de R\$ 300,00 aproximadamente, pagos por uma casa de dois quartos pequenos, sala, banheiro e cozinha.

Nestes locais os indivíduos que tiveram passagem pelo tráfico, e mesmo aqueles que foram “donos de morro”, desfrutam da possibilidade de anonimato. Podem viver suas vidas cotidianas sem sofrer as consequências de seu passado na atividade criminosa. Todavia, é prudente que não mencionem suas biografias. Um entrevistado que mora com a esposa e uma neta em uma comunidade da zona oeste declarou:

Eu saio de manhã e só volto à noitinha pra casa, ninguém sabe quem eu fui, o que eu fiz, nem pode saber. Eu vivo a minha vida, agora eu colaboro com eles porque eu pago o gás mais caro, e tenho a Net com uma porrada de canal, só não bebo água mineral porque eu comprei um filtro de barro, ai eu não compro aqueles galões, porque porra ai é demais.

A distância física do tráfico é componente importante para retomar uma trajetória. E neste sentido impõe-se a dualidade indivíduo e pessoa que remonta às formulações teóricas de Marcel Mauss e se ocupa da construção da identidade pessoal. No Brasil, a obra de Roberto Da Matta (1979, 1985) tornou-se um paradigma para pensar estas noções que convivem na vida social brasileira. Para Da Matta, o indivíduo pertence à construção de instituições modernas que adotam procedimentos impessoais (igualdade perante a lei) típicos de processos institucionais que englobam o Estado e o Mercado. Já a pessoa, segundo este autor, refere-se às sociedades hierárquicas, nas quais o peso da tradição enfraquece as normas impessoais e aumenta a concessão de privilégios via relações de compadrio e familiares. Embora tenha afirmado antes que as “milícias” se intrometem nas vidas dos moradores, não significa que essas áreas repetem o modelo de uma cidade pequena. Trata-se de uma comunidade que está situada na metrópole e cuja vida mental se organiza em torno dos valores citadinos de pontualidade, calculabilidade e

exatidão (SIMMEL, 1983), além do anonimato que até ex-prisioneiros conseguem manter.

Mas é evidente que, como salienta Da Matta, existe a tensão entre as pressões universalistas da burocracia estatal, do mundo público e os arranjos sociais que mobilizam redes para adquirir facilidades e vantagens. Neste sentido, para indivíduos que atuaram no tráfico e hoje moram nas áreas de “milícias”, as relações pessoais necessitam ser cultivadas, mas, devido às suas biografias, precisam regular o grau de pessoalidade. Assim, o segmento mais acionado por esses indivíduos é o familiar, ou seja, parentes que moram na própria localidade ou em outras áreas.

Esses indivíduos salientaram que não buscam fazer relações de amizade com seus vizinhos. Um “ex-dono” de morro afirmou:

Eu no fim de semana saio com a minha mulher pra outro canto, procuro não ficar lá não. Às vezes eu bebo uma cerveja na padaria da esquina da minha casa, mas não dou muita ideia porque às vezes tem um que te conhece, já te viu, não é nada mas pode ficar visado. Eu procuro ficar na minha”.

“Ficar na minha” significa então agir com discrição, não chamar a atenção. As impressões que os “ex-trafficantes” têm das “milícias” é extremamente negativa. É interessante por que a condenação tem um viés profundamente moral. Nas entrevistas, foi recorrente a reprovação em relação aos métodos utilizados pelas “milícias”, como a opressão silenciosa. Para esses indivíduos, em geral, não é certo cobrar taxa dos moradores por determinados serviços. Quando indagava se o tráfico está certo em oprimir os residentes das favelas, a resposta vinha em uníssono, “mas o tráfico não se mete na vida de ninguém”. Ou seja, para o grupo pesquisado, a “milícia” teria esse “grave defeito”, o de se imiscuir em assuntos particulares e obter vantagens financeiras com a distribuição de serviços. Mas, no fundo, a principal crítica é o fato de que policiais se envolvem nessas organizações que vão se tornando cada vez mais lucrativas à medida em que se acrescentam a venda de novos bens e serviços aos moradores. Como já existe de antemão uma visão negativa das forças policiais devido ao passado de suas atividades, o fato de pertencerem às “milícias” como é amplamente divulgado nos jornais, causa “revolta” em vários entrevistados. Um “ex-gerente” do tráfico que ficou preso sete anos em Ilha Grande, declarou:

Os caras faturam de tudo o quanto é jeito, no tráfico tem o arrego, tem que dar dinheiro para os polícia, na “milícia” os caras fazem o que querem na comunidade, pintam e bordam. É brincadeira, eles ganham de um lado, ganham do outro. Isso não é certo, eles têm que fazer o serviço deles, eles são pagos pra isso. Se o malandro tá lá no morro traficando, vendendo o que é proibido, vai lá na disposição e acaba com a porra toda, mas não é pra pegar dinheiro do traficante; na “milícia” os cara dão proteção e extorque tudo o que é morador, que tem que dar mesmo senão a coisa fica feia.

Vale dizer que o termo “malandro” utilizado por esse “ex-gerente” do tráfico remete à posição inversa agora ocupada por esse e os demais indivíduos entrevistados. Mas o malandro tem na auto-representação dos indivíduos diferentes conotações. No tráfico é a figura que se opõe à opção pelo trabalho, por uma vida folgada, sem compromisso com o labor. Na cadeia, o malandro tem vantagens em função da sua diplomacia e saber lidar com os agentes penitenciários e os demais presos. Segundo esse mesmo “ex-gerente”:

Malandro é malandro e bandido é bandido. Tem duas filosofias na vida do crime, malandro e bandido. Malandro deitava e rolava e bandido se fudia. Bandido era o cara que era ladrão de galinha, de relógio, malandro não, sabia tirar proveito da situação. O malandro se envolvia no tóxico e ganhava dinheiro. É o seguinte, além da disposição, a gente tinha o cérebro também. Eu aprendi na Funabem, foi uma escola do crime pra mim. Eu aprendi que não era só dar facada, eu tinha que ter um jogo de cultura, eu tinha que me conduzir, eu tinha que articular, eu tinha que saber conversar com as pessoas, tinha também disposição de matar um ou dois se fosse preciso, mas não podia só ser uma coisa, só matar, só esfolar, tinha que ter o malandro completo.

Segundo Zaluar (1985) malandros e bandidos teriam em comum o horror ao trabalho, mas os primeiros não investem na aquisição de arma de fogo e destruição do oponente. A interpretação de Zaluar sugere que:

[...] a imagem do bandido constrói-se com a posse da arma e a opção pelo tráfico, ou pelo assalto como meio de vida. A introdução da arma de fogo entre eles marca uma descontinuidade na história de criminalidade. São eles mesmo que estabelecem o corte e são eles mesmo que distinguem as categorias opostas a trabalhar num e noutro período. (ZALUAR, 1985, p. 149).

A autora adverte para a idealização da figura do malandro feita por moradores do conjunto habitacional onde realizou sua pesquisa. De fato, essa mitologia do malandro como a figura que utiliza a lábia e faz da malícia o seu cartão de visitas povoa o imaginário social da vida cotidiana carioca. As representações dos “ex-traficantes” a respeito do malandro e do bandido marcam uma autoclassificação em relação ao próprio exercício da atividade criminosa. O traficante que é malandro

sabe controlar a quadrilha, respeitar os moradores e enfrentar os inimigos. Assim, estes indivíduos marcam uma diferença geracional.

Os traficantes de drogas dos anos 1980 e 1990 teriam na sua própria visão uma superioridade moral comparados com os traficantes de hoje. O componente da malandragem para os entrevistados foi substituído por uma “maldade” sem precedentes. Ser bandido é não ter a “mente fraca”; que caracterizam os “teleguiados” (ZALUAR, 1985). Deste modo, na relação com o morador é preciso, segundo um entrevistado:

Tratar o morador na moral, não adianta tocar o terror como muito cara faz hoje na favela. Tu já tem a arma, tem a droga, tu é o cara, pra que vai sair passando o cerol adoidado? Eu quando precisava de alguma coisa de um morador, eu dava uma ideia, não era pra intimidar, hoje os caras fazem o diabo, na minha época era mais maneiro.

A figura do bandido já remetida ao passado, e a do malandro que sabe como agir na prisão, se transforma, depois de todo um percurso arriscado no tráfico e cheio de sofrimentos na prisão, na idealização do “otário”. Todos os entrevistados falavam da importância de se adequar à nova vida. Homens e mulheres ressaltaram que o novo propósito de suas vidas passa pela distância física e psicológica em relação ao tráfico. Salientaram a sua autonomia individual, mas reconheceram o estreitamento na direção dos direitos civis, dos quais se tornam mais conscientes pela aquisição de cultura jurídica na prisão e pela experiência da discriminação advinda do estigma de serem ex-presidiários. Como mostra Zaluar (1984, 1985, 1999) existe uma construção moral em relação ao crime e ao criminoso feita por parcelas da população, que ganham eficácia coletiva, operando mistificações e realizando representações sobre “indivíduos perigosos”.

Assim, no tráfico existe uma divisão entre teleguiados e chefes (ZALUAR, 1985). As normas rígidas impõem violência como um fator mediador das relações entre os pares e mina valores que são podem ser considerados como conciliatórios, ao menos contribuem para uma socialização que permite a adoção de critérios de civilidade. O *ethos* do bandido com arma sempre a mão não combina com a formação de estilos de comportamento que regulem conflitos com base em rituais de tensão, mas sem violência, em que se respeita as regras produtoras de civilidade. Deste modo:

É justamente esse novo ethos que vai provocar um desastroso empobrecimento da vida social, no qual desaparecem figuras masculinas até então valorizadas,

respeitas e influentes no local. O bom jogador de futebol. O bom sambista, o bom pai de família, o trabalhador habilidoso e o malandro esperto que dividia com todos esses o poder no bairro estão deixando de ser referências para o adolescente pobre que se torna um “revoltado”, aquele que não ouve ninguém, que não obedece nenhuma regra socialmente aceita. O poder do bandido armado e montado na grana é incontestável. (ZALUAR, 2004, p. 63).

4 PORTAS DE SAÍDA

Quinze anos preso, quando eu saí da prisão, a minha mulher tava do outro lado da rua esperando, ai fomos, sentamos num bar, almoçamos, demos um rolê, passeamos, fomos ao cinema, a primeira saída depois de quinze anos. De noite jantamos, ai fomos pra o hotel dormir, isso foi virando uma rotina.

Fala de um ex-gerente do tráfico.

4.1. Fuga do passado

Os indivíduos entrevistados nessa pesquisa afirmaram que estão comprometidos em não voltar para a vida do crime. Vários motivos foram oferecidos para chegarem a essa conclusão. A mais conhecida e comentada nos textos acadêmicos e midiáticos é a conversão religiosa. De fato, alguns entrevistados relataram que, ao sair da prisão, conseguiram trabalho provisório graças à informação e aos pedidos de adeptos da igreja. A decisão de não voltar para a vida do crime é atribuída ao sentido que a vida ganhou com a descoberta da fé, mas também com o acolhimento que a igreja propicia. Segundo os relatos, não há conflitos com outros membros da quadrilha por conta da conversão e da determinação do abandono do crime.

É interessante notar que existiu um discurso unânime por parte dos grupos de evangélicos entrevistados no que se refere ao rompimento com tráfico, com o crime. Quando o indivíduo experimentou a situação de desamparo, quando foi abandonado pelos colegas dos comandos, é nessa situação que os entrevistados pertencentes às igrejas evangélicas identificam a possibilidade e a descoberta da fé. Outras entrevistas mostram o contrário, ou seja, alguns indivíduos ao cumprirem a sua pena, tinham a possibilidade concreta de retornar ao posto de gerente do tráfico e não aceitaram, se converteram e romperam os laços com as organizações criminosas.

Mas não é apenas a conversão religiosa que opera para apontar a resolução individual de abandonar o crime, de deixar a quadrilha. Uma série de relações entra

em cena em alguns casos. Um “ex-gerente”, quando saiu da prisão, após sete anos como interno, retornou ao antigo posto. Mas logo conheceu uma mulher em um baile funk da comunidade e se apaixonou. Esta deu um ultimato, ele teria que abandonar o tráfico se tivesse intenção de dar sequência ao namoro. Ele afirmou:

Tem mulher que levanta o cara e tem mulher que afunda o cara, essa me levantou porque ficou comigo não pelo dinheiro, pelo poder, senão ela não ia querer que eu largasse tudo. Ela não queria saber do dinheiro do tráfico. Ai eu parei e pensei; tô defendendo o que não é meu, matei um cara que nunca tinha visto, tem nego nascido e criado comigo e se bandeou para o outro lado. Falei, quer saber? Eu vou é rapar fora.

Ao tomar a decisão, comunicou-a ao “dono do morro”, devolveu as armas, entregou uma carga que ainda estava sob a sua supervisão e disse que ficou convicto da decisão tomada. Não houve nenhuma reação negativa, segundo ele, dos membros da quadrilha. Foi morar com a agora esposa em outra comunidade. O início foi difícil, relatou:

O meu primeiro trabalho depois do crime foi vendedor de pão. Eu falei não vou conseguir, pra vender pão eu vendo pó. Mas a minha mulher tava ali comigo, vendendo também, fazia sol ou chuva, a gente foi embora. Eu jamais podia imaginar que um dia eu ia vender pão na rua.

Contudo, um elenco de três explicações define a renúncia em relação à atividade criminosa. Seriam: “não vale a pena passar por tudo novamente”, “não quero voltar para a prisão” e “o tráfico hoje é outro”.

Muitos entrevistados disseram que “não vale a pena passar por tudo novamente”. Esse “passar por tudo” inclui o que já foi mencionado antes, as traições e deslealdades típicas da carreira no tráfico. A desilusão com a erosão das (instáveis) amizades construídas dentro das quadrilhas foi um ponto marcante nos depoimentos. Note-se que esses indivíduos relataram que chegaram à conclusão de que no tráfico tudo gira em torno do interesse, seja do dinheiro ou da aquisição de poder. Deste modo, na vida do crime todos teriam interesse e não seria possível distinguir intenções “puras”, genuínas, despidas de cobiça, dos comportamentos ávidos em obter algum tipo de lucro.

Neste caso, surge a questão do dinheiro. Todos foram unânimes em afirmar que existe uma remuneração no tráfico superior a um trabalho de carteira assinada, mesmo para aqueles que estão em posições mais baixas da hierarquia. Os “gerentes” e principalmente os “donos de morro”, conseguem auferir algum lucro

com o negócio da droga. Contudo, mesmo estes, afirmaram que não sobrou nada do dinheiro adquirido com a atividade criminosa. Usaram a expressão “perder”, para declarar que o dinheiro foi para advogados, policias, mulheres e consumo de roupas, joias e carros, nesta ordem, no caso dos homens. Com as mulheres, os advogados também foram os que mais “levaram o dinheiro”. Três homens conseguiram comprar casa em comunidades distintas daquelas onde atuaram e uma mulher, que participou das redes do tráfico de drogas e armas como “mula”, comprou um terreno na Região dos Lagos e conseguiu erguer uma casa que hoje está alugada. O restante dos entrevistados contou que não ficou com nenhum centavo do dinheiro ganho no tráfico.

Os evangélicos, fiéis às concepções religiosas outorgadas pela conversão, se referiram ao dinheiro obtido, mas não acumulado, como amaldiçoado. Os não evangélicos salientaram que o dinheiro está atrelado às necessidades que são criadas pelas circunstâncias vividas. Neste caso, no tráfico, o que os movia era gastar o dinheiro com “as coisas boas da vida”, com o consumo que antes era vedado por privação relativa do que sabiam ser o auferido pelos endinheirados. Mesmo aqueles que declaram haver pensado em fazer investimentos, compra de apartamentos e casas, afirmaram que durante a atividade não se pensava em acumulação primitiva de capital. O que importava era o momento.

O dinheiro, a “prostituta universal”, como dizia Marx, ganhou em Simmel (1983) uma análise criativa ao sugerir que, junto com o predomínio do intelecto, estrutura a vida moderna. A economia monetária possui um caráter de nivelamento e com isso “esvazia” a personalidade individual. Ao mesmo conecta as relações sociais e serve de catalisador para a cultura moderna. Simmel observou que o dinheiro é símbolo do efêmero na vida social moderna e acentuou a importância do tempo e da velocidade nas relações dentro das metrópoles como um fenômeno que tem no dinheiro o seu protagonista.

Zaluar (1998) já salientava o tema do “dinheiro fácil” e sua conexão com o tema da violência nas metrópoles brasileiras enredado pelo tráfico de drogas e armas. A autora lembra que a inflação no Brasil durante a década de 1980 e na primeira metade dos anos 1990 não foi apenas um “fato econômico”. Os efeitos psicossociais e o viés moral agiram como componentes de desconstrução da

confiança¹⁰¹ nas instituições, nos governos e nos agentes econômicos. Zaluar sustenta que:

A inflação em ritmo alucinante facilitou igualmente a instalação das redes e dos circuitos nos quais opera o crime organizado, já que ajudou a criar as miragens do “ganhar dinheiro fácil”. Essa é a ideia principal daqueles que passam a cometer crimes econômicos cada vez mais ousados, auxiliados pelas crescentes dificuldades no tocante à contabilidade e ao controle dos orçamentos públicos criadas pela inflação galopante. Esse quadro monetário facilitou portanto a corrupção e a lavagem de dinheiro sujo, tão necessário para o estabelecimento das conexões criminosas. Debelada a inflação, com o sucesso do Plano Real que estabilizou a moeda no país reataram ainda os escândalos financeiros, próprios da volatilidade e magia dos novos arranjos financeiros internacionais e da existência de sistemas internacionais de lavagem de dinheiro sujo, tanto da corrupção quanto do crime organizado em trono do tráfico de drogas ilegais. (ZALUAR, 2004, p.153-154).

Deste modo a análise de Zaluar se liga, por exemplo, a Salama (1993), que mostra a violência produzida por deslocamentos nos comportamentos individuais associados ao consumo individualizado, no qual a cocaína entra como uma mercadoria cobiçada no mercado das drogas ilícitas, valorizada por estar associada aos estilos de consumo nas metrópoles. Nesse registro, Zaluar (1998, 2004) argumenta que os lucros não seriam gerados pela alta produtividade ou pela exploração do trabalho, mas sim em função da ilegalidade do empreendimento.

Mas a análise de Zaluar sobre o “dinheiro fácil” e seus efeitos perversos sobre os códigos morais da vida social brasileira não se esgotam nestas considerações. A autora destaca a precariedade do funcionamento da justiça como uma das responsáveis pela “crise de moralidade no país” e por uma debilidade do *ethos* do trabalho. A sequência dos registros envolvendo casos criminais dentro do sistema de justiça se denomina “fluxo da justiça”, e tem início no boletim de ocorrência feito por um membro das instituições policiais até alcançar o inquérito policial. Daí pode ocorrer uma denúncia que gera um processo finalizado com julgamento ou arquivamento.

Esse périplo judicial está corroído pelo insuficiente contingente de funcionários na justiça, a morosidade é uma das marcas conhecidas da justiça brasileira e Zaluar (2004) lembra que esse é um dos fatores que desanimam os mais pobres a lutar pelos seus direitos. Por outro lado, os grupos sociais mais vulneráveis ainda sofrem dentro da rotina da justiça do que se convencionou chamar na sociologia de “construção moral da pessoa”. Em outras palavras, determinadas

¹⁰¹ Giddens (2002) utiliza a noção de confiança como um dos elementos constitutivos da modernidade. Trata-se da “crença em pessoas ou sistemas abstratos, conferida em um “ato de fé” que põe entre parênteses a ignorância ou a falta de informação” P. 221. Giddens, A. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

parcelas da população são previamente selecionadas por sua situação social que leva a suposição da culpa (LIMA, 1989)¹⁰².

Muitos entrevistados, por força de suas situações perante a justiça, se mobilizaram para conhecer um pouco mais sobre o Direito¹⁰³. Mas todos foram críticos em relação às dificuldades que se impõe nos enredos criminais. A maior parte do dinheiro obtido no tráfico foi então para os advogados na fase da “construção simbólica do inquerito” (ZALUAR, 1998, 2004). Com isso “passar por tudo novamente” está ligado à perda do dinheiro que ganharam com o tráfico e a todo um acerto de contas com a justiça. Um entrevistado, “ex-dono de morro” revelou:

Não fiquei com o dinheiro, perdi tudo pra a polícia, advogado, não fiquei com nada. A certa altura eu sabia que se fosse preso ia vir muita cadeia pela frente, não ia ser fácil. Então não valeu a pena, eu tava embriagado pelo sucesso não conseguia ver as consequências daquilo pra mim no futuro. Se eu tivesse juntado um dinheiro, guardado um pouco, talvez eu não estivesse nessa situação, mas na hora ninguém pensa nisso não, não dá nem pra pensar.

O medo da prisão também opera como um fator para dissuadir os entrevistados de um retorno ao tráfico. Contudo, vale frisar que estes indivíduos já passaram pela experiência prisional, o que acarretou o aprendizado das práticas inerentes a vida dentro da cadeia, já explorado por mim na parte III desta tese, tendo esta experiência criado uma série de representações que alteram as disposições para com a possibilidade de ser preso novamente. As representações às quais me refiro passam pelo sofrimento vivido no cotidiano prisional. O grupo de evangélicos está ciente de sua nova trajetória a partir da identidade religiosa que legitima um novo percurso na vida e implica no afastamento irrestrito das relações outrora conservadas. Os não evangélicos afirmam que não foi a prisão em si que apontou para um caminho de regeneração. A prisão para os entrevistados ainda é a “oficina do diabo” (COELHO, 1987), mas a passagem pelos rituais prisionais serviu para revalorar a instituição familiar, assim como a amizade e o amor, provocando a reavaliação dos afetos e das relações construídas dentro do tráfico.

¹⁰² A dissertação de mestrado de Jorge Luiz Carvalho Nascimento, infelizmente nunca publicada, serve como um exemplo nítido no caso da Lei de Entorpecentes. O trabalho defendido em 2000 é ainda uma amostra acurada dos estereótipos construídos sobre usuários e traficantes no recorte de classe e etnia.

¹⁰³ Ao menos cinco entrevistados que não terminaram o ensino médio, pensavam em fazê-lo e com isso prestar vestibular para ingressar numa faculdade e fazer Direito. No conto *Não se julga um homem pela canção que ele canta*, o escritor norte-americano Philip Roth descreve que numa aula de “profissões”, um ex-presidiário teve sua vocação definida pelo professor após um criterioso exame de aptidão e talento. Ele seria um advogado.

Alguns ficaram cerca de 20 anos preso e afirmaram que não aguentariam viver de novo tal experiência. Mas não é apenas o componente moral que incute o medo de ser preso mais uma vez. Foi possível verificar na fala dos entrevistados uma análise sobre a ambivalência da nossa cultura quando trata do exercício de direitos na vida cotidiana (SOARES, 2000). Em outras palavras, os entrevistados relataram que, se tivessem dinheiro, fossem ricos, pertencessem às classes mais abastadas, não iriam para a prisão. Afirmaram que, assim como na relação com os policiais, a convivência dentro das cadeias exigia algum grau de corrupção com os agentes da penitenciária para garantir a sobrevivência.

Contudo, esse “ponto de vista nativo” não constitui, por disposição intrínseca, uma explicação para entender como o medo de retornar à prisão é um fator de afastamento do tráfico. Como argumentei na parte III, a passagem sucessiva do bandido para o malandro, até chegar ao otário, constitui-se em uma recombinação das escolhas possíveis para o grupo pesquisado. Para superar as adversidades impostas pela vida prisional é preciso “usar a malandragem”, é necessário malícia para conviver com os rituais levados a cabo pelos comandos.

A tradição sociológica brasileira consagrou uma interpretação do Brasil que foi calcada entre outras premissas na relevância do personalismo na nossa formação cultural. De Gilberto Freyre a Sérgio Buarque de Hollanda, passando por Roberto da Matta, os códigos sociais presentes na vida cotidiana brasileira foram pensados a partir de uma herança ibérica que acentua o caráter afetivo das relações e diminui o peso das instituições como agências de regulação. O homem cordial, com seu traço predominante que é a emotividade, seria avesso a impessoalidade da burocracia estatal. Apesar de classe e etnia, o brasileiro possui um comportamento refratário aos procedimentos impessoais típicos de uma experiência de modernidade, que seria, segundo Giddens¹⁰⁴ (1990), “a destradicionalização do mundo”.

¹⁰⁴ Segundo Giddens: “modernidade é sinônimo de sociedade moderna ou civilização industrial. Mais detalhadamente está associada a: a) um conjunto de atividades perante o mundo, como a ideia de que o mundo é passível de transformação pela intervenção humana; b) um complexo de instituições econômicas, em especial a produção industrial e a economia de mercado; c) toda uma gama de instituições políticas, como o Estado nacional e a democracia de massa. Graças a todas essas características, a modernidade é muitíssimo mais dinâmica do que qualquer tipo de ordem social preexistente”. Giddens, A. *Conversas com Anthony Giddens. O sentido da modernidade*. Rio de Janeiro, Ed FGV, 2000.

Assim, Da Matta logra exhibir uma figura do malandro¹⁰⁵ que ao contrário do que imagina Souza (2000) se reproduz nas esferas institucionais do Estado e do mercado. Afinal, o malandro¹⁰⁶ não é vagabundo, este é um desocupado, já o primeiro se ocupa em viver com astúcia, sem muito esforço e tirando proveito de sua aversão ao mundo formal. Da Matta aciona três pontos interpretativos para dar conta do “dilema brasileiro”. O primeiro seria na chave da malandragem, a indômita capacidade que o brasileiro médio teria para “levar tudo com a barriga”. O segundo foco interpretativo remete as exigências pela regulamentação, a constituição de leis “duras”¹⁰⁷ e finalmente o terceiro ponto que corresponde ao misticismo e a existência de rituais que dão sentido a experiência coletiva.

Nas palavras de Da Matta:

Numa ponta há o bandido, aquele que praticamente se exclui da sociedade porque rompe violentamente com as regras sociais. O malandro fica na linha intermediária entre o Caxias, que segue todas as regras, e o criminoso. Em outra vertente, tem-se o otário, sem o qual o malandro não existe. É preciso fazer uma importante distinção entre o malandro e a malandragem como valor. A malandragem é uma prática quase que diária: é o dinheiro não declarado no imposto de renda, é o sinal de trânsito que o sujeito avança, é a gambiarra. De certo modo, a malandragem é o sintoma de uma sociedade que tem relação com o Estado. (DA MATTA, entrevista concedida à Agência Câmara de Notícias, 2007).

No capítulo 5 de *Carnavais, malandros e heróis* (1979), Da Matta afirma que o malandro é “vingador do trabalhador”, uma vez que o trabalhador está envolvido em um sistema de crenças que afirma a superioridade moral da honestidade e da ética do trabalho, ainda que o condene a ficar pobre para sempre. A figura de Pedro Malazartes é exemplar para mostrar que a malandragem dribla a exploração. Desse modo os valores da igualdade e da liberdade no Brasil convivem com uma matriz sócio-cultural hierárquica que se rotinizou na vida cotidiana.

Para a maioria dos entrevistados a malandragem na refundação de uma trajetória seria viver uma vida de otário, que antes, no momento da atividade dentro do tráfico, era desconsiderada. Um entrevistado, “ex-dono de morro”, passou 20

¹⁰⁵ Ronaldo Helal possui trabalhos sobre as trajetórias de alguns ídolos esportivos brasileiros. O artigo *Idolatria e malandragem: a cultura brasileira na biografia de Romário* busca compreender as “mensagens sociais e simbólicas” emitidas por esses ídolos e como o os meios de comunicação confere legitimidade a esses discursos. Helal sustenta que Romário, craque e indisciplinado, encarnaria o símbolo figura do malandro (“fala cheia de gírias”) que une a figura de Macanuaíma e o “contestador político”.

¹⁰⁶ Isabel Travancas (1999) faz uma análise criativa das representações das figuras do malandro e do trabalhador na obra de Chico Buarque de Hollanda em *De Pedro Pedreiro ao barão da ralé: o trabalhador e o malandro na obra de Chico Buarque de Hollanda*.

¹⁰⁷ Muito comum aparecer na seção de cartas de leitores dos grandes jornais do Rio de Janeiro e São Paulo vozes indignadas com a violência. A solução quase sempre que se apresenta é o endurecimento das leis e uma crítica aos defensores dos direitos humanos.

anos preso, hoje aos 55 anos, trabalha de carteira assinada numa firma de limpeza terceirizada em hospital público da cidade. Segundo ele:

Tá aqui a minha carteira, (mostra a carteira) assinada, pô eu agora tenho maior orgulho de trabalhar, é R\$ 500,00 por mês, mas é limpo, eu não tenho vergonha não. É pouco, mas é meu e não tô tirando de ninguém, é isso o que eu quero pra a minha vida e pra minha família, eu não volto mais pra o tráfico que daria 10 vezes mais.

Mas no início da entrevista, esse mesmo “ex-dono de morro” ressaltou que quando saiu da prisão passou meses tentando encontrar uma ocupação e não conseguiu. Nesse meio tempo surgiu um convite do comando ao qual pertencia para assumir uma favela. No seu registro:

Pô eu tava de saco cheio, não tava conseguindo arrumar nada, ai pra começar os caras tavam me oferecendo R\$ 5 mil reais pra assumir uma favela. Pô, tava bravo, eu com mulher, três crianças de 2, 4 e 10 anos. A casa de aluguel e era o meu sogro que pagava o aluguel e a irmã dela dava uma cesta básica pra ajudar. Pô, eu tava envergonhado, porra eu já fui o que fui e até pra me alimentar eu precisava da ajuda dos outros, batia de porta em porta e não conseguia emprego. Até que eu falei pra o meu amigo que era a última vez que eu tava indo lá no balcão de empregos, eu tô indo lá assumir aquela porra, porque eu não ia deixar os meus filhos passar fome.

O terceiro grande motivo segundo os entrevistados para não retornar à atividade criminosa é fato do “tráfico hoje ser outro”. Passando pela autocompreensão de uma trajetória que teve na figura do bandido o primeiro momento, indo à construção da imagem do malandro que na prisão tem que dar o seu jeito, aprender a sobreviver, e atingindo uma identidade de otário, esses indivíduos acionam o argumento de que o tráfico se transformou numa “máquina de moer as pessoas”.

Como numa representação teatral¹⁰⁸, os indivíduos de uma maneira geral trataram de cindir a história do tráfico no Rio de Janeiro em duas fases distintas. A primeira que tem início no final dos anos 1970, e vai até meados dos anos 1990, quando se inicia a segunda fase, permeada pela violência descontrolada, baixa racionalização nas esferas do agir cotidiano por parte dos chefes e seus cúmplices. Com isso, foi estabelecida uma solidariedade entre aqueles que aturam no tráfico “no passado”, uma vez que não molestavam moradores, seriam menos violentos e não incomodavam a vizinhança, em resumo, “não tocavam o terror”.

¹⁰⁸ Aqui faço uma menção óbvia aos trabalhos de Erving Goffman. Em particular o livro *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Ed Vozes, 1975.

É evidente que se trata de uma autoimagem idealizada e com uma forte intenção de conquistar a simpatia do outro (pesquisador, sociedade, desconhecido) e formar uma identidade de otário e regenerado. Mais uma vez interessa menos auferir a validade dos propósitos dos entrevistados e sim compreender as condições sociais e simbólicas que propiciam a construção de novas trajetórias a partir do abandono do exercício de atividades criminosas. Por isso a variável tempo é crucial para entender o que ocorre com esses indivíduos e com a atividade do tráfico de drogas.

Matéria recente no jornal O Globo tratou dos “tribunais do tráfico”¹⁰⁹. Os traficantes realizam segundo jornalistas, um “julgamento” dos indivíduos que assaltam dentro da comunidade. Além de serem capturados, são torturados e por vezes são assassinados. Nas entrevistas realizadas a figura do ladrão, solitário, que rouba os mais incautos tanto na comunidade como nos arrabaldes, nunca foi visto pelos traficantes como algo positivo. Atrai a atenção da polícia, demanda mais vigilância em função das queixas de moradores que se espalham pelo bairro e atingem meios de comunicação, mas principalmente porque desmoraliza o “dono do morro”, na medida em que uma ordem dada por ele precisa ser cumprida.

Barcellos (2003) chamou atenção para esta manutenção da ordem simbólica dentro do mundo criminal organizado em torno do tráfico de drogas. Mas antes, Zaluar (1985) já registrou o comportamento dos traficantes pautados em uma racionalidade voltada para a aquisição de poder e dinheiro. Portanto, não se trata de patrocinar a proteção aos “cidadãos” da favela e sim operar uma lógica que atende a interesses da quadrilha. Assim:

Todavia, não cabe idealizar, ainda mais que os moradores da área, um bandido-protetor ou bandido-herói e concluir que estamos diante de heróis românticos de um movimento social. Apesar de todas as conotações com a injustiça que os termos “revolta” e “revoltado” trazem a tona, a atitude principal está num rendoso comércio –o tráfico de tóxicos- e o seu estilo de vida está longe de ser contestatório. (ZALUAR, 1985, p. 165).

Aqui, de uma vez só, desarmam-se duas simplificações. A primeira, já mencionada antes, a inapropriada ideia de que traficantes representam segmentos autênticos de existência política com uma ideologia de contestação e mobilização dos setores subalternos da vida social brasileira. Mas também desmonta uma

¹⁰⁹ Matéria publicada em 30-03-2008.

concepção de traficantes como bastiões da defesa da ordem social dentro da favela. Tampouco servem de restauradores de uma ordem tradicional que reconduziria a uma situação equânime, porque:

Não são reformistas, nem revolucionários. Não lutam por relações mais justas entre ricos e pobres, fortes e fracos. Suas ações podem ser interpretadas como uma revolta individual contra as condições adversas sob a forma de recusa ao trabalho destinado à população pobre, assim como a participação num dos mais rendosos comércios de que se tem notícia no mundo capitalista. Mas de pobre revoltados a membros menores de uma gigantesca rede de crime organizado, esses bandidos pobres têm um longo percurso a fazer né repetem em si mesmos todas as ambiguidades do bandido anotadas por Hobsbawn. (ZALUAR, 1985, p.166).

O “tribunal do tráfico” não é uma invenção recente. Nas entrevistas foram relatados casos de punição para que “andava vacilando na área”, ou seja, quem não pertencia a quadrilha, mas praticava furtos nas localidades controladas pelo tráfico. Contudo, o que varia é o grau de violência. Na representação dos “ex-traficantes” não havia a “maldade”, tudo era feito de maneira que o castigo fosse exemplar, mas sem a necessidade de tortura. A representação teatral se impõe de tal forma que os indivíduos mistificam algumas características pessoais no desempenho de suas atividades no tráfico (justo, correto, leal) e dissimulam outros aspectos como atos bárbaros, deslealdade e traições.

Crueldade e letalidade andam juntas nas práticas rotineiras dos comandos. O império do tráfico nas comunidades não aceita “vacilões”, indivíduos que cometem crimes, mas estão fora da órbita da quadrilha. Com isso, os traficantes se julgam senhores do crime e do castigo, acima da lei formal e baseada na exploração de jovens e no uso da violência como moeda de intimidação e instrumento de resolução de conflitos. Deste modo:

Aqui instaura-se outro círculo vicioso: de uma definição masculina de honra que obriga a resposta a qualquer desafio, desliza-se para uma escalada de violência que transforma as armas de em símbolo de masculinidade e em garantias únicas contra a derrota vergonhosa ou a morte, e instrumento da submissão ou da morte do rival. Não ser nunca humilhado ou, na lógica de mercado em que valor cultural da honra masculina se refratou, levar sempre a melhor, é a perdição ou a atração irresistível para a morte que sofre o jovem bandido. (ZALUAR, 1985, P.64).

Na fala dos entrevistados, o tráfico é outro, mais cruel, mais violento. Na auto-representação atual, não haveria lugar para eles nas quadrilhas. Mas não apenas porque o sistema de representações desses indivíduos acerca do tráfico considera suas práticas condenáveis do ponto de vista moral. Ocorre que “não passar por tudo

novamente” e “ir preso de novo” entram no cálculo pessoal na hora de decidir aceitar um convite.

O lugar do otário obriga a uma fuga do passado, das relações mais próximas com aqueles que, “no passado,” foram colegas e ainda hoje estão atuando no tráfico. Como já foi salientado antes, indivíduos que pertenceram ao Comando Vermelho evitam adentrar áreas que são dominadas pelo Terceiro Comando ou ADA. Os contatos triviais da vida cotidiana são aos poucos deixados para trás e novas relações se estabelecem. Os evangélicos têm a oportunidade de conhecerem parceiros dentro da igreja, os não evangélicos que não arrumaram emprego constroem rede de relações no mundo informal, mas distante – quanto possível - do tráfico.

4.2 Virando otário

Concluir que não há retorno para o tráfico significa operar um ajuste de identidade social. Trata-se de um processo complexo que não depende apenas do protagonismo individual, uma vez que envolve o funcionamento de diversas instituições como Estado, família, classe, igreja, mercado. Como a vida social moderna possui um caráter dinâmico, as motivações pessoais estão sempre no limiar da instabilidade. Contudo, valores que atestam uma ética do trabalho e/ou o respeito à lei se consagram na reprodução moral da vida cotidiana, tanto na esfera pública como no âmbito privado.

Assim, é possível observar que os entrevistados para essa pesquisa constroem um repertório de atributos pessoais, como também visões de mundo que visam oferecer uma resposta para a correção de uma nova trajetória. Ocorre que uma série de exigências morais é “solicitada” a todo o momento a respeito desses indivíduos. Ex-bandidos, ex-malandros, e agora otários precisam “provar” no dia-a-dia que não voltaram atrás e que o percurso a ser seguido está inscrito no mundo legal e formal, com todas as suas ambiguidades.

A busca do reconhecimento logo se revelará uma tarefa árdua, com leituras subjetivas distintas. A “reconstrução da vida” se afirma no obrigatório exercício da cidadania e pela formação da identidade pessoal. No primeiro aspecto, vale ressaltar

que há uma pletera de trabalhos e teorias para explicar os impasses na construção da cidadania no Brasil. Entretanto, vale dizer que, como afirma Carvalho (2003), a falta de uma pedagogia política tem sido um dos principais obstáculos ao exercício da cidadania civil e política no país.

Como a vida social organizada em torno do mercado se acentuou em todo o mundo ao longo do século passado, o cidadão passou a ser também um consumidor que possui direito individualizado em relação à aquisição de produtos e serviços, inclusive no mercado informal. Ao mesmo tempo, as lutas políticas em torno do reconhecimento passam não mais pelo direito à igualdade e sim pelo respeito à diferença. Nesse sentido:

A discussão pública sobre a violência e a criminalidade criou uma perigosa divisão que ameaça a frágil democracia brasileira. De um lado estão os libertários que, a partir da afirmação de que a sociedade é que é criminosa – na medida em que, por ser desigual e iníqua, sustenta uma ordem que contém, controla e limita desejos e paixões individuais – acabam por atacar qualquer ordem social, especialmente quando parte do Estado. Viva a desordem: eis o seu lema. No outro extremo estão os que, em virtude do medo e da indignação, ante os horrores praticados pelos insubordinados bandidos de hoje, pensam que a ordem deve ser mantida a qualquer preço, sem considerar as perdas da liberdade individual. Viva a ordem, entregue-se tudo ao Leviatã: eis o seu atual desejo. A manutenção do atual dilema pode nos levar ou ao caos e à extensão do estado de guerra a todos, ou então ao recrudescimento da ordem autoritária. (ZALUAR, 2004, p. 23).

As soluções de apelo a uma ordem excessiva - mais polícia, mais leis duras -, como também a referência exclusiva à realidade falha das instituições - a desordem dentro das instituições policiais, a privatização da segurança - empobrecem o debate sobre a violência. Os procedimentos formais de regulação de conflitos, como observa Lima (1996), evidenciam um dilema, uma vez que servem aos princípios individualistas numa sociedade hierarquizada. Pinheiro (2000) alerta para o paradoxo não apenas brasileiro, mas latino-americano, da “democracia sem cidadania”.

Se houve uma fala unânime em todos os entrevistados foi a do descrédito dos políticos, por extensão da política. Ponderei que a política não é feita apenas por políticos profissionais, mas também é um jogo jogado por cidadãos. Mesmo assim a política sempre apareceu numa chave negativa, como sinônimo de roubo, corrupção. Sintomática a fala de um “ex-dono de morro”, que indagado sobre o tráfico ser uma prática errada, ilegal, afirmou: “E o que não é errado nesse país? Eu vejo muito noticiário de Brasília, o que não é errado nesse país?”.

Se, como afirmou Sérgio Buarque de Hollanda, a democracia no Brasil sempre foi um mal-entendido, de fato existe no Brasil, como ressalta Adorno (2007), uma dificuldade histórica em reconhecer a lei como interesse do bem comum. Por isso alguns autores chamam a atenção para uma “cidadania inexistente” (Telles, 2000), na qual a privação de direitos seria um dos nós górdios da vida social brasileira. Assim, a destituição material seria a contrapartida da destituição simbólica que estreita a identidade do pobre e naturaliza a pobreza.

A “cidadania regulada” é uma outra formulação, adotada por W.G. Santos (1979), para dar conta de uma cidadania cuja gênese não está no ideário político normatizado, mas em um sistema de estratificação ocupacional, ainda que definidos de maneira legal. Ser cidadão significa estar alocado na estratificação reconhecida e legitimada na letra da lei. Trata-se de um processo de inclusão social, sem dúvida, mas que, no entanto, não anula o caráter escravocrata que estabelece um sistema hierárquico. Santos argumenta a construção da cidadania no Brasil não se dá por meio da ampliação da dignidade individual ligada ao trabalho e, portanto, a uma comunidade.

Souza (2000 e 2003) tenta explicar a naturalização das desigualdades sociais no Brasil a partir do conceito de subcidadania atrelado a uma interpretação da experiência social brasileira entendida como uma configuração de modernidade seletiva. Segundo Souza, qualquer tradição cultural se consagra com a combinação de ideias e práticas levadas a cabo por segmentos sociais. Nesta perspectiva, Souza diminui a influência do iberismo na nossa formação social e sustenta que instituições típicas da modernidade como Estado e mercado agiram de maneira dinâmica no processo de construção do processo civilizador nacional. Entretanto, os valores universais da cidadania são no caso brasileiro obliterados pela ausência de uma “esfera moral” que se opôs ao tradicionalismo econômico. Para Souza:

Nas sociedades da “nova periferia”, como a brasileira, não existia nem um nem outro posto que inexistia esfera moral autônoma generalizada e consensual de qualquer tipo. Inexistiu, portanto, as limitações e barreiras profundas que Weber percebia no caso da transplantação do capitalismo para a Índia, por um lado, mas também inexistiu o potência generalizador, abrangente e inclusivo existentes nas sociedades centrais do ocidente. (SOUZA, 2003, p. 100).

Caldeira (1992) realiza uma crítica a teorias que almejam discutir a “sociedade brasileira”¹¹⁰ a partir de dicotomias que dividem dois “Brasis”, um moderno, institucionalizado, urbano, e outro tradicional, informal e caipira. Introdução mencionei uma das críticas que Caldeira faz a Da Matta e a dificuldade que a sua interpretação sobre a vida social brasileira teria para explicar o fenômeno da violência. No dualismo da casa e da rua, Caldeira critica Da Matta por não ter considerado a violência como uma norma institucionalizada que opera inclusive na esfera doméstica, com a agressão às mulheres e crianças. Com isso, a casa nunca seria o espaço da proteção social e estaria sempre inscrita na instabilidade que preside as relações de dominação simbólica e física dos homens sobre as mulheres. Ao mesmo tempo o elogio de Da Matta ao suposto espaço público igualitário, característicos de sociedades modernas como os EUA e países da Europa, não elimina o componente das relações de desigualdade que se impõe por meio da etnia, classe e gênero. (Caldeira, 1992, P.140).

No registro de Caldeira, o que é especificidade do Brasil ganha contornos similares, embora com outros matizes, na modernidade ocidental. Ou seja, variados tipos de desigualdade e hierarquias convivem no interior de instituições modernizadoras em países do “centro”.

Assim, não há grande especificidade no fato de que na sociedade brasileira a reprodução de padrões de dominação e do que Da Matta chamaria de ordem hierárquica tenha coexistido com a afirmação de princípios liberais igualitários. O Brasil não é o único país que incorporou os princípios liberais de igualdade na sua constituição antes da abolição da escravidão. Isso também aconteceu nos Estados Unidos. Até o fim do século XIX, contudo, a elite nacional brasileira não esteve profundamente dividida no seu apoio à escravidão, e nunca envolveu-se numa guerra civil sobre esta questão. Essa unidade deu espaço para que várias instituições herdadas da escravidão – inclusive o castigo físico – persistissem basicamente incontestadas. (CALDEIRA. 1992, p. 140-41).

A crítica de Caldeira, então, se dirige à modernidade incompleta como uma característica do Brasil. O problema não estaria nos princípios contraditórios e nas práticas incoerentes e sim na interpretação que se faz desses elementos. Um senão à análise de Caldeira é o uso constante em sua tese da expressão elite. No jargão dos politólogos, o termo elite se associa a uma minoria que monopoliza o poder e distribui de maneira restrita os recursos escassos advindos da luta política. Bobbio

¹¹⁰ Ponho sociedade brasileira entre aspas por entender a dificuldade que esta noção tem em expressar a complexidade da experiência social. Imagino que Caldeira (1992) a utiliza na chave weberiana que exagera a noção na sua concretude para extrair uma compreensão de fenômenos particulares.

(1992) lembra que existe uma vertente conservadora e outra democrática na conceitualização de elite.

Se, num primeiro momento, o termo elite serviu de guarda-chuva que abrigava várias tendências antidemocráticas e antissocialistas, com o desenvolvimento do regime parlamentar tornou-se um sinônimo de sistemas liberais e democráticos com a ampliação da concorrência política entre vários setores da vida social¹¹¹. Falar em elite supõe denominá-la no plural e reconhecer grupos sociais que atuam na busca da participação e na gerência do poder político. É evidente que no Brasil há uma distribuição desigual do poder, mas a formação de grupos de pressão e de interesse se organiza na busca de influência sobre o poder decisório.

Desta forma, mencionar elite significa ter cuidado para definir sobre que elite se está falando. O ajuste de identidade ao qual me refiro opera tanto no plano da cidadania como da identidade pessoal. Ao passar do bandido para o malandro e até chegar ao otário, esses indivíduos acionaram diversas facetas e operaram representações que não foram frutos integrais de suas escolhas racionais. A apreensão cognitiva sempre é mediada por aquilo que se chama de cultura e que se materializa em práticas cotidianas renováveis e instituições reprodutoras de valores morais.

A imagem do malandro, tendo como iconografia um carioca típico, avesso à labuta, bom de samba e boêmio, não foi fabricada por uma chamada elite brasileira. Trata-se de uma representação cultural que associa práticas sociais inscritas em uma cultura popular fortemente enraizada na cidade do Rio de Janeiro. Por contraste, lembra Zaluar (2004), a elite regional paulista se autorepresentou como a “locomotiva do Brasil”. Numa ponta o malandro carioca, negador do capitalismo e do trabalho, e do outro o trabalhador paulista, incansável e obstinado.

Mas na medida em que a figura típica do malandro foi aposentada, surgiu o bandido. Nas palavras de Zaluar:

O bandido. Este apareceu quando a contravenção e o crime tornaram-se eles mesmos grandes empreendimentos mercantis montados num exército de empregados que são simultaneamente soldados de uma interminável guerra pelo controle de mercados. Nestes o acúmulo de riquezas e dos instrumentos de violência são fundamentais para capacitar as pessoas na resolução de conflitos. (ZALUAR, 2004, p. 61).

¹¹¹ Wright Mills possui uma crítica famosa à teoria das elites em *The power elite*.

Uma característica marcante na figura do bandido é a liberdade desmedida garantida pela arma de fogo e o poder exercido nas comunidades. Na cadeia, o malandro é recuperado, pois não há liberdade. Na rua, com a conquista da liberdade, é preciso ser otário para não cair nas malhas criminais que levam de volta às portas da prisão. Não ser bandido, tampouco malandro, pois no primeiro polo está o tráfico com seus poderes de sedução já explorados, no outro, a possibilidade de um indesejável encontro com as instituições policiais e suas concepções particulares acerca da malandragem, que nesse caso se confunde com banditismo e com um profundo preconceito em relação à condição de ex-presidiário. Um “ex-gerente” do tráfico andando numa rua movimentada da cidade com dois colegas que também atuaram no tráfico, relatou uma seguinte cena.

Um cara tava atravessando a pista todo se requebrando, cheio de ginga. Eu cutuquei os dois colegas que tavam comigo e falei: Olha como o cara anda, quem não vai dizer que aquele cara já foi bandido ou um ex-presidiário e com andar dele o que vai acontecer, o gol da PM vai para ele lá na frente. São aqueles caras neuróticos, que gosta de se gingar, falar gíria, é malandro. Já pensou, o pato, o ganso ia ser maior bandidão, só anda se gingando. É o cara que demora a se ambientar de volta aqui fora na sociedade.

Assim, a própria expressão corporal precisa ser ajustada a uma nova situação social. Trata-se da comunicação corporal que não admite no ajuste da identidade social uma excessiva aparição do corpo. Em outras palavras por meio do corpo aliado a linguagem, se transmite uma imagem social. Como adverte Mauss (1950) o corpo é um símbolo moral. Um “ex-gerente”, não evangélico, sintetizou assim a importância de da vida de otário combinada com uma atitude aparentemente prosaica, mas carregada de sentido no sistema lógico desses indivíduos:

Hoje eu tô em liberdade, já paguei pelos meus erros no passado, não vou voltar mais pra o tráfico, não sou bandido, não sou malandro, sou mais um otário querendo sobreviver de forma digna, pra mim e pra minha família. Hoje eu posso ir ali e me dirigir pra um polícia e pedir uma informação pra ele. Eu posso andar de cabeça erguida.

4.3 Programas sociais e projetos pessoais

É preciso salientar que alguns projetos, sejam do Estado ou do terceiro setor, provocam mudanças e criam impacto concreto na vida de muitos jovens, homens e mulheres, habitantes de comunidades, no que se convencionou chamar de prevenção primária e secundária. Autoras como Monteiro e Cecchetto¹¹² (2005) demonstram por meio de pesquisas qualitativas a repercussão de determinados projetos sociais nas condições de vida de um grupo de jovens de ambos os sexos, moradores de favelas e bairros populares do Rio de Janeiro, divididos em dois grupos: os que já participaram de projetos sociais e que não viveram essa experiência. Questões como a compreensão da sexualidade, o significado da profissionalização e do trabalho para estes jovens, foram observadas pelas autoras. A conclusão foi a de que, na visão dos envolvidos, as intervenções sociais promoveram mudanças na trajetória de vida, representadas na ascensão do padrão de vida e na inclusão profissional por meio da valorização da escola e das redes de sociabilidade. No artigo, as autoras deixam claras as limitações destas atividades num contexto macro social, porém localizadas, estas ações promovem uma identificação de oportunidades muitas vezes vedadas a este público, funcionando, então, como uma alternativa à situação de abandono, violência e entrada no circuito da criminalidade e do tráfico.

Este trabalho se junta a uma série de estudos (ZALUAR, 2004) que chama a atenção para a necessidade urgente da multiplicação de experiências culturais e societárias voltadas para jovens em situação de vulnerabilidade social. O que alguns políticos chamam de “invasão social” nas áreas mais violentas da cidade e que se traduz na disponibilidade de oportunidades de emprego, acesso à justiça e inserção do jovem em redes de apoio mútuo. Em muitos casos, aderir a uma quadrilha de traficantes pode significar a gratificação simbólica de pertencimento a um grupo.

Mas também os projetos podem ser cruciais na prevenção terciária. Tive a oportunidade de visitar um projeto chamado *Agentes da liberdade*, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro. Alocado na

¹¹² MONTEIRO, S.; CECCHETTO, F. Trayectorias juveniles e intervenciones sociales: repercusiones em las prácticas sociales y en la salud. (Rio de Janeiro, Brasil). *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 22 (1).2006.

subsecretaria de proteção social especial, vincula-se ao núcleo de direitos humanos. Uma das prioridades salientadas pela assistente social responsável pelo projeto é a inserção dos egressos do sistema prisional no mercado de trabalho para que não voltem a delinquir. No site da prefeitura, há um resumo do que se trata tal iniciativa.

O projeto *Agentes da Liberdade* se traduz como uma política de reversão do preconceito sofrido no dia a dia por homens e mulheres que passaram pelo sistema penitenciário. Os Agentes da Liberdade são egressos e egressas do sistema que acompanham prisioneiros e ex-prisioneiros na difícil transição para a liberdade social e a conquista da cidadania. Para se tornar um *Agente da Liberdade* e cumprir essa missão, é necessário passar por uma ampla capacitação de três meses e, após esta etapa, fazer um estágio laborativo em órgãos da Prefeitura por dois meses, onde os futuros agentes têm contato com o mundo do trabalho, suas ferramentas e mecanismos diários. Os ex-detentos inscritos são acompanhados diariamente por um *Agente da Liberdade*, que vai ajudá-lo no encaminhamento a serviços de saúde, cursos profissionalizantes, retirada de documentação, aumento de escolaridade e, se possível, vagas no mercado formal de trabalho. Através deste acompanhamento e do encaminhamento a outros projetos da Prefeitura, o programa visa garantir apoio e condições concretas para o desenvolvimento de atividades produtivas, desenvolvimento humano, participação comunitária, aumento de empregabilidade e retorno à família.¹¹³

A assistente social da secretaria revelou que dois problemas são comuns na realização do projeto. O primeiro é a estigmatização, tratando-se de ex-presidiários, já existe uma imagem socialmente pré-construída que anula a individualidade de cada ex-detento. O segundo obstáculo é a baixa escolaridade, a maioria dos indivíduos não tem sequer o ensino fundamental completo. Indaguei sobre a inclusão em cursos profissionalizantes, como o PNQ (Programa Nacional de Qualificação), uma política social do governo federal que abrange todo o país e no Rio de Janeiro, particularmente, com grande oferta de ações na capital. Ocorre que a equipe da secretaria desconhece esta iniciativa e tampouco possui canais de comunicação com a Setrab (Secretaria de Trabalho do Estado do Rio de Janeiro). A geração de renda é um dos pontos importantes, uma vez que com a escassa possibilidade de entrada no mercado de trabalho, soluções criativas precisam ser pensadas para a aquisição de renda e para a própria valorização individual. O programa oferece uma bolsa de R\$ 100,00 e mais o chamado Riocard (substituto do vale-transporte). Propicia também vagas em creches para os filhos dos ex-detentos.

Do meu caderno de campo recolho um trecho da segunda visita que realizei a sede do projeto.

¹¹³ Disponível no site: www.rio.rj.gov.br/smas

Fui informado que haveria uma palestra na quarta-feira, na sede do Projeto, um prédio da prefeitura localizado na Rua São Salvador, em Laranjeiras. A expositora seria uma advogada da OAB. Mas na verdade foram 05 assistentes sociais da entidade. A iniciativa tinha como intuito valorizar a autoestima dos indivíduos. Para tanto, logo de saída, após breves palavras de incentivo da líder do grupo, as profissionais do Serviço Social promoveram uma dinâmica de grupo. Percebi uma certa tensão no grupo de 25 pessoas, 18 homens e 7 mulheres. A dinâmica apontou para a importância de ouvir o outro. Divididos em dois grupos, metade se encarregava de narrar como havia sido o seu dia, o outro grupo teria que impedir a narrativa, sempre com educação, mas alheio ao discurso do primeiro. A dinâmica dissipou a tensão.

Antes do início da dinâmica de grupo, eu falei de maneira sumária o que fui fazer lá e um pouco sobre a minha pesquisa. No epílogo desta primeira atividade, dois indivíduos se aproximaram de mim e quiseram saber mais sobre a minha pesquisa. Como salientei o aspecto do tráfico no meu trabalho, os dois homens disseram que foram presos e condenados no artigo 12 na lei de tóxicos. O primeiro, com quase 30 anos, ficou seis anos na prisão. O segundo, que parece ser um caso muito interessante, pertencia a uma quadrilha de ecstasy na região metropolitana do Rio de Janeiro. Trata-se do estereótipo de playboy: branco, vinte e poucos anos, simpático e envolvido com tráfico de drogas sintéticas.

Outra atividade levada a cabo pelas assistentes sociais do OAB foi a leitura de trechos de livros que relatam experiência no cárcere. Frei Beto e Graciliano Ramos foram acionados para demonstrar a crueldade do sistema prisional e transmitir a dor vivida subjetivamente, em momentos diferentes da história do país, do sofrimento nas prisões. Em seguida, foi estimulada a participação para quem quisesse fazer algum relato. Um ex-presos, após se desculpar por suas limitações - afirmou ser semi-analfabeto - contou sobre as humilhações sofridas por ele por seus colegas na prisão. Humilhação que não se restringia apenas os presidiários, mas também seus familiares em dias de visita. A ausência de trabalho, quando postos em liberdade, não foi negligenciada por este ex-presos. Logo, várias pessoas começaram a se manifestar, sempre seguindo o tom do aviltamento provocado pela prisão. “rico não vai para a cadeia” “se construísse mais escolas, não seria preciso tantas prisões”, frases ditas amiúde.

Mais uma ação. Os ex-presidiários teriam que escrever pequenos depoimentos sobre a experiência carcerária. Três alunos, que não sabiam ler e escrever, contaram com a ajuda das assistentes sociais, que transcreveram seus relatos. Em seguida ocorreu a leitura das cartas. Antes, um homem, com aproximadamente 60 anos, narrou o que ele próprio classificou como “diário de um

louco”. Tratava-se de um depoimento entrecortado por uma ironia, parecendo ser uma letra que Raul Seixas não compôs. A leitura dos textos começou com as profissionais do Serviço Social, que comentavam os depoimentos, chamando a atenção para a violação dos direitos dos presos. Depois ocorreu o convite para o restante do grupo. Silêncio eloquente. Até que após um minuto interminável, um homem se levantou e leu um depoimento que repisava os experimentos de dor e sofrimento no cárcere.

Vale ressaltar que apesar de não estar em um presídio, pude verificar que práticas típicas da vida prisional persistem nas relações estabelecidas pelos ex-apenados. Como por exemplo, pedir dinheiro. Um indivíduo pediu-me cinco reais para ajudar na passagem de uma senhora que está no projeto. Outro perguntou se eu não poderia contribuir com cinco reais para comprar um litro de leite para o filho pequeno. Minutos depois ressurgiu o mesmo homem com três maços de cigarros na mão. De súbito, aparece um rapaz indagando se eu não poderia “fortalecer” com um real para comprar um biscoito (horroroso) de um ambulante, seu amigo. “Ajudar o parceiro, que ele tá caído”, foi o argumento insofismável para a aquisição do biscoito.

Dos 32 entrevistados para a minha pesquisa, 13 passaram pelo *projeto Agentes da liberdade*¹¹⁴. A maioria reconheceu a importância desse tipo de ação. Um “ex-dono de morro”, que se tornou monitor do projeto declarou:

Quando saiu a oportunidade eu tava com 70 homens pra invadir uma boca, o pessoal tava escondido num lugar e havia um grupo do regime semi-aberto e eu tava no regime semiaberto. Quando a gente recebesse a autorização pra visitar a família, era a hora que a gente ia botar o bloco na rua. A gente já tinha tudo no esquema, porque a favela que a gente ia invadir tinha um cara nosso infiltrado. Ai o armamento fica guardado na casa de seu fulano, a cocaína na casa de dona beltrana. Então, eu combinei o seguinte: a gente não vai entrar na favela procurando bandido, a gente ia desarmar eles. Ai pintou a oportunidade de trabalhar no projeto por intermédio de um cara que tinha conheci na prisão e tava em liberdade. Ai falei, que tráfico porra nenhuma, acabou, eu não volto não. A minha situação não tem retorno. Eu passo uma necessidade danada, mas não volto não. Os caras ligavam pra mim, ai eu falei: parei com o crime, os caras falaram que eu tava maluco, ai eu falei: maluco uma porra, eu quero mais é curtir a minha família. A maioria desses caras já morreu assassinado.

Sucedem que a iniciativa é aplaudida pelos indivíduos que entrevistei, mas todos não se furtaram a fazer críticas ao projeto. Uma delas diz respeito à assistência jurídica prestada. O serviço de auxílio jurídico ao ex-presidiários é

¹¹⁴ Como já deixei claro, todos passaram pelo tráfico. Muito embora nem todos tenham sido condenados por crimes previstos na lei de tóxicos. O Projeto *Agentes da liberdade* abrange egressos do sistema prisional.

realizado por estagiários que ainda não possuem um conhecimento – inclusive empírico - da profissão. Desse modo, os entrevistados, a maioria com mais de 30 anos, mostrou algum conhecimento prático sobre os enredos criminais, como demonstrei na parte III.

A informalidade é uma constante na vida dos 32 entrevistados. As dificuldades de arrumar emprego e moradia obrigam o estabelecimento de um elo com o mundo informal. O cotidiano se configura dentro de uma perspectiva de informalidade. As residências se localizam em áreas controladas pelo tráfico ou pelas milícias, o transporte utilizado muitas vezes é o de van ou moto-táxi que não é regularizado. A atividade de camelotagem é acionada por alguns para gerar renda, mas os produtos comercializados são em muitos casos cds piratas, objetos falsificados. O lazer da socialização em torno de uma rodada de cerveja e do churrasquinho é feito por uma ambulante que vende o produto num isopor sem nenhum controle os órgãos públicos. Portanto, mais do que economia informal-ilegal, há uma cultura que rotiniza essas práticas.

A maior parte dos entrevistados afirma que não gostaria de se render a essas práticas, mas são obrigados pelas circunstâncias. Esse ponto é importante porque os projetos pessoais desses indivíduos operam numa chave de redução de expectativas. Em outras palavras, a partir de um grau de escolaridade baixo aliado à desvalorização da escola, os dois principais objetivos são conseguir uma ocupação e possuir uma moradia. O primeiro, como já mencionei antes, atinge grandes dificuldades. A moradia, que se inscreve num sonho não apenas pequeno-burguês, mas também povoa o imaginário das classes subalternas, é pensado sempre como “fugir do aluguel”.

Santos (1993) sustenta que toda “política governamental vem embutida de uma expectativa de comportamento da comunidade” (SANTOS, 1993, p.104). Nesse sentido, os beneficiados por programas sociais reagem a determinadas ações governamentais. A eficácia da política pública não depende apenas de técnicas apropriadas e um corpo burocrático que garantam a execução dos projetos. A esse respeito, Santo argumenta:

Generalizando, a eficácia das políticas governamentais encontram-se em estrita dependência do estado de cultura cívica do país, prevalecente em cada conjuntura histórica. As referências recorrentes e semifolclóricas ao “jeitinho brasileiro”, tanto quanto as considerações mais solenemente acadêmicas sobre a “tristeza” ou a “cordialidade” do povo, sugerem diagnósticos sobre a cultura cívica, interpretada

esta sob a forma de um conceito algo estático – o conceito de caráter nacional. Na realidade, a cultura cívica de um país, sendo algo estável, não deixa de suportar oscilações e, às vezes, substanciais transformações, obrigando assim a que as premissas das políticas de governo sejam alteradas. (SANTOS, 1993, p. 105).

A redução das expectativas dos indivíduos entrevistados, em relação aos seus projetos pessoais a que me referi antes, inclui a frustração com o andamento de políticas públicas que “não resolvem os problemas mais imediatos” como a geração de renda e moradia. O afastamento do tráfico e toda a rede de relações que envolvem esta atividade criminosa, a transferência da residência para um local distante, a reconstrução de laços familiares que consigam produzir estabilidade emocional não é suficiente para alavancar um aumento nas expectativas individuais. O mundo real se choca com o mundo projetado na vida diária.

A elevação da taxa de incerteza do mundo social induz ansiedade e insegurança ao nível individual, posto que nada parece assegurar as condições em que cada um se encontrará no dia seguinte. E isto a despeito de qualquer providência tomada pelo indivíduo. Quer dizer a imprevisibilidade do mundo social implica impotência dos indivíduos na exata medida em que a circunstância de cada um é cada vez mais independente do comportamento individual. É perfeitamente possível a alguém submeter-se excelentemente às normas consagradas e, não obstante, receber de volta o oposto do que se julga merecedor. (SANTOS, 1993, p. 108).

Novaes (2003) salienta a importância das mediações culturais no funcionamento de políticas públicas e como a “cultura do medo”, entendida como uma “estrutura simbólica de articulações de representações”, induz a redução do fenômeno da violência urbana no Rio de Janeiro a um patamar de homogeneização. A autora insiste na relevância de movimentos e eventos que se articulam em um nível micro, mas que podem traduzir uma série de expectativas e transformar a vida real de pessoas, sobretudo jovens, moradores de áreas dominadas pelo tráfico. A partir de uma pesquisa no âmbito do projeto Filantropia e Cidadania, coordenado por Leilah Landim, do ISER, Novaes afirma que:

Certamente não se trata de minimizar a questão mais geral da violência no Rio de Janeiro. Porém dar visibilidade a iniciativa de grupos de jovens, socialmente obscurecidos frente ao drama social de violência que os envolve, também é uma forma de contrapor-se à naturalização do medo. E, como esta pesquisa revelou, com todas as ambiguidades e ambivalências das mediações propostas, existe hoje uma circulação das ideias de cidadania e solidariedade que não é sem consequências para os destinos destas parcelas de jovens cariocas. Deste ponto de vista, explicitar valores, motivações e elementos detonadores de variadas formas de ação social significou contrapor à generalização – palavra-chave – da “cultura do medo”. (NOVAES, 2003, p.152-53).

Alguns entrevistados que participaram do projeto *Agentes da liberdade* se definiram como “educadores sociais”, o que redefine suas trajetórias tanto no plano profissional como pessoal. A experiência da passagem pelo tráfico (bandido), a vida na cadeia (malandro) e recomposição do percurso pessoal (liberdade), transforma o acúmulo de experiências em vontade de transmissão para os “que estão lá dentro” do tráfico.

Aqui é de suma importância ressaltar a questão da prevenção primária, secundária e terciária em relação às drogas. Metade dos entrevistados afirmou que, apesar do envolvimento com o tráfico, não usaram drogas. A outra metade que admitiu ter usado algum tipo de droga ilícita, mas que hoje não utilizam nenhuma substância. Sabe-se que a prevenção primária se relaciona com o sistema escolar¹¹⁵ na medida em que procura evitar o uso de drogas na infância. A participação da família no processo da rotina escolar dos filhos é um dos elementos cruciais para o sucesso deste empreendimento. Neste caso, a importância dos grupos de pares na formação de um conhecimento que esclareça as consequências do consumo de drogas torna-se obrigatória. Alguns países como Espanha, Grécia e Irlanda¹¹⁶ possuem políticas preventivas que estruturam programas de intervenção nas escolas. A facilidade ao acesso de drogas, tanto legais como ilícitas, faz com que os grupos jovens tenham a possibilidade da experimentação. No Brasil, existem projetos no âmbito da Coordenação Nacional de DST e Aids. (Noto e Gualdoróz, 1999). Alguns autores (DORN; MURJI, 1992) chamam a atenção para a necessidade do estímulo à formação de lideranças locais que desempenhariam o papel de multiplicadores dentro das escolas.

A prevenção secundária está na sequência da prevenção primária e refere-se ao trabalho junto aos indivíduos que fazem um consumo repetido de drogas. A ação se concentra na tentativa de abortar um quadro de dependência. E prevenção terciária diz respeito ao tratamento e a reintegração do indivíduo à vida social. Já a política pública de Redução de danos não está inscrita nas práticas de prevenção, ou seja, não age na profilaxia e sim no consumo controlado das drogas, uma vez que advogam o fracasso das políticas de prevenção e consideram o debate sobre o uso de drogas obedece a dois modelos hegemônicos: o moral e criminalizante; e o

¹¹⁵ Moreira, Silveira e Andreoli, (2006) discutem os modelos de prevenção do uso indevido de drogas em ambiente escolar, a partir do conceito de “promoção de saúde”.

¹¹⁶ Ver site www.emcdda.europa.eu

da dependência. O primeiro aposta no castigo aos indivíduos consumidores e o segundo trata como uma doença o uso de drogas (MARLATT, 1999).

Os defensores da política de Redução de danos defendem que nenhuma sociedade estará livre das drogas e que grupos sociais farão uso de substâncias, inclusive as proibidas. Nenhuma política de saúde pública conseguirá evitar algum nível de consumo. Sabe-se que a implementação da política de Redução de danos ganhou espaço na década de 1980 com a epidemia de Aids (O'HARE, 1994). De lá pra cá, seus defensores investiram na disseminação de informação como um vetor crucial no esclarecimento sobre o uso de drogas.

Por outro lado, a Justiça terapêutica que surgiu nos estados Unidos com as *drugs courts*, utiliza o conceito de justiça para tratar dos direitos individuais. Maierovitch (2003) chama de “solidariedade autoritária”, uma vez que não receberia uma pena de privação de liberdade, mas seria obrigado a passar por um tratamento obrigatório, monitorado por constantes avaliações médicas. Seria uma sanção alternativa e sendo descumprida pelo indivíduo, impõe-se a restrição da liberdade. Em outras palavras, “tratamento sob risco de prisão” (Maierovitch, 2006).

Deste modo, o debate sobre as drogas opera no compasso da criminalização que remete à segurança pública; e a medicalização, que reporta à saúde pública. Mas não se pode negar o triunfo da medicina na passagem do século XIX para o século XX como uma fonte de legitimação sobre determinadas práticas sociais (FIORE, 2005). Ou seja, a medicina funcionando como conhecimento normativo da vida social (CARRARA, 1996).

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou compreender as trajetórias de um grupo de indivíduos que tiveram passagem pelo tráfico, foram presos, e hoje estão em liberdade. O objetivo foi compreender as razões que ensejaram a entrada na vida criminosa e as razões que levaram a abandonar essa atividade. As motivações pessoais não são fruto de uma subjetividade alheia às pressões niveladoras da vida coletiva. Ou seja, uma série de estruturas sociais objetivas forma valores e uma construção social da realidade, que se cristaliza na composição de instituições sociais. Estas instituições terminam por reproduzir hierarquias e código morais que são interpretados de várias maneiras pelos indivíduos.

Uma vez que a tese da pobreza está descartada como força explicadora do aumento da criminalidade violenta no Brasil (ZALUAR, 1985), é preciso compreender como o tráfico de drogas e de armas se insere em uma instância valorativa capaz de exercer uma atração para os jovens, sobretudo os de camadas populares, moradores de favelas. As alternativas para estes jovens não se esgotam na criação de empregos e mais educação. Como aspectos simbólicos em relação ao trabalho, mas também no que diz respeito a outras instituições como a família e a escola, operam na constituição de uma lógica racional que não tende a valorizar o reconhecimento social e o respeito pelo outro. Em outras palavras, a desqualificação do trabalho como uma atividade para otário, que tem no “dinheiro fácil” o seu contraste, propiciado pelo tráfico, além de promover o ethos guerreiro (ZALUAR, 2004), invade o imaginário social de jovens pobres. Mas também a incapacidade da escola em oferecer alternativas concretas à violência que permeia a sua localidade (ZALUAR, 1997); como o desmanche da família, ocasionada por paternidade de missionária, problemas com drogas, envolvimento com atividades criminosas, impossibilidade de agregar determinados parentes por conta da facção que domina a comunidade e condenações na justiça, acaba por se traduzir numa dinâmica objetiva, que contribui para agravar o quadro de violência que as grandes cidades brasileiras conhecem.

Adiciona-se a isso a brutalidade policial, o desrespeito ao cidadão e notável capacidade das instituições da ordem no Brasil para transgredir as leis vigentes. As instituições policiais cada vez mais perdem a sua legitimidade frente aos vários

setores da vida social. Os critérios de *accountability* não são formalmente institucionalizados (MUNIZ; PROENÇA JR, 2007), e abrem caminhos para a prática cotidiana de “autonomia operacional”, sem uma articulação em termos de política de segurança pública. Além disso, o poder econômico do tráfico coopta com facilidade alguns policiais.

Mas o sistema prisional também colabora de forma decisiva para a construção do quadro de expansão da criminalidade violenta nas grandes cidades brasileiras. Em particular, no Rio de Janeiro, as facções se estruturaram de dentro para fora, tornando-se organizações hegemônicas que aniquilaram quadrilhas autônomas e se estabeleceram de maneira violenta nas comunidades cariocas.

Todavia, não se pode perder de vista que o fenômeno do tráfico está associado a profundas transformações ocorridas no último quartel do século passado. Trata-se de um evento transnacional que se articula em redes criminosas que abastecem com drogas e armas as quadrilhas no Rio de Janeiro.

Indivíduos cada vez mais jovens entram no tráfico hoje. O poder e o dinheiro são os objetivos evidentes de jovens envolvidos em um ethos de masculinidade (ZALUAR, 2004). Um estilo de virilidade se expressa na agressividade destruidora e no uso constante da violência como meio para atingir os interesses. A intensificação das respostas violentas a todos que se oponham às ordens estabelecidas pelo tráfico vem se acentuando nas duas últimas décadas e gerando confrontos bélicos em várias áreas da cidade.

Mas nem todos querem permanecer no tráfico. O compromisso com a mudança nas trajetórias pessoais foi frisado nas entrevistas o tempo todo. Todavia, uma série de instituições como o Estado, por exemplo, são fundamentais para gerar oportunidades de inserção destes indivíduos no mundo formal. De outra maneira, a informalidade, com suas conexões com economia subterrânea, será a porta aberta para o retorno à vida criminosa.

Nesse mundo da “modernidade líquida”, como salientou Bauman (1999), as identidades não são estáveis e os vínculos sociais se esgarçam na vida cotidiana. Torna-se crucial, como já foi exposto antes Zaluar (2004), a recriação do espaço público nas comunidades e em localidades com índices altos de violência. Isto passa por uma articulação das instâncias governamentais com organizações locais e lideranças da própria favela.

Dos 32 entrevistados para essa pesquisa, três foram assassinados entre setembro de 2007 e março de 2008. Não é possível afirmar se foi por envolvimento com o tráfico. Um deles passou pelo projeto “Agentes da Liberdade”. Contudo, este programa não tem recebido a devida atenção da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que atrasa o pagamento dos monitores (ex-presidiários) e não oferece assistência jurídica aos ex-apenados nem tampouco os encaminha para cursos profissionalizantes.

Ademais, a maioria desses indivíduos está motivada a transmitir suas experiências pessoais para jovens que estão na linha tênue com relação ao tráfico, mas também para com aqueles que se encontram dentro da quadrilha, e querem sair da atividade criminosa. Neste sentido, ações de prevenção terciária podem prevenir a reincidência, ou como os próprios entrevistados diziam, a “recaída”. As medidas de reinserção social são fundamentais para os indivíduos que atuaram no tráfico. As trajetórias desses indivíduos, aqui analisadas, demonstram que, apesar de todas as dificuldades, é possível abandonar o tráfico. Não lhes faltam vontade e ânimo para isso. Que não fique apenas no sonho possível.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sergio. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. **Bib**, Rio de Janeiro, n.35, 1993, p.03-24.

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho, a história do crime organizado**. Rio de Janeiro: Record, 1994.

ASBURY, Herbert. **As gangues de Nova York. Uma história informal do submundo**. São Paulo: Globo, 2002.

ATHAYDE, Celso.; MVBILL; SOARES, Luis Eduardo. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BARCELLOS, Caco. **Abusado: O Dono do morro Dona Marta**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Segredos e truques de pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BERGER, Peter & LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CALDEIRA, César. A política do cárcere duro: Bangu 1. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol.18, n.1, p.87-102, jan./mar. 2004.

_____. Segurança pública e sequestros no Rio de Janeiro: 1995/96. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, Rio de Janeiro, n.20, out./dez. 1997.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**. São Paulo: Editora 34/EdUSP, 1992.

CANCLINI, Néstor Garcia **Consumidores e Cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1999.

CECHETTO, Fátima. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 1982.

- CHEVALIER, Louis. **Classes laborieuses et classes dangereuses**. Paris: Pluriel, 1978.
- COELHO, Edmundo Campos. **A oficina do diabo**. Rio de Janeiro, 2005.
- DELASSOPA, Emilio. Violência, estrutura de relações sociais e interação: relações de conluio na sociedade brasileira. **Série Estudos**, Rio de Janeiro, n.91, 1995.
- ELIAS, Norbert. **Estabelecidos e outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- FEATHERSTONE, Mike. **O desmanche da cultura: globalização, pós-modernidade e identidade**. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1997.
- FERRELL, Jeff; HAMM, Mark. **Etnography at the edge – crime, deviance, and field research**. Boston : Northeastern University Press, 1998.
- FOOTE-WHYTE, William. **A Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed USP, 1991.
- _____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GUIMARÃES, Eloísa. **Escola, galeras e narcotráfico**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2003.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- KOSSELECK, Reinhart. Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, p.134-146, 1992.
- LIMA, Miriam Assumpção. **Confiança na polícia: experiência, informação e reflexão como fatores intervenientes**. Belo Horizonte: Dissertação de mestrado, Escola de Governo João Pinheiro, 2003.
- LIMA, William da Silva. **Quatrocentos contra um, uma história do Comando Vermelho**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- LINS, Paulo. **Cidade de Deus**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARQUES, Ana Paula. (Org). **Conflitos, política e relações pessoais**. Campinas: Pontes Editores, 2007.

MONTEIRO, Rodrigo. **Torcer, lutar: o inimigo massacrar**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MONTEIRO, Simone; CECHETTO, Fátima. Trayectorias juveniles e intervenciones sociales: repercusiones en las prácticas sociales y en la salud. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 22, v. 1, 2006.

NASCIMENTO, Jorge Luiz de Carvalho. **A droga como crime: discriminação racial?**. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado, UERj/PPCIS, 2000.

ORTIZ, Renato. **Mundialização & cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PARK, Robert; BURGESS, Ernest. **Introduction to the science of sociology**. Chicago: Chicago University Press, 1921.

PEREIRA, Luiz Fernando Almeida. **De olhos bem abertos: redes de tráfico em Copacabana**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

PINHEIRO, Paulo Sergio. Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (1981-1989). **Revista da USP**, São Paulo, n.95, mar./mai. 1991.

RAFAEL, Antonio. **Um abraço para todos**. Niterói: EdUFF, 1998.

REZENDE, Claudia Barcellos. **O significado da Amizade**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____. Mágoa de amizade. Um ensaio em Antropologia das emoções. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v.8, n. 2, 2002.

SASSEN, Saskia. **The global city: New York, London, Tokyo**. Princeton: Princeton Univ. Press, 1991.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1987.

SCHIRAY, Michel. Lês filières-stupéfiants: trois niveaux, cinq logiques. **Futuribles**, Paris, v.185, p.25-45, 1994.

SENTO-SE, João Trajano (Org). **Prevenção da violência: o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SHAW, Clifford; MACKAY, Henry. **Juvenile Delinquence and Urban Areas**. Chicago. Chicago University Press, 1942.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO Otavio. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p.13-28.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança tem saída**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

_____. **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume –Dumará, 1996.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2006.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. (Org.). **As religiões no Brasil: continuidades e rupturas**. Petrópolis: Vozes, 2006.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

VELHO, Gilberto. **Nobres & anjos**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique (org) (2005). **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Ed Alameda/Belo Horizonte: PUC-Minas, 2005.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2001.

WAIZBORT, Leopoldo (Org). **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: EdUsp, 1999.

ZALUAR, Alba. *A Máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. O Rio contra o crime. **Revista presença**, Rio de Janeiro, n.5, 1985b.

_____. Teleguiados e chefes. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, n.14, 1990.

_____. **O condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan, 1994.

_____. **Cidadãos não vão ao Paraíso**. São Paulo: Unicamp/ Escuta, 1994b.

_____. **Integração perversa; pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.